

# O FALAR PARANAENSE

Edson Domingos Fagundes  
Loremi Loregian-Penkal  
Odete Pereira da Silva Menon  
Organizadores

**Editora**  
**UTFPR**

# O FALAR PARANAENSE



**Reitor:** Carlos Eduardo Cantarelli. **Vice-Reitor:** Luiz Alberto Pilatti. **Diretora de Gestão da Comunicação:** Noemi Henriqueta Brandão de Perdigão. **Coordenadora da Editora:** Camila Lopes Ferreira.

**Conselho Editorial da Editora UTFPR. Titulares:** Bertoldo Schneider Junior, Hieda Maria Pagliosa Corona, Hypolito José Kalinowski, Isaura Alberton de Lima, Juliana Vitória Messias Bittencourt, Karen Hylgemager Gongora Bariccatti, Luciana Furlaneto-Maia, Maclovia Corrêa da Silva e Sani de Carvalho Rutz da Silva. **Suplentes:** Anna Sílvia da Rocha, Christian Luiz da Silva, José Antonio Andrés Velásquez Alegre, Ligia Patrícia Torino, Márcio Barreto Rodrigues, Maria de Lourdes Bernartt, Mário Lopes Amorim, Ornella Maria Porcu e Rodrigo Lingnau.

Editora filiada a



Edson Domingos Fagundes  
Loremi Loregian-Penkall  
Odete Pereira da Silva Menon  
(organizadores)

# O FALAR PARANAENSE

Curitiba  
UTFPR EDITORA  
2015

© 2015 Editora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons -Atribuição-  
NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

*Esta licença permite o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es), mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.*

Disponível também em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/>>.

---

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

---

F17 O falar paranaense / organização : Edson Domingos Fagundes,  
Loremi Loregian-Penkal, Odete Pereira da Silva Menon. —  
1. ed. Curitiba: Ed. UTFPR, 2015.  
210 p.: il.; 23 cm

Inclui bibliografias  
Vários autores  
ISBN: 978-85-7014-131-6

1. Variação linguística - Paraná. 2. Língua portuguesa - Variação -  
Paraná. 3. Linguagem e línguas - Variação - Paraná. I. Fagundes,  
Edson Domingos. II. Loregian-Penkal, Loremi. III. Menon, Odete  
Pereira da Silva. IV. Título.  
CDD (22. ed.)

---

Bibliotecário: Adriano Lopes CRB 9/1429

Coordenação editorial  
Camila Lopes Ferreira  
Emanuelle Torino

Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica  
Marco Túlio Braga de Moraes

Revisão  
Cleunice Fritoli

Normalização  
Camila Lopes Ferreira  
Emanuelle Torino

UTFPR EDITORA  
Av. Sete de Setembro, 3165 Rebouças  
Curitiba – PR 80230-901  
[www.utfpr.edu.br](http://www.utfpr.edu.br)

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.1 - Carta IV, do Atlas Linguístico do Paraná.....	22
Figura 1.2 - Carta 10, do Atlas Linguístico do Paraná.....	23
Figura 2.1 - Pesos relativos de apagamento de SE no estado do Paraná.....	42
Figura 7.1 - Slogan de campanha.....	127
Figura 7.2 - Pão com vina.....	127
Quadro 9.1 - Formas possessivas no português padrão.....	163
Quadro 9.2 - Os pronomes pessoais do português coloquial/padrão.....	164
Quadro 9.3 - Sistema dos possessivos do português coloquial .....	164
Gráfico 10.1 - Percentuais da distribuição de nós e de a gente na posição de sujeito entre sexo e escolaridade.....	178
Quadro 11.1 - Paradigma tradicional do PPOS.....	195
Quadro 11.2 - Paradigma de PPOS modificado.....	196
Quadro 11.3 - Paradigma do PPOS em uso no Brasil.....	197
Quadro 11.4 - Comparativo entre o PPOS canônico, novo e inovador.....	198

## LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 - A variável faixa etária, em função da variável dependente em Irati/PR .....	44
Tabela 2.2 - A variável faixa etária, em função da variável dependente em Pato Branco/PR ....	45
Tabela 2.3 - Total de ocorrências da variável sexo do informante em função da variável dependente, em Pato Branco/PR .....	46
Tabela 3.1 - Ocorrências do pronome EU em relação aos tempos e modos verbais .....	55
Tabela 3.2 - Ocorrências do pronome NÓS em relação aos tempos e modos verbais .....	57
Tabela 3.3 - Ocorrências do pronome EU em relação ao tipo de oração.....	59
Tabela 3.4 - Ocorrências do pronome NÓS em relação ao tipo de oração.....	59

## LISTA DE TABELAS

Tabela 4.1 - Presença do objeto x objeto nulo em função do tipo de interlocução .....	71
Tabela 4.2 - Presença do objeto x objeto nulo em função do tipo de objeto .....	72
Tabela 4.3 - Clíticos pronominais, formas tônicas, formas lexicais e objeto nulo em função dos grupos de fatores escolaridade e sexo .....	76
Tabela 5.1 - FL e Ø tratadas separadamente em função do fator localidade .....	92
Tabela 5.2 - FL e Ø em função do fator idade do informante .....	93
Tabela 5.3 - FL e Ø em função do nível de escolaridade do informante .....	94
Tabela 6.1 - Tu/você no Paraná por informante .....	106
Tabela 8.1 - Sexo/localidade/variantes .....	139
Tabela 8.2 - Faixa etária/localidade/escolaridade .....	139
Tabela 8.3 - Escolaridade/localidade/sexo .....	140
Tabela 8.4 - Localidade/variantes/sexo/idade/escolaridade/tempos e modos verbais .....	141
Tabela 8.5 - Tempos e modos verbais .....	143
Tabela 9.1 - Distribuição dos pronomes possessivos .....	161
Tabela 9.2 - Ocorrência das diversas formas possessivas no corpus mínimo: 2ª pessoa. Singular/plural .....	167
Tabela 9.3 - Frequência geral de aplicação da forma dele. Diferença entre o corpus escrito e o oral .....	169
Tabela 9.4 - Ocorrência da forma dele nos vários corpora escritos .....	169
Tabela 10.1 - Resultados probabilísticos de nós e de a gente na posição de sujeito – aplicação a gente – agrupamento estilo – discurso – input. 64 .....	180
Tabela 11.1 - Informantes .....	191

## LISTAS DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

ALERS	Atlas Linguístico e Etnográfico da Região Sul
ALiB	Atlas Linguístico do Brasil
ALPR	Atlas Linguístico do Paraná
CCV	Consoante mais vogal mais semivogal
CCVC	Consoante mais consoante mais vogal mais consoante
Cf.	Confira
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CTB	Curitiba
CV	Consoante mais vogal
CVC	Consoante mais vogal mais consoante
DE	Discurso direto para o entrevistador
DR3	Discurso relatado de terceiros
DRF	Discurso relatado do falante
FL	Fator localidade
FLP	Florianópolis
GN	Gramáticas normativas
GT	Gramática Tradicional
IRT	Irati
LDN	Londrina
NURC	Norma Urbana Culta
NURC-RJ	Norma Urbana Culta – Rio de Janeiro
NURC-SP	Norma Urbana Culta – São Paulo
OD	Objeto direto
OI	Objeto indireto
PB	Português do Brasil
PBR	Pato Branco
PHPB	Projeto para a História do Português Brasileiro
POA	Porto Alegre
PPOS	Pronome possessivo
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
QFF	Questionário Fonético Fonológico
QMS	Questionário Morfossintático
QSL	Questionário Semântico Lexical



## LISTAS DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

SP	Sintagma preposicionado
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
Unicentro	Universidade Estadual do Centro-Oeste
V	Vogal
VC	Vogal mais consoante
VARLINF	Varição Linguística de Fala Eslava
VARSUL	Varição Linguística na Região Sul do Brasil
VPASSINT	Voz passiva sintética
VPSA	Voz passiva sem agente
vs	Versus
VTD	Verbo transitivo direto
VTDI	Verbo transitivo direto e indireto
VTI	Verbo transitivo indireto

## SUMÁRIO

- 11** Apresentação
- 19** O léxico paranaense: uma viagem pelas veredas rurais e pelos caminhos urbanos  
Vanderci de Andrade Aguilera
- 35** Sobre o apagamento de SE  
Grace dos Anjos Freire Bandeira
- 51** A elipse do pronome-sujeito de primeira pessoa na linguagem falada do Paraná  
Jacqueline Ortelan Maia Botassini
- 67** Pronomes-objeto de primeira e de segunda pessoas na capital paranaense  
Cristiane Dias de Lima Dalto
- 83** O pronome objeto indireto de terceira pessoa nos dados do VARSUL nas três capitais da região sul do Brasil  
Edson Domingos Fagundes
- 99** Tu e você no Paraná  
Loremi Loregian-Penkal
- 113** Leite quente: o xibolete curitibano  
Odete Pereira da Silva Menon
- 135** A indeterminação do sujeito nas três capitais do sul do Brasil  
Adriane Cristina Ribas Setti
- 151** Pronome possessivo: da especialização de algumas formas ao uso  
Alexandre Sebastião Ferrari Soares
- 173** A variação entre os pronomes nós/a gente sob a ótica do estilo e discurso: um estudo na cidade de Curitiba  
Andréa Maristela Bauer Tamanine
- 189** Revisitando o sistema pronominal possessivo em uso na Ilha de Valadares  
Adilson do Rosário Toledo



# Apresentação

As pesquisas apresentadas neste livro abordam, de forma didática, temáticas de interesse tanto para os pesquisadores da área da linguagem, como para os professores, jornalistas e demais interessados em saber o que seja “dialeto paranaense”.

Primeiramente, é preciso esclarecer que não existe o dialeto paranaense: o estado tem pelo menos três grandes áreas dialetais. O falar paranaense tradicional corresponde à ocupação histórica vicentina: centro-sul-litoral; a segunda área se formou com a vinda de migrantes gaúchos e catarinenses, à cata de terras mais baratas, desbravando as matas do sudoeste e do oeste do Paraná, transformando-as em áreas agricultáveis. A terceira área linguística corresponde ao norte e noroeste do estado, colonizados por migrantes mineiros e paulistas, que vieram explorar a cultura do café na rica terra roxa. Assim, essa diversidade dialetal vem constituir uma pequena parte daquilo que se chama Português do Brasil (PB). Descrever parte das variedades do PB é colaborar para constituir a grande colcha de retalhos linguística que caracteriza o território nacional.

O primeiro projeto de envergadura para descrever uma das variedades do PB foi o Norma Urbana Culta (NURC). Esse projeto realizou entrevistas com informantes de nível universitário em cinco cidades do Brasil que deveriam ter mais de um milhão de habitantes no Censo de 1960. Preencheram esses requisitos as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte. Esta última, no entanto, não preenchia o requisito de ter quatro gerações nascidas na cidade e foi substituída por Salvador que, na época, contava com pouco mais de 800 mil habitantes. Embora o critério utilizado tivesse sido a população<sup>1</sup>, as

---

<sup>1</sup> O NURC se integrava no projeto maior de descrição da fala culta das capitais hispanófonas da América e o critério populacional correspondia ao fato de que nos países latino-americanos as capitais concentravam mais de um terço da população.

capitais acabaram representando regiões distintas do Brasil e o material linguístico colhido poderia espelhar a norma culta dos diferentes dialetos. Infelizmente, os materiais do NURC ainda estão à espera de trabalhos exaustivos de descrição. Um trabalho parcial, porque utilizou uma pequena amostra compartilhada, foi levado a cabo pela equipe multi-institucional liderada pelo professor Ataliba Castilho e que gerou a coleção “Gramática do Português Falado”.

Para dar conta das características do português da região Sul, na década de 1980 se reuniram pesquisadores das Universidades Federais do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, a fim de elaborar projeto de pesquisa constituído de entrevistas sociolinguísticas de 24 informantes de ambos os sexos, em quatro cidades de cada estado<sup>2</sup>, distribuídas por duas faixas etárias e três níveis de escolaridade. Esse projeto foi chamado de Variação Linguística Urbana na Região Sul do Brasil (VARISUL).

Outros pesquisadores se lançaram na feitura do Atlas Linguístico e Etnográfico da Região Sul (ALERS) que, diferentemente do VARISUL, registrou a fala de informantes analfabetos ou semiescolarizados em regiões isoladas, a fim de mapear as variantes mais conservadoras (sobretudo no léxico e na morfologia), no sentido de que populações que têm pouco contato com as zonas urbanas mantêm um falar mais arcaizante. O ALERS veio se somar ao trabalho pioneiro de Vanderci Aguilera que, numa época em que as estradas ainda constituíam empecilho de comunicação, percorreu as localidades do estado para fazer o seu Atlas Linguístico do Paraná.

Na esteira desses grandes projetos, pesquisadores começaram a fazer coletas mais pontuais, para tentar descrever aspectos mais localizados do PB, como o levantamento de Adilson Toledo em Paranaguá; ou o de

---

<sup>2</sup> A amostra foi recolhida nas capitais e em mais três cidades de cada estado, representativas das diferentes etnias que povoaram a região, sobretudo no século XIX, a época em que o Brasil precisava assegurar a posse das províncias do sul.

Marlene Ogliari em Prudentópolis. Estão em curso: (i) o projeto integrado ao Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), liderado por Vanderci Aguilera, de levantamento das fontes históricas do falar paranaense, em arquivos paranaenses e paulistas (já que até 1853 o Paraná constituía a Quinta Comarca de São Paulo); (ii) o projeto Variação Linguística de Fala Eslava (VARLINFE), liderado por Loremi Loregian Penkal (2011/2012)<sup>3</sup>, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Câmpus de Irati, cujo objetivo é descrever o português falado nas cidades de colonização eslava do Paraná (24 entrevistas em seis cidades: Irati, Prudentópolis, Mallet, Rio Azul, Rebouças e Ivaí). Também está em fase de finalização a amostra complementar do VARSUL, constituída de informantes de nível universitário e da faixa etária mais jovem (15-24 anos), não contemplados no projeto inicial. Esses materiais já estão sendo aproveitados em trabalhos descritivos (LOREGIAN PENKAL, 2011/ 2012; TAMANINE, 2010)<sup>4</sup>.

Alguns dos resultados de estudos realizados com esse conjunto de amostras vão ser apresentados neste livro, que não se pretende seja exaustivo: o que se quer é que ele sirva de gatilho para outras descrições de variedades paranaenses de fala.

Em “O Léxico paranaense: uma viagem pelas veredas rurais e pelos caminhos urbanos”, por exemplo, Vanderci de Andrade Aguilera demonstra que no Paraná não há muitos pesquisadores que tenham escolhido, ou ainda escolhem, o léxico como objeto de seus estudos. Apesar disso, a autora crê que essa busca poderá ser sempre motivo de reflexões científicas sob vários enfoques teórico-metodológicos. Aguilera apresenta que uma dessas vertentes diz respeito ao estudo do vocabulário paranaense, sob o ponto de vista histórico, como o *Scripturae nas Villas de*

---

3 LOREGIAN-PENKAL, L. Quem é você? Alternância você(s), ocê(s) e cê(s) no Paraná. Projeto de pós-doutorado financiado pelo CNPq. [Processo: 150642/2011-3], 2011/2012.

4 TAMANINE, A. M. B. *Curitiba da gente: um estudo sobre a variação pronominal nós/a gente e a gramaticalização de a gente na cidade de Curitiba* - PR. 2010. 222 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

*São Luiz de Goaratuba e Antonina: manuscritos setecentistas e oitocentistas* (AGUILERA; ALMEIDA-BARONAS, 2007)<sup>5</sup> e o *Scripturae na Villa de Pernagoa: manuscritos setecentistas* (AGUILERA; VASCONCELOS, 2007)<sup>6</sup>, ambos baseados em corpus diacrônico formado de manuscritos datados do final do século XVII à primeira metade do XIX, coletados junto ao Arquivo Público do Estado de São Paulo. Do ponto de vista sincrônico, e com base em pesquisas dialetológicas e geolinguísticas, Aguilera apresenta que alguns pesquisadores ora se voltam para o falar rural, ora para o urbano. Em seu texto a autora apresenta alguns desses trabalhos realizados junto a falantes paranaenses rurais, tais como o *Vocabulário de Tibagi* (TONIOLO, 1981)<sup>7</sup>; o *Atlas linguístico do Paraná* (AGUILERA, 1994)<sup>8</sup>, o *Léxico rural paranaense* (RODRIGUES, 2000)<sup>9</sup>; o *Atlas linguístico do Paraná, vol. II* (ALTINO, 2007)<sup>10</sup> e o artigo *Tupinismos lexicais no português brasileiro: trilhas e traços no Paraná* (AGUILERA, 2006)<sup>11</sup>. Na perspectiva do falar urbano, há o *Vocabulário paranaense: brasileirismos do Paraná* (WANKE, 1995)<sup>12</sup> e os dados coletados para o *Atlas linguístico do Brasil* (ALiB), projeto em andamento.

Já Grace dos Anjos Freire Bandeira nos apresenta a análise “Sobre o apagamento de SE” nas quatro cidades paranaenses que compõem o banco de dados VARSUL – Curitiba, Irati, Londrina e Pato Branco. Para tanto, demonstra em sua análise “quem” é o SE? e busca compro-

5 AGUILERA, Vandercl de Andrade; ALMEIDA-BARONAS, Joyce Elaine (Org.). *Scripturae nas villas de São Luiz de Goaratuba e Antonina: manuscritos setecentistas e oitocentistas*. Londrina: EdUEL, 2007.

6 AGUILERA, Vandercl de Andrade; VASCONCELOS, Celciane (Org.). *Scripturae na villa de Pernagoa: manuscritos setecentistas*. Londrina: EdUEL, 2007.

7 TONIOLO, Ennio José. *Vocabulário de Tibagi*. Apucarana: Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, 1981.

8 AGUILERA, Vandercl de Andrade. *Atlas linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1994.

9 RODRIGUES, Rosa Evangelina de Santana Belli. *Para um glossário da fala popular rural paranaense*. 2000. 152 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2000.

10 ALTINO, Fabiane Cristina. *Atlas linguístico do Paraná: ALPR II*. 2007. 187 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

11 AGUILERA, Vandercl de Andrade. Os tupinismos na linguagem rural paranaense. *Linguas & Letras*, Cascavel, v. 4, n. 13, p. 99-125, Jan./Jun. 2006.

12 WANKE, Ênio Teodoro. *Vocabulário paranaense: brasileirismos do Paraná*. Rio de Janeiro: Plaquette, 1995.

var duas hipóteses: 1) a de que verbos pronominalizados tendem a não realizar os seus objetos; 2) a de que *me*, *te*, *se* e *nos* tendem a sofrer apagamento na função *sujeito* (esta, exclusiva do *se*) e na função *objeto*.

Jacqueline Ortelan Maia Botassini analisa “A elipse do pronome-sujeito de primeira pessoa na linguagem falada do Paraná” em que, fundamentada na metodologia da Sociolinguística Variacionista, examina a situação do português falado acerca da elipse dos pronomes-sujeito de primeira pessoa (*eu* e *nós*), verificando em que situações o falante faz uso desses pronomes e em que situações os omite, para poder concluir, assim, se é possível caracterizar o português falado do Brasil como língua que prescinde do uso do pronome-sujeito.

No tocante à análise dos pronomes-objeto, Cristiane Dias de Lima Dalto nos apresenta os resultados de sua pesquisa “Pronomes-objeto de primeira e de segunda pessoas na capital paranaense”. A partir da hipótese de que a reorganização verificada no quadro dos pronomes-objeto de terceira pessoa – com a ocorrência de pronomes-sujeito e de objeto nulo (CYRINO, 1994)<sup>13</sup> em função de objeto – poderia estar sendo implementada também entre os de primeira e de segunda pessoas, Dalto efetuou levantamento de todas as ocorrências de pronomes-objeto – clíticos pronominais e formas tônicas, considerados pela Gramática Tradicional (GT) como formas canônicas para o desempenho da função de objeto –, pronomes-sujeito – também chamados formas lexicais, como *eu* e *tu/você* na função de objeto – e objeto nulo ( $\emptyset$ ) de primeira e de segunda pessoas com o intuito de verificar a ocorrência das formas acima citadas e em que medida há concorrência entre elas para a mesma função em dados de falantes curitibanos, oriundos do projeto VARSUL.

---

<sup>13</sup> CYRINO, Sonia M. L. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. 1994. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 1994.



Edson Domingos Fagundes, em “Pronome objeto indireto de terceira pessoa nos dados do VARSUL nas três capitais da região Sul do Brasil”, analisa as ocorrências de pronome objeto indireto avaliando as razões da ocorrência de um menor número de dados para *objeto indireto* em relação aos dados de *objeto direto* encontrados no banco de dados VARSUL. Para tanto, retoma a pesquisa feita em Fagundes (1997), bem como faz levantamento quantitativo das regências dos verbos OD e OI no dicionário “Aurélio”, conforme Ferreira (2009)<sup>14</sup>.

Em “Tu e você no Paraná”, Loremi Loregian Penkal apresenta resultados relativos às ocorrências dos pronomes sujeito de segunda pessoa na fala de Curitiba, Irati, Londrina e Pato Branco (banco VARSUL). A autora consultou a transcrição das 24 entrevistas de cada uma das 4 cidades do Paraná e checou o áudio de cada uma das ocorrências produzidas pelos falantes. O objetivo é demonstrar, exemplificar e discutir o uso que se faz dos pronomes de segunda pessoa na fala paranaense, bem como flagrar os contextos em que tais pronomes são produzidos.

Odete Pereira da Silva Menon em “*Leite quente: o xibolete curitibano*” nos traz uma reflexão sobre algumas das características do falar curitibano. A pesquisadora parte da discussão dos conceitos de sotaque, dialeto, prosódia e gramática para, assim, poder situar os níveis de variação interdialeto. Em seguida, tece didática análise de alguns casos específicos que caracterizam o dialeto curitibano, no domínio da morfossintaxe.

Partindo do pressuposto de que estão em uso muito mais formas de indeterminação do sujeito do que prescreve a Gramática Tradicional (GT), Adriane Cristina Ribas Setti em sua pesquisa “A indeterminação do sujeito nas três capitais do Sul do Brasil”, com base no trabalho de Menon (1994), analisa algumas possibilidades de indeterminação do

---

14 FERREIRA. A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 4. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

sujeito nas variantes empregadas na oralidade pelos falantes das três capitais do Sul do Brasil, a partir do Banco de Dados do Projeto VARSUL.

Complementando a temática dos pronomes possessivos, em “pronome possessivo: prescrição e uso”, Alexandre Sebastião Ferrari Soares propõe, a partir de *informações* apontadas em vários textos que trataram do assunto, verificar a transformação ocorrida no paradigma dos pronomes e as prováveis consequências no subsistema dos pronomes possessivos.

Dando sequência à análise dos pronomes, em “A variação entre os pronomes *nós/a gente* sob a ótica do estilo e discurso: um estudo na cidade de Curitiba”, Andréa M. Bauer Tamanine traz à baila a discussão sobre a variação entre *nós* e *a gente* – este considerado pronome inovador – na posição de sujeito e a gramaticalização de *a gente* sob a ótica de variáveis relacionadas ao estilo e ao discurso. Composta por um conjunto de dados orais de informantes de Curitiba, capital paranaense, a amostra utilizada por Tamanine na investigação foi constituída por 32 entrevistas do Projeto VARSUL.

Em “Revisitando o sistema pronominal possessivo em uso na Ilha de Valadares”, Adilson do Rosário Toledo efetua um estudo descritivo do sistema pronominal possessivo em uso na Ilha de Valadares, situada na cidade de Paranaguá, litoral do Paraná. Toledo constata que os falantes analisados fazem uso de três formas de pronomes possessivos (PPOS): a forma tradicional, a forma nova e uma forma inovadora. Além disso, constata que existe um padrão sistemático de uso do PPOS em Valadares e sua realização está condicionada por fatores sociais aliados a contextos linguísticos específicos. De modo geral, o PPOS de Valadares assume variadas formas segundo a estrutura, a ordem que ocupa na expressão possessiva e a relação de concordância que veicula. A forma inovadora de PPOS apresenta, ainda, a característica

peculiar da anulação da marca de gênero. No presente estudo, optamos por revisitar o sistema pronominal possessivo de Valadares, em especial, este PPOS inovador.

Dessa forma, colocamos à disposição dos leitores uma pequena amostra das análises já feitas com variedades do português falado no Paraná, esperando que sirvam de estímulo para novas abordagens.

Os Organizadores.

# O léxico paranaense: uma viagem pelas veredas rurais e pelos caminhos urbanos

Vanderci de Andrade Aguilera

## Introdução

“O *piá*, meio *lonanco*, que ficou com *jojoca* depois de comer as bananas *inconhas* e a *coruja* embrulhada em folha de bananeira, atravessou, *de vereda*, a *sanga* com água pelo *garrão*, querendo alcançar o *arco-da-velha*, mas, com medo dos *fuzilos* e dos *calmariões*, voltou para casa. À noite, caminhando *devarde* pelos *carreiros*, buscou no céu o *caminho-de-adão-e-eva*, mas só conseguiu ver o *criso da luma* que ia *chorungar* toda a plantação de feijão”.

Será que um jovem universitário paranaense, que sempre morou na cidade, saberia compreender, na íntegra, o texto acima? E mais: saberia dizer que as palavras em itálico fazem parte do falar rural que viceja aqui e ali nos mais diversos pontos do Paraná?

Esta diversidade linguística coexistindo no mesmo espaço geográfico e político tem aguçado a curiosidade tanto de especialistas como de leigos, sobretudo quando as diferenças envolvem a nomeação dos seres, isto é, o acervo lexical das comunidades de fala. Neste particular, acreditamos, como Biderman (1997, p. 308),

ser o léxico o tesouro vocabular, um patrimônio da sociedade, juntamente com outros símbolos da herança cultural de uma língua, incluindo a nomenclatura de todos os conceitos linguísticos e não-linguísticos e de todos os referentes do mundo físico e do universo cultural do presente e do passado da sociedade [...].

Dessa forma, é importante salientar que, no Paraná, não temos muitos pesquisadores que tenham escolhido, ou ainda escolhem, o léxico como objeto de seus estudos. Apesar disso, creio que essa busca poderá ser sempre motivo de reflexões científicas sob vários enfoques teórico-metodológicos.

Uma dessas vertentes diz respeito ao estudo do vocabulário paranaense, sob o ponto de vista histórico, como o *Scripturae nas Villas de São Luiz de Goaratuba e Antonina: manuscritos setecentistas e oitocentistas* (AGUILERA; ALMEIDA-BARONAS, 2007) e o *Scripturae na Villa de Pernagoa: manuscritos setecentistas* (AGUILERA; VASCONCELOS, 2007), ambos baseados em *corpus* diacrônico formado de manuscritos datados do final do século XVII à primeira metade do XIX, coletados junto ao Arquivo Público do Estado de São Paulo. Para organizar esses dois trabalhos, foram examinados oitenta manuscritos oficiais emanados de antigas vilas (atualmente Guaratuba, Antonina e Paranaguá). Os autores procederam à transcrição (leição) semidiplomática desses manuscritos e, ao final, apresentaram um glossário com o objetivo de “listar alguns vocábulos extraídos dos manuscritos transcritos, elucidar suas definições e esclarecer seus significados dentro do contexto dos documentos” (VASCONCELOS; SILVA; AGUILERA, 2007, p. 89). A título de ilustração, trazemos aqui algumas das palavras registradas no Glossário dessas obras: *abitadores* (habitantes, moradores), *ancear* (oprimir, afligir), *apenar* (obrigar, punir, impor pena), *avulssam* (evulsar, arrancar de forma violenta), *ballandra* (tipo de embarcação antiga), *bando* (pregão, divulgação, proclamação pública), *emtercenção* (intercessão, intervenção), *goarnição* (provimento do necessário, abastecimento), *situantes* (proprietário ou morador de sítio).

Do ponto de vista sincrônico, e com base em pesquisas dialetológicas e geolinguísticas, alguns pesquisadores ora se voltam para o falar rural, ora para o urbano. Neste texto apresentamos alguns desses

trabalhos<sup>1</sup> realizados junto a falantes paranaenses rurais, tais como o *Vocabulário de Tibagi* (TONIOLO, 1981); o *Atlas linguístico do Paraná* (AGUILERA, 1994), o *Léxico rural paranaense* (RODRIGUES, 2000); o *Atlas linguístico do Paraná, vol. II* (ALTINO, 2007) e o artigo *Tupinismos lexicais no português brasileiro: trilhas e traços no Paraná* (AGUILERA, 2006). Na perspectiva do falar urbano, temos o *Vocabulário paranista: brasileirismos do Paraná* (WANKE, 1995) e os dados coletados para o *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB), projeto em andamento.

## Estudos lexicais no Paraná: um passeio pelo campo

Os trabalhos aqui elencados não têm em sua gênese a mesma motivação. Por exemplo, o *Vocabulário de Tibagi* é resultado de pesquisa de campo sistemática, de base dialetológica, cujo *corpus* se destinava a trabalho acadêmico. Para tal, Toniolo realizou, entre os anos de 1975 e 1978, quinze viagens ao interior do município para entrevistar 56 tibagianos *incultos – agricultores e pecuaristas – na zona rural de Tibagi*. Acredito que a maioria dos vocábulos coletados por Toniolo não pertence ao vocabulário ativo nem passivo de boa parte dos paranaenses urbanos dos dias atuais. Uma amostra seria: *aborrido* (triste, encolhido); *acocá* (acocar, adular, mimar excessivamente, principalmente uma criança); *afrontado* (cansado (o animal)); *aspa* (chifre); *baitatá* (ente sobrenatural: fogo que

---

1 Outros trabalhos interessantes sobre o léxico paranaense podem ser consultados: *Viagem ao país dos jesuítas* (MURICY, 1975); *Guaraqueçaba: mar e mata: notas dialetológicas* (ALVAR, 1979); *Le lexique techine des pêcheurs de Guaraqueçaba* (MERCER, 1979); *Antologia do vale do Iguaçu* (FILIPAK; SICURO, 1975); *A linguagem dos trapicheiros* (LEÃO, Rejane Marla S., 1988); *A linguagem do oleiro: uma abordagem lexical e fonética nas regiões de Pirat do Sul, Castro, Ponta Grossa, Imbituva e Prudentópolis* (SOZIM, Miriam Martins, 1995); *A linguagem dos oleiros nas olarias rudimentares da microrregião de Campo Mourão – PR* (FONSECA, Valéria Sanches, 1996); *Esboço de um atlas linguístico de Centenário do Sul* (PIZOLATO, Tania Mara Podestá, 1997); *Esboço de um atlas linguístico de Tamarana* (FABRIS, 1997); *Estudo léxico-semântico de Adrianópolis* (CABRAL, Flávia, 1998); *Aspectos linguísticos da fala de Cândido de Abreu: um estudo geosociolinguístico* (LINO, Fátua Molsés, 2000); *Pelos caminhos da geolinguística paranaense: um estudo do léxico popular de Adrianópolis* (ALTINO, Fabiane Cristina, 2001); *Medicina caseira paranaense: um estudo geolinguístico* (SOUSA, Solange, 2005).

anda, gerado de certas uniões incestuosas); *batido* (guisado de testículos de bovino); *birba* (lagarta que aparece em folhas de couve, soja, mandioca); *cainho* (avarento; outros sinônimos: *curu*, *mísico*, *ridico*, *seguro*); *cave-dar* (dinheiro enterrado; panela de dinheiro); *chimango* (dança na qual as moças tiram os rapazes para dançar); *guapeca* (cachorro de pernas curtas. Var. *peca*, *guapequinha*); *saraquá* (cavadeira); *visage* (assombração).

Outra obra referida é o *Atlas Linguístico do Paraná* (ALPR), resultado de minha tese (AGUILERA, 1994) e elaborado a partir de entrevistas realizadas em 65 localidades rurais junto a dois informantes, um homem e uma mulher, por localidade, na faixa etária de 30 a 60 anos, analfabetos ou semialfabetizados. A carta IV do ALPR traz as localidades da coleta dos dados.



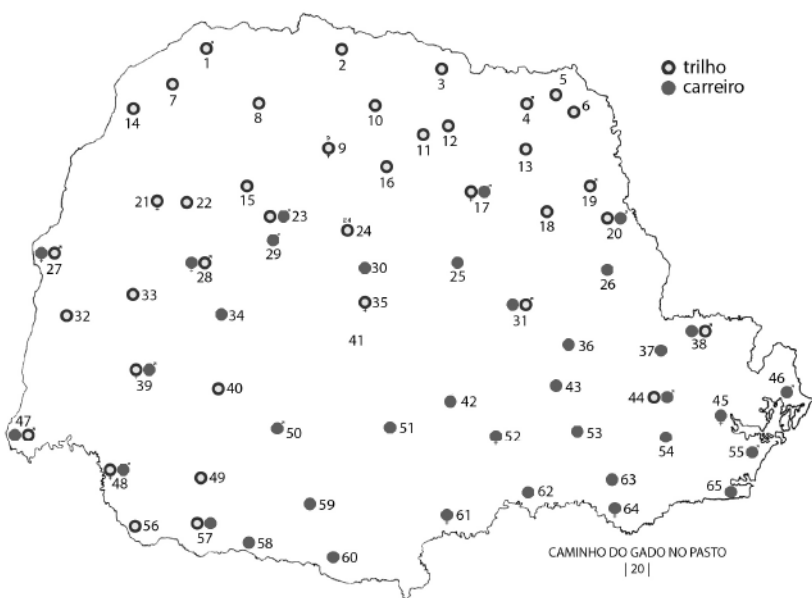
ATLAS LINGUÍSTICO DO PARANÁ

CARTA IV

Figura 1.1 - Carta IV, do Atlas Linguístico do Paraná

Fonte: Aguilera (1994).

O ALPR compreende 92 cartas lexicais, 70 fonéticas e 29 cartas sintéticas de isoléxicas ou de isófonas, além de cartas introdutórias que mostram a localização do Paraná no Brasil, o número de habitantes em duas épocas distintas, 1950 e 1980, e quatro cartas sintéticas da ocupação do solo paranaense desde o século XVII ao início do XX. Estas últimas são interessantes por permitirem estabelecer uma relação entre a ocupação do território e a divisão dialetal baseada em dados lexicais. Para ilustrar trazemos a carta n° 10 do ALPR com a distribuição diatópica das variantes léxicas para *o caminho do gado no pasto*:



ATLAS LINGÜÍSTICO DO PARANÁ

CARTA 10

Figura 1.2 - Carta 10, do Atlas Linguístico do Paraná

Fonte: Aguilera (1994).

Esta carta permite verificar, a partir de dados lexicais, que o Paraná pode ser dividido em duas grandes áreas dialetais: a do Paraná Tra-



dicional<sup>2</sup>, que parte do litoral e caminha no sentido Centro, Centro-Oeste e Nordeste; e a do Paraná Moderno, que abrange o Norte Pioneiro, o Norte Novo, o Norte Novíssimo, e se irradia para o Oeste e o Sudoeste. A coocorrência de *trilho* e *carreiro* em determinados pontos mostra áreas de interseção, comprovando que os limites dialetais não são rígidos e fixos, mas fluidos e instáveis, como já comprovava Wenker em sua tentativa de elaborar um Atlas da Alemanha no final do século XIX, mais precisamente em 1881.

Na dissertação *Para um glossário rural paranaense*, no volume dedicado ao glossário propriamente dito, Rodrigues (2000) elencou mais de 560 vocábulos extraídos em sua maioria do Atlas Linguístico do Paraná (AGUILERA, 1994), acrescido de alguns itens do *Vocabulário de Tibagi* (TONIOLO, 1981) e de *Algumas vozes regionais do Paraná do Extremo Oeste* (MURICY, 1938). Esclarece a autora que listou apenas os verbetes relativos ao campo semântico do *Homem* (partes do corpo humano, funções, alimentação, vestuário, doenças; atividades econômicas, instrumentos, brinquedos e brincadeiras). Selecionamos como amostra: *arigó* (alpargatas), *setra* (estilingue), *aventá* (aventar, abanar, sacudir o feijão colhido, seco e batido para livrá-lo do resíduo das cascas), *bolacha-do-joelho* (patela), *bainha* (vagem), *bidê* (aviãozinho, tipo de papagaio de papel, que, segundo os informantes do ALPR é feito de pacotinho de farinha onde se colocam uns pauzinhos, amarram na ponta uma linha e soltam ao vento), *bolinho-de-graxa* (bolinho frito), *come-quieto* (alpargatas), *dente queiro* (terceiro molar, dente do juízo),

2 A História do Paraná, para Cardoso e Westphalen (1986, p. 9-11), compreende a formação de três comunidades regionais: a do *Paraná Tradicional*, que se esboçou no século XVII, com a procura do ouro e estruturou-se no século XVII sobre o latifúndio campelro dos Campos Gerais, com base na criação e comércio do gado e, mais tarde, nas atividades extrativas e no comércio exportador da erva-mate e da madeira; e as do *Paraná Moderno*, já no século XX, sendo as do *Norte*, com a agricultura tropical do café e que, a princípio, pelas origens e interesses históricos, ficou mais diretamente ligada a São Paulo, e a do *Sudoeste* e *Oeste*, dos criadores de suínos e plantadores de cereais que, pelas origens e interesses históricos, ficou a princípio mais intimamente ligada ao Rio Grande do Sul.

*frangoradinho* (plantação de feijão quando as vagens estão se formando), *ingrim* (espiga de milho falhada, malformada), *jojoca* (soluço do bebê), *landra* (glândula, amígdalas), *licenço* (leicença, tumor), *surjoa* (parteira) e *mãe-do-corpo* (útero).

Altino (2007), em sua tese, servindo-se do *corpus* coletado por Aguilera (1994), elaborou o volume II do Atlas linguístico do Paraná com 125 cartas lexicais, 31 fonéticas e duas dialectométricas com índices relativos de distância e de identidade acerca dos falares paranaenses.

Na sequência, no artigo *Tupinismos lexicais no português brasileiro: trilhas e traços no Paraná* (AGUILERA, 2006, p. 99-125), ainda utilizando os dados do ALPR, a autora relaciona e descreve os tupinismos, comentando que:

Quanto aos nomes de origem tupi, registrados no ALPR<sup>3</sup>, eles pertencem aos campos: a) da fauna: anu, araguaí/araguari, baitaca, beronha, birigui, butuca bituca/ mutuca, caburé, caracará, carancho, carapinhé, carijó, caruncho, cuiuiú, cupim, curica, embuá/ imbuá, guapecá/ peca/ peva, juriú, mamangava/ mamangaba, mandruvá/ mandarová, nacaré, nambeva, nhapacamim/ iapacanim, nhapacaré, picumã, piúca/ pijuca, pinhé, quiriquiri/ quiquiri/ quiliquili, tauató/ taguató, tiriba/tiriva, urubu/orubu/ aribu; b) da flora: apixilim/ pexurim, aracá, araticum/ articum, aroeira, bracatinga, cipó, guavirova / guabiroba/gabirova, imbé (variedade de banana), incõe/inconha, jabuticaba, juá, peroba/ perova, pitanga, saquarema (variedade de banana), taquara, tiguera, urupê; c) de utensílios: arapuca, juquiá, peteca; d) das funções do corpo humano: jojoca, curica; e) de entes sobrenaturais: nhanguinho, saci, baitatá/baetatá. A frequência desses itens lexicais no corpus não é uniforme, porque a maior recorrência de alguns está relacionada ao fato de serem tema no Questionário adotado, dando, pois, origem a cartas temáticas, como é o caso das cartas de n.º 42, para variedades de banana; n.º 51, para variedades/espécies de gavião; n.º 71, para soluço; n.º 78, para cócegas; n.º 150, para o mosquitão que

3 O rol de nomes de origem tupi na fala paranaense é bem mais extenso, mas registro aqui apenas os que surgiram durante a pesquisa de campo com base no Questionário estruturado proposto por Caruso (1983) e adaptado por mim para o ALPR.

pica o gado; e n.º 162 para variedades/espécies de galinha. Os menos recorrentes, na maioria dos casos, representam formas remanescentes que se constituem em últimos documentos orais da fala setecentista e, por isso, estão circunscritos a uma área pouco extensa (AGUILERA, 2006, p. 113-114).

Ao concluir o artigo, Aguilera (2006) esclarece que considera importante ressaltar dois pontos básicos: a importância dos atlas linguísticos para a escrita da história social de uma língua e a confirmação de várias teorias dialetológicas que embasaram os primeiros estudos dessa natureza.

No primeiro caso, a distribuição diatópica, tanto dos tupinismos como de outras variantes, está aí para confirmar a caminhada do homem no espaço geográfico, por ser ele o veículo que transporta a linguagem, pois as palavras não viajam sozinhas como folhas ao vento. O homem se locomove e carrega consigo sua história, suas crenças e tradições. E os atlas, principalmente aqueles voltados para a investigação da fala rural, buscando o falante sem escolaridade e de regiões isoladas, tal como nos primórdios da Geolinguística, têm um papel primordial no armazenamento e detecção das várias camadas linguísticas que se foram sobrepondo ao longo dos séculos.

No segundo caso, confirmam-se os princípios teóricos que subjazem aos estudos dialetológicos, consoante os quais as palavras não caminham de modo uniforme, mas apresentam lacunas na sua expansão e concentração, tornando difícil, muitas vezes, traçar as linhas de isoglossas. Para isso concorrem fatores como o maior ou menor grau de contato entre os falantes da mesma comunidade, o grau de interação social entre diferentes grupos ou classes, os eventos sociais compartilhados, as mudanças decorrentes de fatos históricos ou econômicos, entre outros.

Desta forma, a presença dos tupinismos na linguagem rural paranaense contemporânea indica o grau das relações interpessoais

entre o bandeirante, o minerador, o fazendeiro e os seus *administrados* nos séculos XVII e XVIII.

Além dos tupinismos e de outros indigenismos, há muito a ser estudado sobre os falares paranaenses, para responder a perguntas como: Que contribuição para o léxico paranaense trouxeram os alemães, os italianos, os poloneses, os ucranianos, os japoneses, os árabes, os judeus e tantos outros grupos que ocuparam este solo e dele fizeram sua segunda pátria?

## O léxico urbano no Paraná: um rápido passeio pelas cidades

Para esta reflexão, buscamos apenas dois referenciais: o primeiro é a obra de Wanke, que assim introduz a 1ª edição:

Este pequeno vocabulário das palavras que guardei em minha memória de infância e juventude, acrescido de anotações de hoje, é uma singela colaboração aos estudiosos e dicionaristas da língua para que possam incluir em seus trabalhos alguns brasileirismos típicos do Paraná (WANKE, 1995, p. 7).

Trata-se, pois, de obra memorialista, sem preocupação acadêmica. Destacamos alguns desses vocábulos: *alcaide* (patife, pessoa ruim); *apinchar/pinchar* (atirar algo, correr, deslocar-se); *apurado* (necessitado de satisfazer necessidades fisiológicas); *atorar* (cortar fora, amputar); *batata-salsa* (o mesmo que batata-baroa no Rio de Janeiro. Também chamada de aipim salsa ou mandioca salsa); *bidê* (tipo de raia tridimensional, sem rabo, em forma de paralelepípedo); *curu* (sovina, pão-duro); *destripar o mico* (vomitar); *devarde* (debalde, à toa); *de vereda* (em seguida, de repente); *dolé* (picolé, sorvete de pauzinho); *foco* (lâmpada elétrica); *fuque* (fusca, o automóvel Volkswagen tipo besouro); *gengibirra* (refrigerante de gengibre fermentado, comum no Paraná); *pechada* (es-

barro, encontrão, choque); *setra* (estilingue); *viúva* (terçol, pequeno abscesso no canto do olho).

Como se pode observar, muitas dessas palavras, atualmente, estão mais presentes no vocabulário rural do que no urbano. Ainda inédito, o segundo *corpus* urbano de nosso estudo compõe o acervo de dados coletados pelo Atlas Linguístico do Brasil.

## **O que os dados coletados para o Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), nos pontos do Paraná, têm a dizer sobre o léxico**

O projeto do Atlas Linguístico do Brasil, com sede na Universidade Federal da Bahia, coordenado por um comitê nacional formado por diretores científicos de formação dialetológica, geolinguística e sociolinguística, de mais de uma dezena de Universidades, sob a presidência da Dr<sup>a</sup> Suzana Cardoso, está finalizando os estudos relativos à descrição da Língua Portuguesa falada em 25<sup>4</sup> capitais brasileiras, onde a coleta de dados já está concluída. O ALiB, em 2014, trouxe ao público, pela Editora da UEL, os primeiros volumes que descrevem a metodologia adotada, a variação fonética relativa a determinadas variantes que podem indicar uma possível divisão dialetal brasileira (vogais pretônicas e postônicas, ditongos orais e nasais, consoantes laterais, vibrantes, fricativas alveolares e oclusivas, entre outras) e a variação lexical. Quanto aos pontos do interior, a equipe do ALiB concluiu a coleta dos dados, finalizando os trabalhos nos 26 estados e nas 225 localidades estabelecidas no projeto.

Para a realização da pesquisa de campo, o Comitê Nacional atribuiu a cada um dos diretores científicos um número de estados, cabendo à Regional Paraná a responsabilidade da coleta dos dados no

---

4 Das 27 capitais brasileiras, foram excluídas as duas mais jovens: Palmas e Brasília.

Amapá, São Paulo e Paraná<sup>5</sup>, num total de 54 localidades do interior, além das três capitais.

Os Questionários<sup>6</sup> (COMITÊ NACIONAL DO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL, 2001) compreendem três grandes partes: o Questionário Fonético Fonológico (QFF), o Questionário Semântico Lexical (QSL) e o Questionário Morfosintático (QMS). As entrevistas são gravadas, transcritas e revisadas pelas equipes regionais e enviadas à sede do Comitê Nacional.

Uma rápida visita aos dados lexicais coletados em 16 localidades do interior paranaense, junto a falantes urbanos, mostra um quadro diferente do apresentado pelos estudos rurais acima mencionados, em particular os referentes aos resultados do ALPR e ALPR II. Para ilustrar, tomemos, por exemplo, o campo semântico da Fauna e analisemos as respostas de quatro das 25 questões propostas pelo ALiB e que têm cartas correspondentes no ALPR e ALPR II: nº 64 *urubu*, nº 65 *beija-flor*, nº 78 *boi sem chifre* e nº 86 *bicho-de-fruta*.

Sobre a questão 64: *ave preta que come animal morto, podre*, o ALPR (informantes rurais) apresenta uma distribuição diatópica bastante regular, compondo duas áreas de isoléxicas: *urubu* nos pontos do Norte e *corvo* nos pontos do Sul. Nos dados do ALiB-PR, essas áreas estão muito pouco definidas, pois a primeira resposta dada é *urubu* (61%) em 13 das 16 localidades e *corvo* (39%) é a segunda resposta, quando o informante é indagado sobre outro nome para a ave. Alegam que *corvo* é fala ‘dos mais antigos’, ou que ‘não é a mais correta’. Na capital, a variante *urubu* foi citada por seis dos oito informantes como primeira resposta e *corvo* foi registrada por apenas dois deles também na primeira resposta.

---

5 A rede de pontos do Paraná compreende 16 localidades do interior, além da capital: Nova Londrina, Londrina, Terra Boa, Umuarama, Tomazina, Campo Mourão, Cândido de Abreu, Piraí do Sul, Toledo, Adrianópolis, São Miguel do Iguaçu, Imbituva, Guarapuava, Morretes, Lapa e Barracão.

6 Constam também questões de prosódia, de pragmática, de metalinguística e um texto para leitura. Para outros dados do ALiB, visite o site [www.alib.ufba.br](http://www.alib.ufba.br).

Sobre a questão 65: *passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem o bico comprido e fica parado no ar*, no ALPR, a carta nº 52 mostra a vitalidade de *cuitelo* entre os falantes rurais de várias regiões: litoral, sul, centro e norte pioneiro, representando 65% das localidades, ao contrário dos dados do ALiB, que apresentam, como primeira resposta, *beija-flor* em 13 localidades e apenas em três delas *cuitelo* é a primeira resposta. Os demais informantes, de sete localidades, quando se referem a 'outro nome para o passarinho', declaram que *cuitelo* era usado antigamente e que só os mais velhos ou os moradores da roça ainda falam este nome.

A questão nº 78 para *boi sem chifre* registrou a resposta *mocho* em 100% dos informantes do ALPR II, conforme consta da carta nº 223. Nos dados do ALiB, porém, 64% responderam *mocho* e os demais (36%) declararam não saber ou, se tivessem que nomear, diriam apenas: *boi sem chifre*, sem um nome específico.

Para responder a questão 86 do ALiB sobre as denominações para o *bichinho branco, enrugadinho, que dá em goiaba, em coco*, o ALPR II traz na carta para *as doenças da goiaba* uma multiplicidade de variantes, tais como: *ferrugem* (30%), *bicho ou bichinho da goiaba* (26%), *coró* ou *corozinho* (13%), *bigato* (11%), *broca* (6%), *lagarta* (2%), *caruncho* (2%), *podre* (2%), *bolor* (2%), além de 9 localidades sem respostas. Note-se que o total é de 75 registros o que indica que muitos informantes deram mais de uma resposta. Nos dados do ALiB, a resposta majoritária é *bicho/bichinho da goiaba* (52%), seguida de *coró/corozinho* (17%) e *bigato* (14%), além das formas menos produtivas *lagarta, micróbio, larva, verme, minhoca, medidor* e *ruga*, que, juntas, representam 17% do total. Observamos que, além da diferença em tempo real (a coleta do ALPR foi feita entre 1985 e 1990 e a do ALiB-PR em 2002 e 2003), temos a oposição rural X urbano. Algumas formas regionais como *bigato* e *coró* ampliaram seu raio de expansão,

pois foram registradas, respectivamente, em 25% e 50% das localidades em estudo. Por outro lado, a forma genérica *bicho-de-goiaba* foi registrada em todas as localidades por pelo menos um informante, chegando a todos eles em Campo Mourão e Morretes.

## Conclusão

O léxico paranaense na versão rural e na versão urbana está em luta. Mas a vitória já se vem anunciando há muito tempo. Desde a década de 1950, o Paraná iniciou o processo de urbanização e começou a passar de Estado agrícola a urbano e rurbano. A sociedade mudou, os campos estão vazios, a periferia das cidades está inchada, a tecnologia, e com ela a informática, está presente nas ruas, na mídia, nas casas, nas escolas, que hoje estão mais próximas e acessíveis. E o “vocabulário vai acompanhando e refletindo as transformações dos estados da sociedade, porque os conceitos evoluem acompanhando a marcha da sociedade e as suas mutações” (BIDERMAN, 1997, p. 309).

Assim é que, nos falares paranaenses, lexias antes tão produtivas como *caminho de Santiago*, *arco-da-velha*, *arco-da-aliança*, *calmarião*, *tormenta*, *fuzilo*, *burcão*, *sanga*, *arroio*, *cuitelo*, *corvo*, *galinha polaca*, *galinha peca*, *banana inconha*, *lonanco*, *náfico*, *capela do olho*, *jojoca*, *pechada*, *ramona* e até mesmo o *luvisome* e o *baitatá* estão desaparecendo do vocabulário até mesmo passivo de nossos conterrâneos. Tem razão Biderman (1997, p. 399), ao afirmar que, “ao fazer a história das palavras, muita vez os linguistas fizeram simultaneamente a história da sociedade. Em suma, num vocabulário estão sintetizadas a vida, os valores e crenças de uma comunidade social”.

Retomando o trecho de abertura deste texto: hoje, no falar paranaense urbano, teríamos: o “*piá* ou *menino*, meio *manco*, que ficou



com *solução* depois de comer as *bananas gêmeas* (ou *felipes*) e a *pamonha* (não mais embrulhada em folha de bananeira, mas saboreada na pamonharia), atravessou, apressadamente o *riozinho*, com água nos *calcanhares*, querendo alcançar o *arco-íris*, mas, com medo dos *raios* e *trovões*, voltou para casa. À noite, caminhando *sossegado* pelos *trilhos*, buscou, no céu, a *via-láctea*, mas só conseguiu ver o *eclipse da lua*, que iria *murchar* toda a plantação de feijão”.

## Referências

AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1994.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Os tupinismos na linguagem rural paranaense. *Línguas & Letras*, Cascavel, PR, v. 4, n. 12, p. 99-125, jan./jun. 2006.

AGUILERA, Vanderci de Andrade; ALMEIDA-BARONAS, Joyce Elaine (Org.). *Scripturae nas villas de São Luiz de Goaratuba e Antonina*: manuscritos setecentistas e oitocentistas. Londrina: EdUEL, 2007.

AGUILERA, Vanderci de Andrade; VASCONCELOS, Celciane (Org.). *Scripturae na villa de Pernagoa*: manuscritos setecentistas. Londrina: EdUEL, 2007.

ALTINO, Fabiane Cristina. *Atlas linguístico do Paraná*: ALPR II. 2007. 187 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

ALTINO, Fabiane Cristina. *Pelos caminhos da geolingüística paranaense*: um estudo do léxico popular de Adrianópolis. 2001. 101 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2001.

ALVAR, J. *Guaraqueçaba, mar e mato*. Curitiba: UFPR, 1979.

BIDERMAN, Maria Tereza. O léxico testemunha de uma cultura. In: HOINKES, Ulrich; DIETRICH, Wolf (Org.) *Kaleidoskop der lexikalischen semantik*. Tübingen: Narr, 1997. p. 308-399.

CABRAL, Flávia Adriane Sant'Ana. *Estudo léxico-semântico de Adrianópolis: primeiros passos*. 1998. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Língua Portuguesa) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1998.

CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Cecília Maria. *Atlas histórico do Paraná*. Curitiba: Chain Editora, 1986.

CARUSO, Pedro. *Atlas lingüístico do estado de São Paulo: questionário*. Assis, SP: UNESP; Prefeitura Municipal de Assis, 1983.

COMITÊ NACIONAL DO ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL. *Questionários do Atlas lingüístico do Brasil*. Londrina: EdUEL, 2001.

FABRIS, R. S. *Esboço de um atlas lingüístico de Tamarana*. 1997. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Língua Portuguesa) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1997.

FILIPAK, Francisco; SICURO, Néelson. *Antologia do vale do Iguaçu*. União da Vitória: Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União Vitória, 1976.

FONSECA, Valéria Sanches. *A linguagem dos oleiros nas olarias rudimentares da microrregião de Campo Mourão-PR*. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2002.

LEÃO, Rejane. M S.. *A linguagem dos trapicheiros*. 1988. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 1988.

LINO, Fádua Maria Moisés. *Aspectos lingüísticos da fala de Cândido de Abreu: um estudo geossociolingüístico*. 2000. 291 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2000.

MERCER, José Luiz da Veiga. *Le lexique technique des pêcheurs de Guaraqueçaba (Brésil)*. 1979. Tese (Doutorado em Estudos Românicos) – Université de Toulouse, Toulouse, 1979.

MURICY, Andrade. *Algumas vozes regionais do Paraná do extremo oeste*. Rio de Janeiro: Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada, 1938.

MURICY, J. C. S. *Viagem ao país dos jesuítas*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1975.

PIZOLATO, T. M. de P. *Esboço de uma atlas linguístico de Centenário do Sul*. 1997. 167 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Língua Portuguesa) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1997.

RODRIGUES, Rosa Evangelina de Santana Belli. *Para um glossário da fala popular rural paranaense*. 2000. 152 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2000.

SOUZA, Solange Staciaki de. *Medicina caseira paranaense: um estudo geolinguístico*. 2005. 123 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

SOZIM, Miriam Martins. *A linguagem do oleiro: uma abordagem social e fonética nas regiões de Piraí do Sul, Castro, Ponta Grossa e Prudentópolis*. 1995. Tese (Doutorado em Letras Filologia e Linguística Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 1995.

TONIOLO, Ennio José. *Vocabulário de Tibagi*. Apucarana: Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, 1981.

VASCONCELOS, Celciane; SILVA, Elvira Barbosa; AGUILERA, Vanderci de Andrade. Glossário. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade; VASCONCELOS, Celciane (Org.). *Scripturae na villa de Pernagoa: manuscritos setecentistas*. Londrina: EdUEL, 2007. p. 89-112.

WANKE, Ênio Teodoro. *Vocabulário paranista: brasileirismos do Paraná*. Rio de Janeiro: Plaquette, 1995.

# Sobre o apagamento de SE

Grace dos Anjos Freire Bandeira

## Introdução

Faz mais de dez anos, ainda em Manaus (minha cidade natal), que fiz os primeiros registros de fala relacionados ao tema de que tratarei aqui. À época, meu guia eram os meus ouvidos, sempre que me despertavam um sentimento que chamei de estranhamento. São exemplos do que estranhava ouvir os que estão a seguir: *José aposentou. Maria forma no próximo período. Pedro separou.* Com a oportunidade de estudar em Curitiba, ganho também a possibilidade de lidar com o Banco de Dados VARSUL. Nele, uma constatação: o que era só estranhamento podia se transformar em objeto de estudo; e ali estava ele, o pronome SE; melhor, o seu apagamento, como em (1) e (2).

(1) quantas vezes ele candidatar eu voto nele (LDN01L0471)<sup>1</sup>.

(2) Esse meu cunhado é que hoje está doente, que caiu de cima de um paiolzinho que ele estava fazendo e bateu a cabeça e operou e ficou meio lelé, né? (CTB 14L 0597).

À luz desses primeiros exemplos, eu apresento o objetivo deste capítulo: demonstrar que há apagamento do reflexivo *se* nas quatro cidades pesquisadas. Para tal, eu me impus uma primeira pergunta: “quem” é o *se*?

É claro que a minha formação na área de estudos clássicos só podia me remeter, pelo menos inicialmente, ao *se* reflexivo acusativo; pronome que, em latim clássico, é marca de identidade entre sujeito e objeto gramaticais. Mas não só. Exerce também a função de recuperar o

---

<sup>1</sup> A codificação das ocorrências do VARSUL apresentada, contém as seguintes informações, pela ordem: código da localidade (Curitiba: CTB, Irati: IRT, Londrina: LDN, Pato Branco: PBR), número da entrevista (01), e linha em que se encontra a ocorrência na entrevista: L0471.

agente da ação expressa pelo verbo. Ou seja, o *se* de *se uidet* (CART *et al.*, 1986, p. 32) e de *Titus se interrogat* (ALMENDRA; FIGUEIREDO, 1999, p. 64) indica que a ação recai sobre o sujeito-agente do processo verbal.

Em resumo: em “ele se casa”, existe identidade entre ele e o *se*. Mas entre estes não há agentividade; melhor, eu não posso dizer que ele é agente da ação de casar. Logo, o *se* não é mais o mesmo! Vejamos o que diz Ribeiro (1890, p. 700): “Para nós *se* é essencialmente um pronome, de que usa a nossa língua, dando-lhe vários empregos e modificando-lhe diversamente a ideia reflexa que em seus primórdios denotava”.

Aí está! Falar sobre o *SE* é assumir que ele tem um uso original (o reflexivo) que se espraia em direção a novos contextos. É preciso observar, então, que nem sempre o verbo pronominalizado pelo *se* ou o verbo a que ele se adjunge expressa uma ação em que o sujeito gramatical é agente do processo verbal. Em alguns casos, portanto, o *se* recupera um sujeito gramatical que não é agente do processo verbal.

Ponto final para esta primeira questão, com as palavras de Ilari (1992, p. 106): “As principais novidades na sintaxe dos pronomes afetam o reflexivo *se*, que assume algumas funções totalmente desconhecidas na sintaxe clássica”.

Agora mais próximos do nosso objeto de estudo, voltemo-nos às hipóteses para o apagamento de *se*.

## **Nossas hipóteses para o apagamento do reflexivo *se***

São duas as hipóteses de natureza linguística que formulamos em torno do apagamento de *SE*: 1) a de que verbos pronominalizados tendem a não realizar os seus objetos; 2) a de que *me*, *te*, *se* e *nos* tendem a sofrer apagamento na função *sujeito* (esta, exclusiva do *se*) e na função *objeto*.

Quanto à primeira hipótese, sobram falas em torno de uma ten-

dência: a da “intransitivização por despronominalização ou despronominação” (LUFT, 2000). Para Luft (2000) fica em jogo tão somente a ação expressa pelo verbo; o verbo transitivo surgiria como intransitivo, por indeterminação de seus complementos. Monteiro (1994, p. 168) trata também desse tema e propõe que a tendência ao uso intransitivo é um recurso da língua “licenciado” pelo conteúdo semântico do verbo. Diz ele: “é de notar que o próprio conteúdo semântico do verbo pode fazer calar o seu complemento e, com isso, instaurar uma tendência para o emprego intransitivo”. Como exemplo, citamos Balme e Morwood (1996, p. 138) que introduzem o pronome reflexivo *se*, dizendo que “*in Latin such transitive verbs (i.e. verbs requiring an object) usually have the reflexive pronoun as the object where English can use the verb intransitively (i.e. without any object)*”.

Neste método de ensino de latim clássico, Balme e Morwood (1996) sugerem que, enquanto no latim haveria obrigatoriedade no uso do clítico anafórico reflexivo, em inglês, diferentemente, verbos transitivos com pronomes reflexivos em função de objeto podem ser usados intransitivamente, sem que o sentido reflexivo se perca. O que é possível também em português brasileiro. Que dizer do exemplo citado por Veado (1982, p. 45): *ele envenenou e morreu?*

Notemos, sobre a descrição da ‘tendência’ a que fizemos referência anteriormente, que um termo é comum entre os autores citados: a intransitivização. Lembro, todavia, à luz de Chomsky (1995, p. 110), que o apagamento de *SE* não implica a intransitivização do verbo, isto é, a opção pelo objeto nulo não promove mudanças na predicação de um verbo. Continua o verbo sendo transitivo. Isso é parte de nossa segunda hipótese: a opção pela não realização do objeto, tal como vemos no exemplo de Cyrino (1996, p. 165), em (3).

(3) A empregada colocou os livros na estante? Sim, ela colocou.

Note-se que, para responder à pergunta formulada em (3), a opção de resposta foi pelo objeto não lexicalizado, e não pelos pronomes anafóricos<sup>2</sup> “os” ou “eles”. Entre os dados pesquisados, há também exemplos de objetos nulos. Mas esses objetos trazem uma informação a mais: a possibilidade de interpretação reflexiva. Que tal (4)?

(4) E: *É*, e eles se conheceram aqui? F: Conheceram. (PBR02L0014)

Este dado de Pato Branco nos remete à generalização proposta por D’Albuquerque (1988, p. 116): “se o objeto direto não reflexivo pode ser omitido, o reflexivo também passará a ser omitido”. Em outras palavras, se os objetos anafóricos não-reflexivos (tais como *o, a, os, as, lhe, lhes*) podem ser omitidos, os reflexivos (*se, me, te, nos*) também podem ser.

Faltava ainda explicar os casos em que *se, me, te, nos* não são objetos sintáticos, como nos dados em (5) e (6).

(5) Ah, acostumei, né? Trinta e sete anos. (CTB07L0880)

(6) Faz mais de dez anos. Não, ela se formou cedo. (est) A Regina formou. (LDN12L0631)

Para dar conta desses casos, assumimos o que propõe D’Albuquerque (1988, p. 116): “se o objeto direto reflexivo em verbos acidentalmente pronominais pode ser omitido, passa a ser omitido também nos essencialmente pronominais”. Para mim, poder dizer *falou, cantou, mostrou* autoriza o emprego de *matriculou, apaixonou, formou, banhou* etc. É o que Madureira (2002, p. 120) chama de *recurso de simetria do sistema sintático*, e Lima (1976, p. 309), de *analogia*.

Consideremos, enfim, a função sujeito! Com a sentença em (7), Galves (2001, p. 47) estuda a alternância *se* e “sujeito ausente, ou nulo” no português brasileiro.

2 Do grego *aná* (para trás) e *forêin* (trazer, levar), a anáfora é “qualquer referência a um termo já constante do contexto” (CÂMARA JÚNIOR, 1964, p. 36) e pressupõe um movimento retroativo que pode ir além do contexto linguístico e da relação anaforizado-anaforizante.

(7) Nos nossos dias, não usa mais saia (NURC).

Ao sabor de (7), que ilustra o apagamento de *se indeterminador* (amplamente estudado por MENON, 1994 e MILANEZ, 1982), vemos que a indeterminação configura uma possibilidade de interpretação para o sujeito nulo no português brasileiro (GALVES, 2001, p. 51), o que nos permite propor, a exemplo do objeto nulo, que a omissão de *se indeterminador* seja interpretada como uma expressão de *sujeito nulo*, como em (8).

(8) Nós fomos criados assim com, aprendemos um certo respeito pela sexta-feira santa. (est) Mais devagar, mais quieto, não se fala muito, não trabalha, não bate as coisas. (IRT13L0418)

Consideremos, agora, nossa hipótese de natureza sociolinguística: a alternância *SE/Ø* pode ser socialmente motivada. Quer dizer: estamos considerando a hipótese de que a variação em estudo possa estar relacionada também a fatores sociais; daí considerarmos aquelas variáveis sociais já definidas pelo projeto VARSUL: *faixa etária, grau de escolaridade, sexo e localidade*.

## Faixa etária

Levando em conta as duas faixas etárias consideradas pelo projeto VARSUL, pretendemos verificar se a frequência de apagamento dos clíticos anafóricos entre os mais jovens não poderia indicar *mudança em tempo aparente* (LABOV, 1972), em direção a um maior apagamento dos clíticos em estudo. Castro (2002, p. 70), por exemplo, afirma que “há queda acentuada na frequência proporcional de *se indeterminado* entre os falantes mais jovens”.



## Grau de escolaridade

Consideramos essa variável para verificar se algum dos níveis de escolaridade do projeto VARSUL concorre para o apagamento que estamos estudando. Lemos sobre os resultados de Corrêa (1991, *apud* CYRINO, 1996, p. 178), e os estudos de Galves (2001, p. 141), que associam o emprego de anafóricos a um nível de língua mais elaborado e formal. Nossa expectativa é, portanto, a de que o apagamento em estudo seja mais favorecido pelos falantes com nível primário.

## Sexo

De acordo com Monteiro (1994, p. 143-4), existem estudos sociolinguísticos que apontam “que as mulheres procuram expressar-se mais de acordo com o que se considera um modo ‘correto’ de falar” e outros que “revelam uma participação decisiva do sexo feminino em relação a fenômenos de mudança”. Saber como o sexo feminino se relaciona com o fenômeno linguístico que estamos estudando interessa no sentido de se verificar se o que afirma Menon (2006, p. 158) se aplica ao nosso objeto de estudo: “a literatura tem mostrado que, quando as mulheres estão à frente num processo de variação ou mudança, é sinal de que o item linguístico, se não é o mais prestigiado, também não sofre restrições”.

De qualquer modo, considerarei o que Labov (1990) propõe: quando em situação de variação estável, as mulheres é que têm demonstrado preferência pelo uso das formas de prestígio (a *presença* do pronome, no caso deste trabalho); e, nos casos de mudança linguística,

as mulheres é que seriam inovadoras e responsáveis pela propagação da variante não-padrão (aqui, a *ausência* do *se*).

## Localidade

Como é fato inquestionável a diversidade regional do Português do Brasil (MONTEIRO, 1994, p. 142), pretendemos, com esta variável, saber em que medida ocorre, nas localidades em estudo, a alternância *nulo* vs. *lexicalizado* de *me*, *te*, *se* e *nos*. Interessa-nos, com essa variável, poder “desenhar” aspectos da *variação* que, se não são particulares a uma dada cidade, a aproximam mais de uma do que de outra.

## Resultados

Com a apresentação da única variável dependente que adotamos, a variável binária, *presença/ausência* (P/A) de *me*, *te*, *se*, *nos*, lancemo-nos sobre os dados do VARSUL do Paraná, no que diz respeito às cidades de Curitiba, Londrina, Irati e Pato Branco. Em um primeiro momento, tratando dos resultados conjuntos, isto é, que envolvem as 4 cidades acima citadas, estamos lidando com 3829 ocorrências: deste total, 1713 (45%, portanto) são dados de ausência contra 2116 (55%) de presença. Dentre os grupos de fatores considerados relevantes para essa etapa dos trabalhos está a *Localidade*, conforme a figura 2.1.

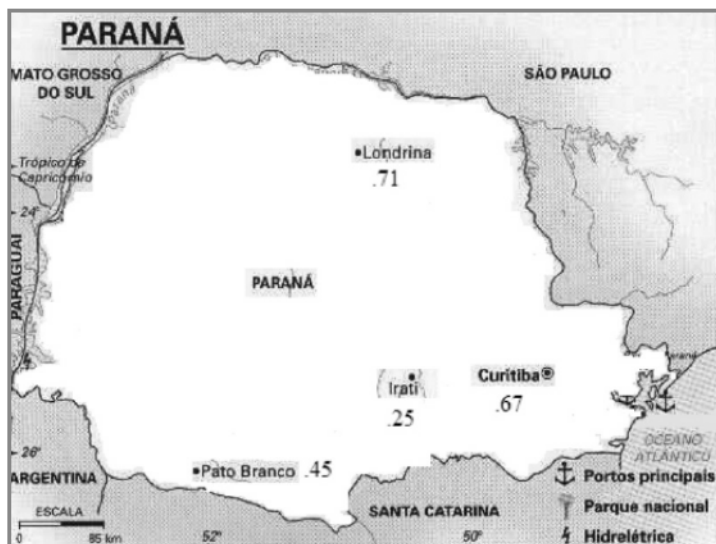


Figura 2.1 - Pesos relativos de apagamento de SE no estado do Paraná  
 Fonte: Bandeira (2007).

Os 3829<sup>3</sup> dados assim estão representados em pesos relativos, em função da variável *localidade*: Londrina tem **.71** de ausência; Curitiba, **.67** de ausência; Pato Branco, **.45** de ausência; e Irati, **.25** de ausência. O mapa mostra que a supressão é maior em Londrina, o que, segundo pensamos, pode estar relacionado à *ocupação mineiro-paulista* dessa cidade. Em Minas, de acordo com os trabalhos de Veado (1982), Lemle (1985) e de D’Albuquerque (1988), por exemplo, a supressão que estamos estudando expressa um fato não mais como *variação*, mas como *mudança* já operada ali. Em situação inversa está Irati, que é, dentre as quatro cidades do Paraná em estudo, a mais conservadora no que diz respeito ao emprego dos anafóricos.

3 Não se incluem entre estes os 139 dados relativos à expressão *diz que*, que retirei ao rodar as 4 cidades juntamente (52 de CTB, 27 de LDN, 28 de IRT e 32 de PBR). Não se incluem também os 215 dados de Infinitivo flexionado, tal como *Então eu acho que Curitiba é uma cidade ideal para se viver, pra ter conforto, tá?* (CTB01L1051): 62 de CTB, 33 de LDN, 77 de IRT e 43 de PBR.

Em Curitiba, a tendência vai também em direção ao apagamento, acompanhando Londrina. Já em Pato Branco, temos resultados que apontam **.45** de ausência. Fazemos notar que a “concorrência”, em Pato Branco, tal como em (9) e (10), é um aspecto que chega a chamar a nossa atenção; o fato de o informante “hesitar” quanto ao uso do clítico é talvez o que deixe essa cidade, ao lado de Irati, como uma das localidades do Paraná onde o pronome tenta se manter.

(9) Ah, eu de vez em quando assisto, mas novela eu não me apego [...] e às vezes a gente vai fazer crochê e nem dá bola, eu [não]- não apego mais nas novelas. (PBR07L0820)

(10) E eu me assustei tanto, eu estava dormindo, né? assustei tanto que sei lá, eu comecei a gritar. (PBR07L0030)

Em tempo, esclarecemos que a relação que estabelecemos entre a colonização de Londrina e o apagamento de *se* não é suficiente para explicar a supressão em estudo. Ao considerarmos a colonização de Londrina por mineiros e paulistas, quisemos dizer que uma das forças desencadeadoras do apagamento em Londrina pode ser a sua colonização diferenciada. O apagamento de *SE*, claro, não é só uma questão de colonização! Se fosse assim, Curitiba, Irati e Pato Branco não “apagariam”. De qualquer forma, temos estes primeiros resultados que apontam Londrina como a menos conservadora das cidades do Paraná. Na outra ponta, a cidade mais conservadora, Irati; não só em atenção aos nossos resultados, mas também àqueles de Fagundes (2007).

Quanto aos resultados particulares a cada cidade do Paraná, constatamos que o programa VARSUL selecionou, como estatisticamente relevantes para o nosso estudo, duas variáveis sociais: *faixa etária* (para Irati e Pato Branco) e *sexo* (só para Pato Branco).

## Faixa etária, em Irati

O comportamento inovador, aquele em que há apagamento, é, em Irati, um comportamento liderado pelos mais jovens (entre 25 e 49 anos): **.73** de ausência. Vale considerar Monteiro (1994, p. 178), cujos resultados, embora com intervalos de faixa etária distintos dos definidos pelo VARSUL, indicam que “os clíticos aparecem um pouco mais na fala dos mais idosos”. Em relação a essa variável, lembremos que ela não foi considerada relevante nem para Curitiba, nem para Londrina. No entanto, o foi para Irati e também para Pato Branco.

Tabela 2.1 - A variável faixa etária, em função da variável dependente em Irati/PR

Variável dependente	Faixa etária do informante					
	a (entre 25 e 49 anos)			b (com 50 anos ou mais)		
	Nº	%	PR	Nº	%	PR
Presença	78	27	.27	116	33	.70
Ausência	215	73	<b>.73</b>	236	67	<b>.30</b>
Total	293			352		

Fonte: Bandeira (2007).

Diante desses resultados de Irati, perguntamos: a frequência de apagamento de *se* entre os mais jovens poderia indicar *mudança em tempo aparente* (LABOV, 1972), ou tão somente um fenômeno de graduação etária, isto é, que caracteriza tão somente (considerando-se os nossos resultados) a fala dos jovens?

Tomemos a nossa variante inovadora, o apagamento. Ela de fato se mostra mais frequente entre os mais jovens (.73) e decresce em relação aos mais velhos (.30). Mas será suficiente essa diferença para

denotar mudança em curso? Penso que não, principalmente quando procuro relacionar à variável faixa etária outras variáveis como *sexo* e *escolaridade* e não consigo, já que estas, no caso de Irati, não foram selecionadas estatisticamente. Tão somente as diferenças resultantes da comparação de duas faixas etárias, por exemplo, não são suficientes para indicar mudança em curso (LABOV, 1966).

## Faixa etária, em Pato Branco

Tabela 2.2 - A variável faixa etária, em função da variável dependente em Pato Branco/PR

Variável dependente	Faixa etária do informante					
	a (entre 25 e 49 anos)			b (com 50 anos ou mais)		
	Nº	%	PR	Nº	%	PR
Presença	246	56	.44	251	59	<b>.56</b>
Ausência	195	44	<b>.56</b>	173	41	.44
Total	441			424		

Fonte: Bandeira (2007).

Os pesos da faixa etária estão invertidos: **.56** e **.44** representam a opção de cada uma das idades ou pela presença, ou pela ausência. Com **.56** de ausência, podemos afirmar que o comportamento dos mais jovens de Pato Branco tende ao apagamento. Essa mesma tendência de comportamento da primeira faixa etária é representada, em Irati, por **.73** de ausência. Logo, em Irati e Pato Branco, a variável faixa etária pode estar sendo determinante na escolha dos mais jovens pelo não-uso e na dos mais velhos pelo uso do clítico. Em Curitiba e Londrina, não podemos falar em tendências de uso no que diz respeito a essa variável.

## Sexo, em Pato Branco

Tabela 2.3 - Total de ocorrências da variável sexo do informante em função da variável dependente, em Pato Branco/PR

Variável dependente	Sexo do informante					
	Feminino			Masculino		
	Nº	%	PR	Nº	%	PR
Presença	245	54	.41	252	61	<b>.59</b>
Ausência	207	46	<b>.59</b>	161	39	.41
Total	452			413		

Fonte: Bandeira (2007).

Há uma inversão nos resultados dessa variável em termos de pesos relativos: enquanto **.41** representa a *presença* para as mulheres, representa a *ausência* para os homens; enquanto **.59** traduz a *ausência* para o sexo feminino, traduz a *presença* para o masculino. Esses índices relativos indicam que a forma inovadora (o *apagamento*) é encabeçada, na cidade de Pato Branco, pelas mulheres. E que os homens, contrariamente, tendem ao *uso* do clítico.

O comportamento das mulheres de Pato Branco pode ser mais um exemplo da constatação de Menon (2006, p. 158): “a literatura tem mostrado que, quando as mulheres estão à frente num processo de variação ou mudança, é sinal de que o item linguístico, se não é o mais prestigiado, também não sofre restrições”.

A variável *sexo do informante* só foi selecionada para Pato Branco. Não posso, com esse resultado, tratar dessa variável como determinante para o apagamento.

## Conclusão

À luz dos trabalhos que aqui citamos, damos destaque a duas questões: i) que a função semântica da reflexivização não é exclusiva do reflexivo *se*; ii) que a não-obrigatoriedade da marca de reflexibilidade passa a promover, segundo Lemle (1985, p. 123), o uso de verbos *intrinsecamente reflexivos* sem marca de elemento anafórico obrigatório – *comportar, queixar, descuidar* –, ou, segundo Ilari, Franchi e Neves (1996, p. 163), uma “*conjugação intrinsecamente pronominal, onde o pronome se já não exprime qualquer papel profundo*”.

Em outras palavras, o *apagamento* de *se* pode ter interpretação reflexiva e servir também como recurso de anaforização.

Considerando-se a variável sexo, só selecionada para Pato Branco, vimos que os pesos relativos de ausência da variante *sexo feminino* (.59) indicam que lá são ELAS que encabeçam o uso da variante inovadora (o apagamento). No que diz respeito ao fenômeno linguístico que estamos estudando, as mulheres de Pato Branco “cuidam” do modo como se expressam: na dúvida, o vazio, como em (11).

(11) E ele logo que separou da mãe ele casou novamente, né?  
(PBR04L0834)

Quanto à variável faixa etária, selecionada estatisticamente para Irati e Pato Branco, afirmamos que o apagamento é favorecido pelos informantes da primeira faixa etária, isto é, pelos mais jovens, tanto de um quanto de outro lugar (.73 de ausência em Irati; .56 de ausência em Pato Branco). A anaforização, portanto, quer de interpretação reflexiva, quer não, pode ser representada, na fala dos jovens, pelo *vazio*.

Em resumo, os resultados deste trabalho, que apontam o *vazio anafórico* como uma variante “boa de briga” (45% de ausência



do total de 3829 dados), somam-se a muitos resultados, dentre os quais os de Tarallo (2005, p. 43), sobre o fato de a língua falada favorecer o vazio anafórico não-reflexivo (o apagamento de *o/a*), o que pode ser explicado, em relação a ambos os temas, pelo que propõe o próprio Tarallo: “a anáfora zero carrega estigma sociolinguístico menos acentuado”.

O porquê de essa perda estar se insinuando na língua se explicaria, então, segundo D’Albuquerque (1988, p. 119-120), pelo fato de a língua portuguesa do Brasil estar autorizando “dois modelos formais distintos de possibilidade de presença ou ausência de um termo” – o modelo de verbos sem sujeito ou com sujeito oculto e o modelo de verbos com objeto ausente. É nesse sentido que penso o apagamento de *me, te, se* e *nos* como **um fenômeno de variação inerente no português brasileiro**, isto é, no sentido de que temos uma gramática que permite o apagamento nas funções sujeito e objeto.

## Referências

ALMENDRA, Maria Ana; FIGUEIREDO, José Nunes. *Compêndio de gramática latina*. Porto, Portugal: Bloco Gráfico LDA, 1999.

BALME, Maurice; MORWOOD, James. *Oxford Latin Course*. Part I. Oxford: Oxford University Press, 1996.

BANDEIRA, Grace dos Anjos Freire. *O apagamento de SE nas funções sujeito e objeto: um estudo variacionista com dados do VARSUL do Paraná*. 2007. 262 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ozon, 1964.

CART, A. et al. *Gramática latina*. Tradução e adaptação de Maria Evangelina Villa Nova Soeiro. São Paulo: T. A. Queiroz: EDUSP, 1986.

CASTRO, Márcia Silva de. *A sintaxe dos clíticos pronominais do dialeto gaúcho atual*. 2002. 79 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

CHOMSKY, Noam. *The minimalist program*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1995.

CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996. p. 163-184.

D'ALBUQUERQUE, A. A perda dos clíticos em um dialeto mineiro. *Revista Tempo Brasileiro*, 78/79, p. 97-121, 1988.

FAGUNDES, Edson Domingos. *As ocorrências do modo subjuntivo nas entrevistas do VARSUL no estado do Paraná e as possibilidades de variação com o modo indicativo*. 2007. 220 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

GALVES, Charlotte C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. São Paulo: Ática, 1992.

ILARI, Rodolfo; FRANCHI, Carlos; NEVES, Maria H. M. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de; BASÍLIO, Margarida (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: FAPESP, 1996. p. 79-166.

LABOV, W. The social stratification of English in New York City. Washington: Center of Applied Linguistics, 1966.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, William. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. *Language Variation and Change*, Cambridge, v. 2, n. 2 p. 205-254, jul. 1990.

LEMLE, Miriam. Pronomes, anáforas, zero: observações sobre uma mudança lingüística. *DELTA, São Paulo*, v. 1, n. 1, p. 121-124, 1985.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 18. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1976.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. São Paulo: Ática, 2000.

MADUREIRA, Evelyne Dogliani. Variação nas construções pronominais dos verbos psicológicos: uma decorrência de diferentes percursos históricos. In: COHEN, M. A.; RAMOS, J. *Dialeto mineiro e outras falas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002. p. 109-130.

MENON, Odete Pereira da Silva. A indeterminação do sujeito no português do Brasil: NURC-SP e VARSUL. In: VANDRESEN, Paulino (Org.). *Variação, mudança e contato lingüístico no português da região sul*. Pelotas: EDUCAT, 2006. p. 125-167.

MENON, Odete Pereira da Silva. *Analyse sociolinguistique de l'indétermination du sujet dans le portugais parlé au Brésil, a partir des données du NURC/SP*. 1994. 397 f. Tese (Doutorado em Linguistique Théorique et Formelle) – Université de Paris VII, Paris, 1994.

MILANEZ, Wânia. *Recurso de Indeterminação do sujeito*. 1982. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1982.

MONTEIRO, José Lemos. *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza*. 2. ed. Bahia: Dois Mundos, 1890.

TARALLO, Fernando Luiz. *A pesquisa sócio-lingüística*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2005.

VEADO, Rosa Maria Assis. *Comportamento lingüístico do dialeto rural*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

# A elipse do pronome-sujeito de primeira pessoa na linguagem falada do Paraná

Jacqueline Ortelan Maia Botassini

## Introdução

Atribui-se ao português a característica de língua que prescinde do uso do sujeito pronominal porque as desinências verbais são suficientemente marcadas para indicar o pronome sem que haja a necessidade de explicitá-lo.

O presente estudo, fundamentado na metodologia da Sociolinguística Variacionista, pretende examinar a situação do português falado acerca da **elipse dos pronomes-sujeito de primeira pessoa (eu e nós)**, verificando em que situações o falante faz uso desses pronomes e quando os omite, para poder concluir, assim, se é possível caracterizar o português falado do Brasil como língua que prescinde do uso do pronome-sujeito.

A escolha dos pronomes de primeira pessoa se justifica por haver, nesses casos, um paradigma flexional bem marcado (exceção feita ao pronome *eu* em alguns tempos verbais) que, segundo a tradição gramatical, dispensa o uso do pronome-sujeito.

## A elipse do sujeito pronominal

A elipse (do grego *élleipsis*, “falta”, “insuficiência”) caracteriza-se por ser a omissão de qualquer termo (sujeito, verbo, predicado etc.) de

algum modo recuperável ou subentendido (ALI, 1969, p. 217; BECHARA, 1985, p. 200; CASTILHO, 1987, p. 32).

Em relação ao sujeito, tal “recuperação” pode dar-se pelo contexto ou por meio das desinências verbais. Este é o ponto que nos interessa: a concepção tradicional assevera que o português é uma língua que prescindiu do uso do sujeito pronominal, porque a morfologia verbal é suficiente para indicar a pessoa do sujeito (BECHARA, 1985, p. 253; CÂMARA JÚNIOR., 1979, p. 95; CUNHA; CINTRA, 1985, p. 275;) ou, segundo a Gramática Gerativa, a possibilidade de ocorrência de sujeitos nulos está associada à “riqueza” da flexão verbal (LOBATO, 1986, p. 433; ROBERTS, 1993, p. 412).

De acordo com essa visão, a possibilidade de se utilizar o pronome-sujeito fica restrita a situações em que se queira dar destaque a esse, por motivos como: chamar a atenção para a pessoa do sujeito, dar ênfase a ele; opor as pessoas gramaticais; evitar ambiguidades, dando clareza à frase.

Essas restrições, apontadas como situações possíveis de apresentar o sujeito pronominal expresso, são antigas, vêm desde o latim. Sobre isso, Câmara Júnior (1979, p. 90) comenta:

[...] a indicação do falante ou do ouvinte como sujeito, que cabia a *ego* ou *tu*, conforme o caso, vinha dada em desinência na própria forma verbal. Nestas condições, *ego* e *tu* só se empregavam por uma redundância enfática ou como “vocativos”, numa comunicação isolada, ou numa frase de verbo inexpresso (*Ego bonus* “Eu sou bom”).

Tais restrições de uso do pronome-sujeito apresentam uma visão normalmente associada a questões de ordem estilística. Essa visão está alicerçada nos empregos literários, na língua escrita, em livros didáticos; porém, na língua falada, as coisas acontecem de maneira diferente. Coutinho (1969, p. 253), por exemplo, informa-nos que *os pronomes pessoais eram mais empregados no latim vulgar que no clássico*.

Menon (1996), após apreciar os comentários de diversos autores sobre o uso dos pronomes-sujeito no latim, expõe, ao tratar do latim vulgar:

O caráter de ênfase e o pouco uso do pronome são constatações do latim literário escrito. Nada nos garante que na língua oral os pronomes não eram usados largamente. Pelo contrário, o fato de até alguns gramáticos mencionarem *en passant* esse uso, nos indica que na língua oral a realidade era bastante diferente daquela da escrita. As peças de teatro, as cartas de Cícero, os textos mais tardios do latim evidenciam, de alguma forma, uma prática que deveria ser mais constante que a apreçoada pelos gramáticos (MENON, 1996, p. 16-17).

Assim como do latim clássico para o latim vulgar havia diferença no uso dos pronomes pessoais sujeito, acredita-se que o que tradicionalmente se afirma a esse respeito para o português (do Brasil) reflete um uso da língua escrita que não se encontra da mesma maneira na língua falada.

## **Amostra e metodologia**

O *corpus* que compõe este trabalho, constituído de 24.181 dados, faz parte do projeto VARSUL, projeto que pesquisa a Variação Linguística Urbana na Região Sul do Brasil e que contém amostras de realizações da fala de habitantes enraizados em cidades socioculturalmente representativas de cada um dos três estados da Região Sul do Brasil; são doze cidades, quatro de cada estado. Foram consideradas representativas, além das capitais, as cidades cujos grupos populacionais foram comprovadamente relevantes no seu processo de ocupação.

Como a intenção deste trabalho foi pesquisar a elipse do pronome-sujeito na linguagem falada do Paraná, analisaram-se as 96 entrevistas das quatro cidades representativas desse estado: Curitiba, Londrina, Pato Branco e Irati.

Delimitado o objeto de estudo desta pesquisa – a aplicação da regra de preenchimento do sujeito pronominal – e estabelecidas as formas variantes – presença e ausência de *eu*, presença e ausência de *nós* – procuramos reunir fatores que pudessem apresentar-se como condicionadores do preenchimento ou não do pronome-sujeito, a saber: fatores linguísticos **tempo/modo verbal** e **tipo de oração**; fatores sociais **sexo, faixa etária, grau de escolaridade** e **etnia**.

Os dados levantados foram codificados e submetidos aos programas do pacote Varbrul (versão 1988). Esses programas correspondem a modelos matemáticos aos quais cabe a função de dar tratamento estatístico adequado a dados linguísticos variáveis. Produzem como resultado final, além de valores percentuais que permitem averiguar as frequências obtidas, pesos relativos que apontam se os grupos de fatores selecionados pelo pesquisador são estatisticamente relevantes.

Os resultados estatísticos obtidos foram registrados em tabelas e submetidos à análise quantitativa e qualitativa.

## **Análise dos dados**

Os dados levantados acerca da presença e da ausência dos pronomes-sujeito de primeira pessoa *eu* e *nós* totalizaram 24.181 ocorrências, das quais 14.663 (61%) são casos de sujeito pleno e 9.518 (39%) de sujeito nulo. Dos casos plenos, 13.026 (89%) pertencem ao pronome *eu* e apenas 1.637 (11%) ao pronome *nós*; dos casos nulos, 8.308 (87%) são ocorrências de pronome *eu* e 1.210 (13%) de pronome *nós*. Portanto as ocorrências de *eu* ultrapassaram mais de **sete** vezes as ocorrências de *nós*.

## O fator linguístico tempo e modo verbal

Ao selecionarmos os dados, encontramos treze formas verbais. Algumas, entretanto, foram retiradas da análise porque, ao serem submetidas às rodadas do programa Varbrul, apresentaram *knockout*<sup>1</sup>. Assim, os tempos verbais remanescentes são os que se veem nas tabelas 3.1 e 3.2.

Tabela 3.1 - Ocorrências do pronome EU em relação aos tempos e modos verbais

Tempos e modos verbais	Pronome eu (21.331 ocorrências)					
	Presente (13.025)			Ausente (8.306)		
	n.º de dados	%	P.R.*	n.º de dados	%	P.R.
Presente do Indicativo	6.751	59	.47	4.761	41	.53
Pretérito Perfeito	3.623	59	.48	2.543	41	.52
Imperfeito do Indicativo	2.131	71	.62	856	29	.38
Futuro do Pretérito	89	75	.64	30	25	.36
Presente do Subjuntivo	128	98	.95	3	2	.05
Imperfeito do Subjuntivo	102	83	.55	21	17	.45
Futuro do Subjuntivo	90	92	.72	8	8	.28
Gerúndio	27	84	.72	5	16	.28
Infinitivo	84	52	.23	79	48	.77

\* P.R. = Peso Relativo.

Fonte: Botassini (1998).

Para o pronome *eu*, os pesos relativos vêm demonstrar que, à exceção do **infinitivo**, em todos os outros tempos não marcados para essa pessoa, o índice de presença do pronome foi maior do que a ausência: **imperfeito do indicativo .62, futuro do subjuntivo .72, futuro do pretérito .64, gerúndio .72, imperfeito do subjuntivo .55 e presente do subjuntivo .95**. Já nos tempos marcados, **presente do indicativo e pretérito perfeito**, a ausência foi superior à presença, embora com pesos pouco expressivos, respectivamente .53 e .52.

1 Os *knockouts* representam aplicação ou não aplicação categórica da regra e acontecem quando um dado sempre ocorre (100%) ou nunca ocorre (0%); assim, o programa não prossegue, não gera o próximo arquivo, enquanto esses casos não forem excluídos. Para mais informações sobre esse assunto, consultar GUY, Gregory R.; ZILLES, Ana. *Sociolinguística quantitativa: Instrumental de análise*. São Paulo: Parábola, 2007. p. 158.



Esse dado mostra que talvez a marca de sujeito pronominal ainda seja relevante para a primeira pessoa do singular, porque está dando uma leve tendência a omitir o sujeito quando o verbo é marcado e a explicitá-lo quando não há marca específica.

O tempo verbal que apresentou maior probabilidade para preenchimento foi o **presente do subjuntivo** com .95. Entretanto, em relação ao conjunto dos dados, há pouca ocorrência desse tempo verbal que é raro na língua: 131 casos, o que corresponde a menos de 1% do total dos dados. Portanto esse .95 não é mais significativo do que o .62 do **pretérito imperfeito**, o qual apresenta um número de dados bem maior (2.131). Assim, não é sobre o conjunto de dados que o presente do subjuntivo tem mais possibilidade de ocorrer com pronome expresso; é se acontecer de aparecer presente do subjuntivo com pronome *eu*, há grande chance de ele se realizar com a presença do pronome.

O **gerúndio** e o **futuro do subjuntivo** aparecem com o segundo maior peso relativo para o preenchimento (.72).

Contrariando as outras formas verbais que, na ausência de uma marca específica para indicar o pronome *eu*, apresentam-no expresso, o **infinitivo** traz maior peso relativo para ausência (.77) do que para presença (.23).

A explicação para isso pode estar relacionada ao tipo de oração em que a maior parte dos casos de infinitivo com *eu* elíptico aparecem: dos 79 casos, 54 (68%) estão em orações adverbiais. Das 54 orações adverbiais, 44 estão pospostas à oração principal e apenas 10 antepostas. Comparando os casos de infinitivo com sujeito elíptico e os casos de infinitivo com sujeito *eu* expresso, percebemos que, quando as adverbiais vêm pospostas à oração principal, parece existir certa inibição da língua para a explicitação do pronome, com conseqüente favorecimento à omissão desse, ainda que na principal o

pronome esteja elíptico. Mas, quando as adverbiais vêm antepostas à principal, há um favorecimento à explicitação do pronome nas duas orações. Como a maior parte das orações adverbiais com verbo no infinitivo apareceram pospostas à oração principal, talvez seja esse o motivo de estar dando um peso relativo tão pequeno para o uso do pronome-sujeito.

Tabela 3.2 - Ocorrências do pronome NÓS em relação aos tempos e modos verbais

Tempos e modos verbais	Pronome nós (2.655 ocorrências)					
	Presente (1.618)			Ausente (1.037)		
	n.º de dados	%	P.R.	n.º de dados	%	P.R.
Presente do Indicativo	641	60	.48	434	40	.52
Pretérito Perfeito	424	48	.37	461	52	.63
Imperfeito do Indicativo	529	80	.72	136	20	.28
Futuro do Pretérito	6	86	.75	1	14	.25
Presente do Subjuntivo	1	25	.12	3	75	.88
Infinitivo	17	89	.62	2	11	.38

Fonte: Botassini (1998).

Em relação ao pronome *nós*, os dados revelam que, apesar de sempre apresentar uma desinência bem marcada (*-mos*) (independentemente do tempo verbal), essa parece não estar influenciando no sentido de dispensar a presença do pronome-sujeito; pois das seis formas verbais que restaram, retirando-se os casos de *knockout*, três apresentaram pesos relativos que favorecem o preenchimento: o **imperfeito do indicativo**, o **futuro do pretérito** e o **infinitivo**. Dos casos que inibem o preenchimento, há o **pretérito perfeito**, o **presente do indicativo** e o **presente do subjuntivo**.

O tempo verbal que mais favorece a aplicação da regra de preenchimento para o pronome *nós* é o **futuro do pretérito** com .75. Lembremos que, embora o número de casos seja pequeno, apenas sete, esse resultado significa que, se houver a ocorrência de futuro do pretérito, haverá uma grande probabilidade de preenchimento do pronome-sujeito *nós*. A seguir, há o **imperfeito do indicativo** com .72, mais

significativo que o anterior porque apresenta um número bem maior de dados, 665, dos quais 529 têm o pronome expresso.

O **infinitivo**, ao contrário do que ocorre com o pronome *eu*, favorece a explicitação do sujeito para o pronome *nós* com .62.

Dos tempos inibidores, o **presente do subjuntivo** é o que traz o peso mais significativo (.88), quase categórico, todavia o número total de casos não é expressivo, somente quatro.

O **pretérito perfeito** apresentou .63 para a ausência do pronome *nós*. Dentre os tempos verbais analisados, incluindo-se os do pronome *eu*, esse é o único em que, numericamente, há mais ocorrências de pronome elíptico (461) do que expresso (424).

O **presente do indicativo** mostrou uma leve tendência a inibir o preenchimento do pronome-sujeito *nós*: .52. Esse peso relativo, muito próximo da neutralidade, indica-nos que, para esse tempo verbal, é praticamente indiferente usar ou não o pronome-sujeito.

## Tipo de oração

As orações que analisamos foram classificadas do seguinte modo: absoluta, principal, substantiva, adjetiva, adverbial, 1.<sup>a</sup> oração de um período coordenado, 2.<sup>a</sup> coordenada sindética, 3.<sup>a</sup> coordenada sindética, 2.<sup>a</sup> coordenada assindética, 3.<sup>a</sup> coordenada assindética<sup>2</sup> e mista<sup>3</sup>.

2 Em relação às orações coordenadas, devemos esclarecer dois pontos: 1.<sup>o</sup>) quando os períodos coordenados apresentaram acima de três orações, fizemos a classificação destas como 3.<sup>a</sup> coordenada, porque os dados nos mostraram que são reduzidas as ocorrências que ultrapassam esse número e, se fizéssemos uma codificação diferenciada para tais casos, provavelmente daria *knockout*; 2.<sup>o</sup>) não classificamos separadamente a 1.<sup>a</sup> oração de um período coordenado como sindética ou assindética porque, com raras exceções, a maior parte delas são assindéticas; entretanto julgamos necessário fazer essa diferenciação entre a 2.<sup>a</sup> e a 3.<sup>a</sup> coordenadas porque, primeiramente, existem casos suficientes de ambas (sindéticas e assindéticas); segundo, porque tínhamos a intenção de constatar se o comportamento delas seria diferenciado em função da presença ou não da conjunção.

3 A oração **mista** corresponde a algumas situações em que uma oração era, por exemplo, coordenada ou subordinada em relação à oração anterior e principal em relação à poste-

Tabela 3.3 - Ocorrências do pronome EU em relação ao tipo de oração

Tipo de oração	Pronome eu (21.334 ocorrências)					
	Presente (13.026)			Ausente (8.308)		
	n.º de dados	%	P.R.	n.º de dados	%	P.R.
Absoluta	2.440	60	.48	1.599	40	.52
Principal	2.789	61	.50	1.768	39	.50
Substantiva	470	79	.68	128	21	.32
Adjetiva	634	94	.91	38	6	.09
Adverbial	980	83	.74	204	17	.26
1.ª de um Período Coordenado	2.498	67	.55	1.229	33	.45
2.ª Coordenada Sindética	741	59	.46	509	41	.54
3.ª Coordenada Sindética	527	60	.47	355	40	.53
2.ª Coordenada Assindética	1.010	44	.32	1.288	56	.68
3.ª Coordenada Assindética	685	40	.28	1.030	60	.72
Mista	252	61	.49	160	39	.51

Fonte: Botassini (1998).

Tabela 3.4 - Ocorrências do pronome NÓS em relação ao tipo de oração

Tipo de oração	Pronome nós (2.847 ocorrências)					
	Presente (1.637)			Ausente (1.210)		
	n.º de dados	%	P.R.	n.º de dados	%	P.R.
Absoluta	308	58	.49	221	42	.51
Principal	195	59	.54	136	41	.46
Substantiva	52	74	.63	18	26	.37
Adjetiva	105	83	.75	22	17	.25
Adverbial	131	83	.81	26	17	.19
1.ª de um Período Coordenado	334	62	.54	207	38	.46
2.ª Coordenada Sindética	112	60	.51	76	40	.49
3.ª Coordenada Sindética	96	47	.38	109	53	.62
2.ª Coordenada Assindética	168	44	.36	211	56	.64
3.ª Coordenada Assindética	129	42	.32	176	58	.68
Mista	7	47	.37	8	53	.63

Fonte: Botassini (1998).

Quando se trata de **orações subordinadas**, os pesos relativos indicam, tanto para *eu* quanto para *nós*, um favorecimento para o preenchimento do pronome-sujeito. Para o pronome *eu*, a oração subordinada que mais favorece a explicitação do sujeito é a **adjetiva** (.91), aplicação quase categórica. O segundo maior peso relativo para a expli-

rior. Optamos por tratar essas orações como mistas por acreditarmos que, se fizéssemos uma simples análise linear, isto é, classificação pela ordem em que as orações iam surgindo, poderíamos estar desviando alguns resultados, visto que, por exemplo, uma oração coordenada que também funciona como principal poderia ter um comportamento diferente das coordenadas simples.

citação do pronome *eu* aparece na oração **adverbial** (.74), seguida da **substantiva** (.68). Para o pronome *nós*, a oração que mais favorece o preenchimento é a **adverbial** (.81), seguida da **adjetiva** (.75) e, por último, a **substantiva** (.63).

Suspeitando que esses resultados pudessem estar sendo condicionados pelo sujeito da oração principal (igual ou diferente da oração subordinada), e dado o fato de não termos feito uma investigação que contemplasse essa situação em nosso trabalho, procedemos a um levantamento por amostragem, utilizando as 24 entrevistas da cidade de Curitiba, controlando o sujeito da oração principal. A hipótese é que, se o sujeito da oração subordinada e da oração principal é o mesmo, propicia a elipse e, se é diferente, favorece a explicitação do pronome para opor as pessoas gramaticais ou para evitar ambiguidades.

Os resultados obtidos mostraram que, em relação ao pronome *nós*, todas as orações subordinadas apresentam grande frequência de sujeitos diferentes da oração principal: das 18 orações substantivas, 14 exibem sujeito diferente (78%); das 34 adjetivas, 30 (88%) têm sujeito distinto e das 43 adverbiais, 32 (74%).

Em relação ao pronome *eu*, das 197 orações subordinadas adjetivas, 158 têm sujeito diferente (80%). Já nas orações substantivas, há mais casos de sujeito igual: das 174 ocorrências, 97 (56%) são de sujeitos iguais e 77 (44%) de sujeitos diferentes, o mesmo ocorrendo com as orações adverbiais: das 364 orações, 220 (60%) têm o mesmo sujeito e 144 (40%), o sujeito diferente. Portanto, para as substantivas e, sobretudo, para as adverbiais, a nossa hipótese não se confirma; o sujeito igual ou diferente da oração principal não está favorecendo o preenchimento do pronome-sujeito.

Para as **orações coordenadas**, sejam elas **sindéticas** ou **assindéticas**, há inibição na aplicação da regra, ou seja, há mais probabilidade

de de o pronome-sujeito vir elíptico e essa probabilidade é maior nas assindéticas. No pronome *eu*, os pesos relativos nas 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> sindéticas aproximam-se da neutralidade com .46 e .47 para o preenchimento, respectivamente; já nas 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> assindéticas diminuem para .32 e .28, respectivamente. Para o pronome *nós*, os pesos relativos são .51 na 2.<sup>a</sup> sindética e .38 na 3.<sup>a</sup> sindética; nas assindéticas, caem para .36 na 2.<sup>a</sup> coordenada e .32 na 3.<sup>a</sup> coordenada.

Nas coordenadas assindéticas, o preenchimento é menor do que nas sindéticas; logo, pode ser que o uso da conjunção esteja, de algum modo, levando o falante a explicitar o pronome um pouco mais do que nas assindéticas, talvez por interferência do ritmo, da entonação diferenciada.

Para as orações **absoluta, principal e 1.<sup>a</sup> de um período coordenado**, os pesos relativos muito próximos da neutralidade (entre .48 e .55) demonstram que é praticamente indiferente o uso ou não do pronome-sujeito. A **1.<sup>a</sup> oração de um período coordenado** está apresentando uma leve tendência ao preenchimento do sujeito tanto para o pronome *eu* (.55) quanto para o pronome *nós* (.54). Esse mesmo resultado pode ser verificado na **oração principal** (.50 para *eu* e .54 para *nós*). Já nas **orações absolutas**, existe uma pequena tendência ao não preenchimento (.48 para *eu* e .49 para *nós*).

Esse resultado parece identificar uma situação interessante. Como as orações *principal, 1.<sup>a</sup> de um período coordenado e absoluta* se equivalem de algum modo, visto serem, normalmente, a primeira oração do período (no caso da absoluta, primeira e única), significa que, quando o falante inicia o período, é praticamente aleatório ele preencher ou não a casa do sujeito, não sendo possível prever se ele usará ou não o pronome.

Na oração **mista**, há propensão à elipse do sujeito pronominal: no pronome *eu* .51 e um pouco mais no pronome *nós* .63. Os pesos favorecedores de não aplicação da regra de preenchimento podem estar rela-

cionados à presença da oração coordenada dentro da oração mista, pois, conforme vimos, as coordenadas favorecem a elipse do pronome-sujeito.

## Os fatores extralinguísticos

Ao analisarmos os dados em relação aos fatores extralinguísticos **etnia, sexo, faixa etária e grau de escolaridade** constatamos pesos relativos sempre próximos da neutralidade (.50), independentemente de se usar o pronome *eu* ou *nós* e independentemente da presença ou da ausência desses pronomes. Esses resultados podem indicar que os fatores sociais não estão condicionando a aplicação da regra de preenchimento do sujeito pronominal. O sexo e a faixa etária, entretanto, parecem atuar na escolha do pronome (*eu* ou *nós*).

A distribuição dos pronomes *eu* e *nós* na variável independente sexo revelam, em termos numéricos, que os homens utilizam mais o pronome *nós* (943 ocorrências expressas e 641 elípticas) do que as mulheres (695 expressas e 568 elípticas). As mulheres, por sua vez, fazem mais uso do pronome *eu*, tanto o preenchido quanto o zero: são 7.373 realizações expressas e 4.232 elípticas para as mulheres contra 5.653 expressas e 4.076 elípticas para os homens.

Os informantes do VARSUL estão divididos em duas faixas etárias: na primeira (doravante 1.<sup>a</sup> FE), estão os indivíduos com idades entre 25 e 49 anos e, na segunda (doravante 2.<sup>a</sup> FE), indivíduos acima de 50 anos. Em relação a esse fator extralinguístico, constata-se que há sempre mais pronomes expressos do que elípticos, independentemente de se empregar *eu* ou *nós* e independentemente da faixa etária. Todavia o pronome *eu* é mais usado pela 1.<sup>a</sup> FE: 6.977 formas pronominais e 4.411 elípticas produzidas por informantes da 1.<sup>a</sup> FE contra 6.049 formas pronominais e 3.897 elíp-

ticas produzidas pela 2.<sup>a</sup> FE. Já as ocorrências do pronome *nós* são mais frequentes na 2.<sup>a</sup> FE: 759 formas pronominais e 529 elípticas produzidas por informantes da 1.<sup>a</sup> FE contra 879 formas pronominais e 680 elípticas produzidas pela 2.<sup>a</sup> FE.

## Conclusão

Os resultados a que a análise variacionista nos permitiu chegar puderam confirmar a hipótese inicial de que também está havendo um maior preenchimento do sujeito pronominal na linguagem falada do Paraná: 61% de preenchimento contra 39% de não preenchimento.

O fator **tempo e modo verbal** mostrou que as desinências verbais parecem ainda representar fator inibidor para o preenchimento do sujeito quando se trata do pronome *eu*; pois, com exceção do infinitivo, em todos os outros tempos não marcados os pesos relativos tendiam ao preenchimento e, quando marcados, favoreciam o não preenchimento. Para o pronome *nós*, entretanto, as desinências (sempre marcadas neste caso) não impedem a explicitação do pronome-sujeito; não se mostrando, portanto, fator inibidor.

O fator **tipo de oração** apontou que, tanto para *eu* como para *nós*, as orações subordinadas são elementos favorecedores da aplicação da regra de preenchimento, embora pareça que cada uma esteja sendo condicionada por uma situação diferente, dado que merece um estudo mais detalhado; já as coordenadas, em especial as assindéticas, mostraram-se propensas à inibição do pronome-sujeito; as orações principal e absoluta revelaram-se neutras, sendo indiferente para o falante explicitar ou não o pronome nestas orações.

Já os fatores extralinguísticos **etnia, sexo, faixa etária e grau de escolaridade** apresentaram pesos relativos sempre próximos da



neutralidade, não representando fatores inibidores ou favorecedores de aplicação da regra de preenchimento. O sexo e a faixa etária, entretanto, parecem atuar na escolha do pronome (*eu* ou *nós*). Se o preenchimento do pronome-sujeito não está sendo afetado pela escola, pela faixa etária, pelo sexo e pela etnia, há fortes indícios de que, na língua oral, este já seja um fenômeno estável.

Considerando os dados levantados e analisados e os resultados de trabalhos de estudiosos como Lira (1988), Duarte (1993), Menon (1994 e 1996), Monteiro (1994), entre outros, sobre a questão do preenchimento do sujeito pronominal, podemos concluir que, pelo menos no que diz respeito à língua falada, não se pode mais negar que o português do Brasil **está deixando de ser uma língua de sujeito nulo**. Por outro lado, não se pode desprezar o número significativo de sujeitos elípticos constatados neste e em outros trabalhos: em torno de 40%; o que não nos autoriza dizer que o português do Brasil deixou de ser uma língua de sujeito nulo. O que existe é um sistema em variação em que o “duelo de morte” entre o pronome nulo e o pleno tem-se mostrado cada vez mais propenso à explicitação do pronome-sujeito.

## Referências

ALI, Manuel Said. *Gramática secundária da língua portuguesa*. 8. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 29. ed. São Paulo: Nacional, 1985.

BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia. *A elipse do sujeito pronominal na linguagem falada do Paraná: uma análise variacionista*. 1998. 105 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. A elipse do sujeito. In: SEMINÁRIOS DO GEL, 14., 1987, Campinas. *Anais...* Campinas: [s.n.], 1987. p. 32- 40.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1993. p. 107-128.

LIRA, Solange de Azambuja. O sujeito pronominal no português falado e escrito. *Ilha do Desterro*, Florianópolis, n. 20, p. 31-43, 1988.

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.

MENON, Odete Pereira da Silva. *Português: língua de sujeito nulo? Comunicação apresentada no I Congresso Internacional da ABRALIN*. Salvador, 1994.

MENON, Odete Pereira da Silva. *Uso dos pronomes sujeito de 1.<sup>a</sup> pessoa: uma análise sociolinguística*. 1996. Tese (Professor Titular) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

MONTEIRO, José Lemos. *Pronomes pessoais*. Fortaleza: EUFC, 1994.

ROBERTS, Ian. O português brasileiro no contexto das línguas românicas. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (Org.). *Português brasileiro: Uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. p. 409-425.



# Pronomes-objeto de primeira e de segunda pessoas na capital paranaense

Cristiane Dias de Lima Dalto

## Introdução

Recentes estudos realizados pela Linguística sobre o sistema pronominal do Português do Brasil (doravante PB) têm apresentado avanços importantes no conhecimento que temos sobre esse assunto e no campo dos pronomes pessoais, mais especificamente, tem-se verificado na língua oral verdadeiro campo de batalha no qual formas consideradas e propagadas pelos manuais de gramática como únicas representantes para determinadas funções gramaticais – caso de formas que desempenham, por exemplo, a função de sujeito, chamadas também de pronomes-sujeito (DUARTE, 1986) – têm lutado para se manter em suas funções – como o canônico *tu*<sup>1</sup>, e muitas vezes perdido a batalha – caso do já extinto *vós*.

A situação não é diferente no quadro dos pronomes-objeto, aqueles que desempenham a função de objeto – quer direto, quer indireto. Nesse quadro, temos visto formas que já foram banidas da língua oral – como os clíticos pronominais<sup>2</sup> de terceira pessoa *o(s)/a(s)* – e subs-

1 Nesse sentido, as gramáticas costumam ignorar, por exemplo, o pronome-sujeito de segunda pessoa *você*, o qual pode ser considerado a forma mais difundida no PB – ao contrário do *tu* que embora restrito a alguns dialetos é ainda tido pelas gramáticas tradicionais como representante legítimo de pronome de segunda pessoa do singular.

2 Câmara Júnior (1970, p. 153-155) conceitua clítico como qualquer vocábulo sem autonomia fonética que depende de uma forma livre. Assim, sob o termo estão abrigados não só os pronomes átonos, mas, também, os artigos definidos e as preposições átonas, por exemplo. Dessa forma, optamos por chamar de clítico pronominal aqueles que fazem parte do quadro dos pronomes pessoais.

tituídas por formas lexicais (DUARTE, 1986; FAGUNDES, 1997; OMENA, 1978; entre outros) – como *ele(s)/ela(s)* – serem, de maneira equivocada, perpetuadas pelos manuais, entre alunos e professores do ensino brasileiro, como únicas formas adequadas para a função de objeto direto, fazendo com que usos como “eu encontrei ele”<sup>3</sup> – que pode ser encontrado em todos os meios de comunicação – ainda sejam considerados verdadeiras impropriedades e atentados contra a língua.

Nesse sentido, e tendo em vista o fato de os pronomes-objeto de primeira e de segunda pessoas não terem sido até agora foco de pesquisas, o trabalho aqui apresentado tem como propósito contribuir modestamente para os estudos que têm sido realizados sobre os pronomes-objeto com base na análise da amostra do dialeto usado pelos falantes da cidade de Curitiba<sup>4</sup>.

A partir da hipótese de que a reorganização verificada no quadro dos pronomes-objeto de terceira pessoa – com a ocorrência de pronomes-sujeito e de objeto nulo (CYRINO, 1994) em função de objeto – poderia estar sendo implementada também entre os de primeira e de segunda pessoas, foi feito levantamento de todas as ocorrências de pronomes-objeto – clíticos pronominais e formas tônicas, considerados pela Gramática Tradicional (GT) como formas canônicas para o desempenho da função de objeto –, pronomes-sujeito – também chamados formas lexicais, como *eu* e *tu/você* na função de objeto – e objeto nulo ( $\emptyset$ ) de primeira e de segunda pessoas com o intuito de verificar a ocorrência das formas acima citadas e em que medida há concorrência entre elas para a mesma função.

3 A esse respeito remeto o leitor a Câmara Jr. (1972).

4 Esse estudo é parte integrante de minha dissertação de Mestrado (DALTO, 2002), cujo escopo abrangeu amostras das três capitais do Sul do Brasil. Para fins desta publicação, o foco está direcionado ao comportamento dos pronomes-objeto de primeira e de segunda pessoas no dialeto da capital do Estado do Paraná, Curitiba. A amostra analisada faz parte do banco de dados do Projeto Variação Linguística da Região Sul do Brasil (VARSUL).

## Metodologia: composição do *córpus* e análise dos resultados

A amostra de Curitiba é composta por 596 dados. Com relação aos tipos de pessoa gramatical encontrados, o número de pronomes-objeto de primeira pessoa foi significativamente superior ao de segunda pessoa – 399 ocorrências para primeira pessoa e 157 para segunda, respectivamente.

Essa distribuição, no entanto, não surpreende. Se considerarmos a natureza da amostra, veremos que é constituída de entrevistas nas quais o falante centra seu discurso em suas experiências pessoais, o que pode levá-lo a produzir mais pronomes de primeira pessoa.

Inicialmente, tínhamos como hipótese de trabalho a intuição de que os falantes produziram além do clítico pronominal, de formas tônicas e do objeto nulo, formas lexicais na posição de objeto, tanto para primeira pessoa quanto para segunda. Em outras palavras, supúnhamos de antemão que seriam encontradas na amostra as formas *eu* e *tu* desempenhando a função de objeto e que frases como “João pegou *eu* no cinema” ou “eu encontro *tu* na esquina às 8 horas” pudessem ser recorrentes no *córpus*.

Contudo, não foi o que encontramos. Na amostra de Curitiba, foi encontrado somente um caso em que o pronome *eu* apareceu desempenhando a função de objeto direto, apresentado abaixo:

(1) eu entro lá dentro do meu quarto lá e ajoelho lá e rezo, rezo, peço pra Deus e choro e faço tudo e Deus escuta *eu* [OD]. (CTB 08, F, A, PRI, L0712)<sup>5</sup>

Entretanto, do ponto de vista da variação dialetal, que nos interessa, uma única ocorrência não nos diz muito pois pode ser resultado da idiosincrasia do falante que a produziu.

5 A codificação das ocorrências do VARSUL apresentada, contém as seguintes informações, pela ordem: código da localidade (Curitiba: CTB), número da entrevista (08), sexo do Informante (feminino: F), faixa etária do Informante (25 a 50 anos: A), escolaridade do Informante (primário: PRI) e linha em que se encontra a ocorrência na entrevista: L0712.

Do pronome *você* foram verificados apenas três casos. Para o plural, observamos que, entre as formas de primeira pessoa, *a gente* foi a mais usada, com 14 ocorrências, mais, inclusive, do que o clítico pronominal *nos*, com seis ao total. Esse resultado é interessante na medida em que revela a predominância da forma *a gente* no quadro dos pronomes-objeto, evidência que reforça os resultados de outros trabalhos sobre o *nós/a gente*, os quais atestam a inserção do *a gente* no sistema pronominal do PB.

Entre as formas de segunda pessoa o clítico pronominal *te* foi a de maior uso, apresentando 121 ocorrências, e nenhuma ocorrência da forma plural *vocês* foi verificada na amostra de Curitiba. Esses resultados nos levam a concluir que as formas lexicais não concorrem de maneira significativa com as formas de pronome-objeto consideradas.

Frustradas nossas expectativas de encontrar casos de *eu* e *tu* na função de objeto, voltamos nossa atenção para, de um lado, o preenchimento da posição de objeto – sem considerar especificamente que forma estaria ocupando essa posição, se clíticos pronominais ou formas tônicas – e, de outro, o não-preenchimento, ou seja, o objeto nulo. Assim, uma vez refutada nossa primeira hipótese, passamos a considerar como regra variável o uso do objeto nulo.

A etapa seguinte foi, então, efetuar as rodadas estatísticas utilizando o pacote Varbrul (PINTZUK, 1988)<sup>6</sup>. Como a análise que se realiza neste trabalho é a chamada análise de regra variável, o Varbrul dá como resultado para contextos em que um determinado fator presente 100% ou zero de aplicação da regra<sup>7</sup> o que se costuma chamar de nocaute.

6 Para detalhes remeto o leitor a Scherre (1992).

7 Para exemplificar, vejamos o caso do fator *pra gente* – que compõe o grupo de fatores “forma de representação do objeto”. Essa forma desempenha, em todos os casos em que aparece, a função de objeto indireto (OI). Com isso, quando o grupo de fatores que abriga essa forma for cruzado, por exemplo, com o grupo de fatores “tipo de objeto” val haver um uso categórico da forma *pra gente* na função de OI e o programa estatístico considerará que não há variação no uso da forma em função do tipo de objeto, dando como resultado um nocaute.

Assim, a fase seguinte foi de eliminar da análise todos os casos de nocaute indicados pelo programa. Efetuada a limpeza, foram feitas então as rodadas consideradas válidas para a análise, utilizando como variável dependente o grupo de fatores “forma de realização do objeto”. Os grupos de fatores<sup>8</sup> selecionados pelo pacote Varbrul como relevantes para a aplicação da regra do objeto nulo foram: (i) tipo de interlocução, (ii) tipo de objeto, (iii) pessoa, (iv) tipo de verbo e (v) gênero de discurso, nessa ordem.

Tabela 4.1 - Presença do objeto x objeto nulo em função do tipo de interlocução

Tipo de Interlocução	Presença de objeto (clíticos pronominais e formas tônicas)			Objeto Nulo (Ø)			Total
	N	%	Peso	N	%	Peso	N
DR3	20	38	.33	33	62	.67	53
DE	422	81	.52	97	19	.48	519
DRF	11	79	.45	3	21	.55	14
Total	453	77		133	23		586

Fonte: Dalto (2002).

O primeiro grupo de fatores selecionado como condicionador pelo pacote foi o tipo de interlocução. As variantes discurso relatado de terceiros (DR3) e discurso relatado do falante (DRF) condicionam a aplicação da regra do objeto nulo. Em contexto de DR3, como podemos ver na tabela 4.1, acima, a tendência que se verifica é a de favorecimento de uso do objeto nulo, com peso relativo de .67 para aplicação da regra. Já em contexto de DRF, Curitiba apresenta leve tendência ao uso de objeto nulo (.55). Considerando o discurso direto para o entrevistador (DE), os resultados mostraram que essa variante não exerce influência sobre o uso ou não de objeto nulo na amostra considerada, com resultados muito próximos do ponto neutro (.50).

<sup>8</sup> Para lista completa e detalhada dos grupos de fatores considerados para essa pesquisa, remeto o leitor a Dalto (2002).



Os resultados sugerem um fenômeno bastante interessante quanto ao uso ou não do objeto nulo: os informantes de Curitiba, ainda que de maneira inconsciente, parecem perceber na fala do outro o não-preenchimento do objeto e atribuir ao discurso desse “outro” o uso de zero ( $\emptyset$ ). Quando relata sua própria fala, verifica-se a tendência de que o falante faça mais uso das outras formas de preenchimento – átonas ou tônicas.

Tabela 4.2 - Presença do objeto x objeto nulo em função do tipo de objeto

Tipo de objeto	Presença de objeto (clíticos pronominais e formas tônicas)			Objeto Nulo ( $\emptyset$ )			Total
	N	%	Peso	N	%	Peso	N
OD	177	90	.68	20	10	.32	197
OI	276	71	.41	113	29	.59	389
Total	453	77		133	23		586

Fonte: Dalto (2002).

No que tange ao grupo de fatores tipo de objeto, próximo a ser selecionado pelo Varbrul, pode-se observar na tabela 4.2, acima, que o objeto direto (OD) é fator que não favorece o uso de objeto nulo. O peso relativo de .68 aponta que nesse tipo de contexto há uma probabilidade significativa de que a posição de objeto seja preenchida por pronome. Já em contexto de objeto indireto (OI), encontramos tendência oposta, ou seja, houve maior probabilidade de que o objeto nulo ocorresse nessa função (.59).

Tendo em vista esses resultados, resolvemos fazer um cruzamento entre o grupo de fatores tipo de objeto e o grupo pessoa, terceiro selecionado para Curitiba. O intuito era o de verificar se havia comportamento distinto entre os objetos diretos de primeira pessoa e os de segunda, de um lado, e os indiretos de primeira e os de segunda, de outro. O que esse cruzamento nos revelou foi uma interessante regularidade na inibição de objeto nulo em contexto de objeto direto. No cópua ana-

lisado, o objeto direto apresenta um comportamento bastante regular no que tange ao não-uso do objeto nulo. Os índices de Curitiba foram quase categóricos quanto ao preenchimento: 90% dos objetos diretos de primeira pessoa e 89% dos de segunda são preenchidos. Esse resultado reforça a tendência observada de que o objeto direto é um contexto em que o uso de pronome-objeto se mantém.

Por outro lado, no que diz respeito ao objeto indireto, os resultados mostraram que os objetos indiretos de primeira e os de segunda pessoas têm comportamentos diferenciados. O índice porcentual de uso de cada uma dessas variantes revelou que o objeto indireto de primeira pessoa tem uma aplicação relativamente maior quanto ao objeto nulo – em 40% dos casos não houve preenchimento do objeto. Já os resultados do objeto indireto de segunda pessoa sugerem a mesma tendência verificada nos objetos diretos, ou seja, há uma tendência quase categórica de que nesse tipo de contexto o objeto indireto seja preenchido por pronome-objeto – em 87% dos casos houve preenchimento.

O fato de o tipo de objeto interferir na aplicação ou não da regra do objeto nulo nos faz refletir sobre o que poderia estar influenciando nesses resultados. Para tentar aclarar esse ponto, apresentaremos um dos resultados obtidos por Fagundes (1997), que teve como base a mesma amostra extraída do projeto VARSUL.

Analisando o comportamento do pronome-objeto de terceira pessoa, Fagundes observou que o uso de objeto nulo era condicionado pelo tipo de objeto e, mais especificamente, pelo traço [+– animado] do referente. Sua pesquisa mostrou que quando se tratava de objeto direto com o traço [+ animado] houve tendência a uma forte inibição no uso, enquanto que com o traço [– animado] houve maior probabilidade de uso do objeto nulo.

Para o objeto indireto, o traço [- animado] mostrou tendência quase categórica à aplicação da regra do objeto nulo, já o traço [+ animado] do referente do objeto indireto obteve peso relativo próximo do ponto neutro com leve tendência à inibição da regra.

Como vemos, um traço contido no tipo de objeto, ou seja, a animacidade do referente desses objetos interferiu na aplicação ou não da regra do objeto nulo de maneira significativa.

Para os pronomes-objeto de terceira pessoa, objeto de estudo de Fagundes, o traço animacidade do referente<sup>9</sup> é pertinente à análise, entretanto, para o nosso objeto de estudo essa especificidade não se aplica, pois, somente em condições muito peculiares – quando se personificam “coisas”, por exemplo – é que a primeira e a segunda pessoas podem ter como referente algo [- animado]. Dada a natureza das entrevistas analisadas em nosso trabalho, não houve um único caso desses na amostra utilizada.

Uma hipótese que pode ser levantada diz respeito às características particulares de cada tipo de objeto que podem estar interferindo nos resultados desse grupo de fatores. Como sabemos, o fato, por exemplo, do objeto indireto se articular com preposição e o direto não pode ser um fator que interfira no uso de objeto nulo. Dessa forma, achamos que esse grupo, tipo de objeto, merece uma análise mais refinada – o que poderá ser realizado em pesquisa posterior.

O terceiro grupo de fatores selecionado foi o de pessoa. A variável segunda pessoa foi uma forte inibidora da aplicação da regra do objeto nulo. Os resultados de Curitiba foram quase categóricos quanto ao não-uso de objeto nulo, o que significa que entre os informantes do dialeto curitibano há

9 No quadro dos pronomes, é através da terceira pessoa que se pode fazer referência a “coisas”. O pronome *ele*, por exemplo, em uma frase como “*Marla deixou ele com a Ana*” abriga uma infinidade de possíveis referentes, que incluem pessoas (o menino, por exemplo), animais (o cachorro) e coisas inanimadas (o cartão de crédito). Portanto, a terceira pessoa é capaz de ter como referente elementos que podem ir de um extremo ao outro na escala de animacidade. O mesmo não se aplica de modo semelhante, entretanto, à primeira e à segunda pessoas. Como alguns autores afirmam, entre eles Monteirol (1994), para ilustrar, essas são as pessoas do discurso por excelência e dizem respeito especificamente ao locutor e ao interlocutor.

uma forte tendência a que o pronome-objeto se mantenha como a forma mais produtiva para desempenhar a função de objeto de segunda pessoa. Já com relação à primeira pessoa, a variável condiciona favoravelmente o uso de objeto nulo. Isso significa que os informantes tendem a usar mais o objeto nulo para representar o objeto em contexto de primeira pessoa.

Na sequência, o grupo de fatores selecionado foi o gênero de discurso. Na amostra da capital paranaense, há maior tendência a que o objeto nulo não ocorra em contexto de narrativa, isto é, caso em que o falante narra fatos e situações – vividos por ele ou por outrem – ao entrevistador. Já quando se trata de argumentação, contexto em que o falante expõe sua opinião sobre algum assunto, há uma significativa tendência a que o falante faça uso de objeto nulo.

O grupo tipo de verbo foi o quarto grupo selecionado em ordem de relevância para aplicação da regra de objeto nulo.

Os resultados nos mostraram que os verbos dicendi<sup>10</sup> favorecem a aplicação da regra de objeto nulo. Por ser um tipo de verbo bastante recorrente nos dados, a escolha desse grupo de fatores foi feita com o intuito de se verificar de que maneira poderia condicionar o uso de objeto nulo. Contudo, essa primeira separação entre dicendi, de um lado, e os outros tipos de verbo, de outro, pareceu pouco satisfatória porque foram agrupados sob o rótulo “outros” verbos que poderiam ter comportamentos semelhantes aos dicendi ou comportamentos muito distintos entre si. Assim, foi feita uma reavaliação dos dados e optou-se por separá-los de acordo com a transitividade de cada um dos verbos encontrados<sup>11</sup>.

Nessa etapa, então, foi feita a recodificação das ocorrências utilizando como critério o tipo de objeto que o verbo selecionava para separar os fatores no grupo “tipo de verbo”, como segue: verbo transitivo direto (VTD), verbo transitivo indireto (VTI) e verbo transitivo direto e indireto (VTDI). Os

10 Conjunto de verbos também chamados de declarativos – como dizer, falar, perguntar etc.

11 Para detalhamento da lista de verbos encontrados na amostra, remeto o leitor a Dalto (2002).

resultados das novas rodadas estatísticas confirmaram os resultados das rodadas anteriores. Após a recodificação, o grupo tipo de verbo se manteve relevante para a amostra. Os verbos transitivos diretos (VTD) tendem a inibir de modo significativo o aparecimento de objeto nulo (com peso relativo de .24). Os verbos transitivos diretos e indiretos (VTDI), por sua vez, apresentam tendência a favorecer o uso de objeto nulo assim como os verbos transitivos indiretos (VTI) (pesos relativos de .58 e .70, respectivamente).

Como último procedimento – em ordem de apresentação, não de realização –, foi realizada rodada estatística com o intuito de separar clítico pronominal (*me, te, nos,...*), forma tônica (*pra mim, pra ti,...*), forma lexical (sob essa variante foram consideradas somente as formas *nós* e *a gente*, encontradas no cópuz) e objeto nulo ( $\emptyset$ ), variantes concorrentes para o desempenho da função de objeto. Nessa rodada, os grupos de fatores com resultados relevantes foram escolaridade e sexo, apresentados na tabela 4.3, a seguir.

Tabela 4.3 - Clíticos pronominais, formas tônicas, formas lexicais e objeto nulo em função dos grupos de fatores escolaridade e sexo

Escolaridade	Clítico			Forma			Forma			Objeto			Total
	Pronominal			Tônica			Lexical			Nulo ( $\emptyset$ )			
	N	%	Peso	N	%	Peso	N	%	Peso	N	%	Peso	
Primário	88	52	.211	29	17	.252	7	4	.243	45	27	.294	169
Ginásio	97	56	.257	38	22	.328	6	3	.241	31	18	.175	172
Secundário	127	60	.275	26	12	.180	9	4	.254	49	23	.291	211
Total	312	57		93	17		22	4		125	23		552
Sexo													
Masculino	144	62	.306	32	14	.226	5	2	.193	50	22	.275	231
Feminino	168	52	.198	61	19	.269	17	5	.313	75	23	.220	321
Total	312	57		93	17		22	4		125	23		552

Fonte: Dalto (2002).

Em Curitiba, a tendência que se apresenta entre os informantes de nível primário e de nível secundário é a de que haja maior probabilidade de uso de objeto nulo (.294 e .291, respectivamente). Com relação aos informantes de nível ginásial, há tendência a que a forma tônica predomine (.328). A variante forma lexical apresentou pesos bastante próximos do ponto neutro em todos os três níveis de escolaridade (.243 para o primário, .241 para o ginásio e .254 para o secundário). O objeto nulo, nessa capital, mostra evidências de ser a variante de maior tendência ao uso entre os informantes do primário e do secundário – vale ressaltar, ainda, que o clítico pronominal, ao lado do objeto nulo, foi a segunda variante com maior probabilidade de uso entre os informantes de nível secundário de escolaridade.

Com relação ao grupo de fatores sexo, podemos observar aspectos interessantes na questão do tipo de forma usada pelos informantes. De um lado, Curitiba apresentou maiores probabilidades de uso para o clítico pronominal e o objeto nulo (.306 e .275, nessa ordem) entre os homens, quando comparado com as outras duas variantes. Já entre as mulheres, a forma lexical foi a forma que apresentou a maior probabilidade de uso: com peso relativo de .313. Se considerarmos que as mulheres são mais conservadoras do que os homens quanto às estruturas linguísticas que usam<sup>12</sup>, a maior tendência ao uso de forma lexical revela que essa forma não é interpretada como variante estigmatizada pelas informantes.

## Síntese dos resultados

Após a análise da amostra de Curitiba, que compõe o VARSUL, podemos observar que a capital paranaense tem o seguinte comportamento com relação ao funcionamento dos pronomes-objeto de primeira e de segunda pessoas:

---

<sup>12</sup> A esse respeito, remeto o leitor a Labov (1990, 2001).

1) a variação se dá entre pronomes-objeto – clíticos pronominais e formas tônicas –, formas lexicais (primeira pessoa do plural, *nós/a gente*) e objeto nulo ( $\emptyset$ );

2) o tipo de interlocução condiciona o uso do objeto nulo: discurso relatado de terceiros (DR3) e discurso relatado do falante (DRF) favorecem o uso de objeto nulo enquanto discurso direto para o entrevistador (DE) o inibe;

3) em contexto de objeto direto (OD) há regularidade no comportamento no sentido de maior tendência ao uso de pronome-objeto; por outro lado, no objeto indireto (OI) se verifica um comportamento diferenciado entre os de primeira pessoa e os de segunda: os primeiros tendem levemente ao uso de pronome-objeto, os segundos são mais categóricos nessa direção;

4) em contexto de primeira pessoa há um acentuado favorecimento de uso do objeto nulo, enquanto que para a segunda pessoa encontramos uma inibição quase categórica no uso desse;

5) os informantes demonstram maior tendência ao uso do pronome-objeto em contexto de narrativa e acentuada probabilidade de uso de objeto nulo em contexto de argumentação;

6) os verbos dicendi se mostraram inibidores do uso de objeto nulo, contudo, uma análise mais detalhada dos verbos com relação à transitividade observada nos dados mostrou que entre os verbos transitivos diretos (VTD) há uma significativa probabilidade de que não ocorra o objeto nulo nesse tipo de contexto. Já os verbos transitivos indiretos (VTI) e os transitivos diretos e indiretos (VTDI) foram favorecedores da aplicação da regra de objeto nulo.

## Conclusão

Com o suporte da sociolinguística variacionista, procuramos ao longo desta pesquisa desvendar e entender um pouco melhor o comportamento dos pronomes-objeto de primeira e de segunda pessoas.

Inicialmente, empreendemos este estudo baseados na hipótese de que estruturas como formas lexicais, pronomes-objeto e objetos nulos es-

tariam em competição para o desempenho da função de objeto e tivemos como objetivo verificar se os pronomes-objeto de primeira e de segunda pessoas estariam percorrendo o mesmo caminho dos pronomes-objeto de terceira pessoa, no qual formas lexicais assumiram a função de alguns clíticos pronominais que acabaram desaparecendo da língua oral.

Contudo, parte de nossa hipótese não foi confirmada pelos dados. Diferentemente dos resultados obtidos por Fagundes (1997), por exemplo, cuja base de dados utilizada para análise dos pronomes-objeto de terceira pessoa foi a mesma utilizada em nossa pesquisa, as formas lexicais de primeira e de segunda pessoas do singular não estiveram entre as formas concorrentes na amostra. Com isso, verificamos que no corpus da pesquisa os pronomes-objeto de primeira e de segunda pessoas do singular permanecem sendo formas bastante produtivas na língua oral, ainda que sob ameaça do objeto nulo, o mais expressivo concorrente.

As formas lexicais de primeira pessoa do plural *nós/a gente*, por sua vez, mostraram ampla penetração e produtividade no quadro dos pronomes-objeto, chegando a ser formas mais produtivas do que o clítico pronominal *nos*.

O objeto nulo apresentou em nossa pesquisa alguns resultados interessantes, como, por exemplo, a constatação de que os informantes parecem ter tendência de reconhecer no discurso do “outro”, e de atribuir a esse, o uso do objeto nulo. Outro resultado interessante verificado foi a regularidade encontrada em contexto de objeto direto, o qual foi inibidor praticamente categórico do objeto nulo.

Alguns desses resultados, no entanto, ao invés de nos darem respostas sugerem caminhos para novos trabalhos, como o refinamento da análise do objeto indireto e do grupo de fatores escolaridade, considerados relevantes para o fenômeno do objeto nulo, cujos resultados, pouco esclarecedores, exigem novos direcionamentos.



## Referências

CYRINO, Sonia Maria Lazari *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. 1994. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1994.

DALTO, Cristiane D. de L. *Estudo sociolinguístico dos pronomes-objeto de primeira e de segunda pessoas nas três capitais do Sul do Brasil*. 2002. 133 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

DUARTE, Maria Eugênia L. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. 1986. 73 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986.

FAGUNDES, Edson D. *Ocorrências de objeto direto e indireto nas três capitais do sul do Brasil: clíticos, pronomes lexicais e ausência de preenchimento*. 1997. 91 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

LABOV, William. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. *Language Variation and Change*, Cambridge, v. 2, p. 205-254, 1990.

LABOV, William. *Principles of linguistic change: social factors*. Malden: Blackwell Publishers, 2001. v. 2.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Princípios de linguística geral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. Êle como um acusativo no Português do Brasil. In: CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Dispersos*. Seleção e introdução por Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Rio de Janeiro: FGV, 1972. p. 47-53.

MONTEIRO, José Lemos. *Pronomes pessoais*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

OMENA, Nelize P. de. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. 1978. 138 f. Dissertação (Mestrado em

Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

PINTZUK, Susan. *VARBRUL programs*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1988.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Introdução ao pacote Varbrul para micro-computadores*. Rio de Janeiro: Mimeo, 1992.



# O pronome objeto indireto de terceira pessoa nos dados do VARSUL nas três capitais da região sul do Brasil

Edson Domingos Fagundes

## Introdução

Há poucos estudos sobre o objeto indireto (OI) no Português do Brasil (PB) e é isto que nos motiva a trazer à tona esta discussão. Além disso, ao compararmos os dados de objeto direto (OD) com os de OI, percebemos que há um número reduzido de ocorrências de OI nos corpúsculos consultados. Assim, discutir esta questão também é uma das contribuições que podemos oferecer.

Neste trabalho se discutem as ocorrências de OI que constituíram parte do levantamento feito em Fagundes (1997), composto a partir do Banco de Dados VARSUL nas entrevistas das três capitais da região Sul. Nele apresentamos as ocorrências de ausência de preenchimento dos pronomes complemento – também denominada objeto nulo ou zero –, clíticos (*lhe, lhes*) e pronomes lexicais de terceira pessoa (*a ele, a eles, a ela, a elas, para ele, para eles, para ela, para elas*) no PB, retomando assim alguns dos estudos que trataram da questão.

A partir dos trabalhos consultados, ficou demonstrado o enfraquecimento da utilização do sistema de clíticos e o uso crescente das formas lexicais e de objetos nulos no PB como decorrente de uma série de mudanças no sistema da língua.

## Breves observações teóricas

O levantamento dos dados da pesquisa considerou na ocasião, além de autores que tratam da questão sob a perspectiva variacionista, as observações de alguns autores da Gramática Tradicional (GT), cuja concepção apresentada em relação ao tema trata da colocação pronominal, preferencialmente. Entretanto, como a posição da GT é questão já amplamente debatida, optamos por não retomá-la. Assim, apresentamos, a seguir, brevemente as poucas observações sobre os estudos do OI.

A substituição do pronome *lhe* na terceira pessoa por *para ele*, *para ela* e a menção de que o clítico só se refere de fato na língua oral à segunda pessoa é encontrada em Amaral (1920, p. 59):

Pode dizer-se, pois, que o pronome *lhe*, conservando a sua função de pronome de “terceira” pessoa *gramatical*, só se refere, de facto, à “segunda” pessoa *real*. Aludindo a um terceiro indivíduo, o calpíra dirá: *Eu já declarei p'ra êle, fulano me garantiu que escreveu p'ra êle.*

Além de Amaral (1920), outros trabalhos mencionam o uso do *lhe* na segunda pessoa e o uso cada vez mais raro para a terceira pessoa, dentre os quais destacamos Abreu e Mercer (1988), que em pesquisa sobre o uso das formas de tratamento em Curitiba, identificam o *lhe* como uma das possíveis combinações ocorridas na escolha dos pronomes de tratamento usado para a terceira pessoa; chamando a atenção novamente para o fato de que o *lhe* estaria ocorrendo cada vez mais raramente na terceira pessoa, uma vez que a língua certamente procura evitar as formas ambíguas, isto é, o uso do *lhe* na segunda e terceira pessoas.

Esclarecendo-nos a esse respeito, Menon (1998), ao tratar da forma pronominal indireta de terceira pessoa, afirma que o *lhe* passou por um processo de regularização de formas e que assumiu dupla função no PB, à semelhança do que já ocorre na língua com os pronomes *me*, *te*,

que funcionam tanto como OD quanto como OI. Além disso, o *lhe* passou assim a se referir, além da 3.<sup>a</sup> pessoa, à 2.<sup>a</sup> pessoa, acompanhando o pronome *você* ao longo de seu processo de pronominalização.

Por fim, destacamos os trabalhos desenvolvidos por Berlinck (1996a, 1996b, 1997), nos quais a autora destaca, ao estudar o dativo no português, primeiramente, que aquilo que nomeamos por objeto indireto, seguindo a tradição francesa, recebe certamente um rótulo enganoso, pois o termo *indireto* implica uma relação menos direta entre o verbo e o complemento, tanto semanticamente, quanto sintaticamente. Acrescenta, ainda, que muitos gramáticos têm defendido que a presença da preposição seria uma das marcas do *objeto indireto* no português. Todavia, os mesmos gramáticos afirmam que o *objeto direto* pode ser introduzido por uma preposição quando ele é animado, bem como sob outras circunstâncias. Deste modo, o *clítico* dativo não tem recebido um tratamento específico nos estudos que tratam do apagamento dos *clíticos*, aparecendo apenas em trabalhos que tratam do apagamento do pronome objeto. Berlinck (1996a, p. 148) chama a atenção para o fato de que todos os diferentes complementos têm em comum a similaridade da relação morfossintática.

Em outro trabalho, Berlinck (1996b) trata do objeto indireto no PB considerando 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> pessoas gramaticais em função do pronome *clítico* e da preposição mais pronome tônico. A respeito da terceira pessoa conclui que, semelhante ao que ocorre com o OD, há rejeição ao pronome *clítico*. Todavia, quando se trata de sintagma preposicionado com valor anafórico, este se constitui na alternativa preferida dos OIs de 3.<sup>a</sup> pessoa, não sendo muito frequente com a 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> pessoas. A autora não considera os casos de não-lexicalização do OI.

A amostra é composta de 836 dados colhidos na fala informal de universitários em Curitiba e analisa a expressão do objeto indireto

lexicalmente realizado, considerando, para isso, 333 dados que representam 40% da amostra. No que se refere ao uso de *clítico* para a terceira pessoa, a ocorrência do pronome clítico é de 3% (1 caso em 67), predominando o uso de preposição + pronome tônico Sintagma Preposicionado (SP), o que leva a autora a afirmar que,

se há uma tendência ao desaparecimento do clítico dativo, esse processo parece afetar essencialmente a referência de 3.<sup>a</sup> pessoa. A perda do clítico dativo de 3.<sup>a</sup> pessoa espelha o que já se comprovou para a expressão do objeto direto com referência à 3.<sup>a</sup> pessoa. Ressalte-se que, no que diz respeito às 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> pessoas, a utilização do SP anafórico como expressão do OI parece ser uma opção mais “autorizada” que a utilização do pronome tônico como expressão de OD (BERLINCK, 1996b, p. 2).

Em relação à animacidade do referente do complemento, observa-se que o traço [+animado] é o mais característico de OI, embora haja entidades do tipo [-animado] que também podem ser expressas pelo OI:

O fato de todos os casos de OI [-animado] se realizarem como um SP, no entanto, só pode ser interpretado se considerarmos os fatores *animacidade* e *expressão* segundo as distinções de pessoa gramatical. Na verdade, a distinção [±animado] só é pertinente para a 3.<sup>a</sup> pessoa; as pessoas do discurso são sempre [+animado] (BERLINCK, 1996b, p. 3).

O trabalho de Berlinck era, na ocasião, o único que tratava da questão do OI a partir de um levantamento de dados feito especialmente para este fim.

Podemos assim resumir o que foi visto até aqui: primeiramente, o uso do *lhe* na segunda pessoa não é fato recente, como registrado por Amaral (1920), Abreu e Mercer (1988) e Menon (1998); em segundo lugar, para evitar a ambiguidade criada com essa “migração” do *lhe* da terceira para a segunda pessoa, como resultado do processo histórico da pronominalização pela qual passou o *você*, o falante se vale da forma lexical

*pra ele, pra ela*; em terceiro lugar, há pertinência em se pesquisar a animacidade para a terceira pessoa, uma vez que as pessoas do discurso são sempre animadas e, em relação às ocorrências de OI, há uma quantidade reduzida de ocorrências, especialmente ao se comparar com OD.

## Os dados

A composição do *cópus* considerou 72 entrevistas, 24 de cada cidade, conforme a metodologia do VARSUL. Os grupos de fatores estudados foram os seguintes.

Variáveis linguísticas:

- a) forma lexical: *clítico, forma lexical e objeto nulo*;
- b) traço de animacidade do referente: [+animado] e [-animado];
- c) formas de representação do objeto: *lhe, lhes, a ele, a eles, a ela, a elas, para ele, para eles, para ela, para elas* e  $\emptyset$  (objeto nulo).

Variáveis extralinguísticas:

- a) sexo: *masculino e feminino*;
- b) idade: *25 a 50 anos e acima de 50 anos*;
- c) escolaridade: *primário, ginásio e segundo grau*;
- d) localidade: *Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre*.

A composição do *cópus* se deu levantando dados de ocorrências de *clítico lhe(s)*, pronome lexical *a/para ele(s)* e *a/para ela(s)* e o não preenchimento da forma lexical ( $\emptyset$ ), conforme ilustram os exemplos.

(O1) aqui Joaquim Gonçalves da Luz Reor, que supomos foi entregue aos cuidados de uma das suas tias, residente em São Fran-



cisco, daí foi casado com uma prima irmã, Coordova Maria das Dores, por herdeiro testamentário de do Padre Bento, que **lhes**<sup>1</sup> deixou a fazenda de Santana, em Três Barras, no porto de Cubatão de Curitiba (02 CTB M B SEG).

(02) ela viaja. também dou liberdade **pra ela** pra querer viajar. ela tem a cabeça dela, eu tenho a minha. eu não vou querer controlar ela. (11 CTB M A SEG)

(03) agora eu me arrependo, mas na época que eu fiquei em casa com ele, ele foi pra creche com um ano, eu podia ter dado muito mais carinho pra ele do que eu dei Ø, sabe? (19 CTB F A GIN)

## O clítico *lhe* e os dados não considerados

Antes de apresentarmos os dados e a avaliação que fizemos a partir deles, é preciso mencionar que, na composição do *cópus*, não consideramos nenhuma das ocorrências do clítico *lhe* encontradas, porque não se encaixaram como dados válidos. Para a seleção utilizamos os seguintes critérios:

a) pronome *lhe* para a 2ª. pessoa

(01) depois eu vou **lhe** mostrar, eu abro ali, daí o senhor vai ver né? (07 POA M B GIN)

b) expressões cristalizadas como *dei-lhe*, *dá-lhe*

(02) ficou enorme ao ponto de a gente olhar, pensar que a barriga ia estourar e **da-lhe** antibiótico, **dá-lhe** antibiótico, **dá-lhe** antibiótico pra... (23 FLP M B SEG)

---

1 Essa ocorrência, mencionada como exemplo, foi descartada por se tratar de discurso relatado.

c) expressões com *lhe* = *dele/dela*

(03) eu só faço o fogo e deixo quando está no ponto ali eu tacho-  
-**lhe** em cima duas gradezinhas ali e deu (11 POA M A GIN)

## Os dados relativos aos pronomes lexicais

Os critérios para a seleção dos dados e composição do *cópus* podem ser assim resumidos: substituição do clítico OI por *para ele(s)*, *para ela(s)*, conforme apresentamos a seguir.

a) ocorrência em que o OI ocupava a posição de sujeito do verbo no infinitivo:

(04) me lembro, numa época que a minha irmã quebrou o braço, que eu pedia **pra ela** bater no meu (01 FLP F A PRI),

b) repetição de frase enunciada pelo entrevistador: não houve,

c) resposta com o mesmo verbo da pergunta feita pelo entrevistador: não houve,

d) casos em que o referente não é mencionado, mas inferido do contexto: não houve.

Cabe ainda uma ressalva, em relação aos verbos transitivos indiretos (TI) usados como transitivos diretos (TD), como é o caso de *assistir*, por exemplo, conforme mencionado em Duarte (1986). As poucas ocorrências registradas de verbos TI usados como TD não foram descartadas, mas computadas como casos como objeto TD, que obviamente não é o foco deste trabalho.

## Os dados de OI

O levantamento dos dados de OD e OI somou 1.278 ocorrências. Para OI encontramos 300 dados (cerca de 23,5% da amostra) representados pelas formas de *pronome lexical* (*a ele, a ela, para ele, para ela*) e *ausência de preenchimento* do pronome ( $\emptyset$ ), assim distribuídos: 48 ocorrências para Curitiba, 156 para Florianópolis e 96 para Porto Alegre.

Em relação ao número de ocorrências, é necessário que um comentário seja feito. Inicialmente, achamos que esse número de dados, 300 ao todo, seria muito pequeno, considerando o número total dos dados somando OD e OI, isto é 1.278. Nossa hipótese era de que os verbos que exigem complemento com OI ocorrem em número menor na língua do que os verbos que exigem complemento com OD.

Para poder afirmar que nossa hipótese seria verdadeira e que a ocorrência de verbos que exigem complemento OI ocorre de fato em menor número na língua, seria necessário fazer um outro levantamento paralelo, ou seja, contar quantos verbos exigem complemento OD e OI.

Para tanto, tomamos o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, o “Aurélio”, nona edição, de 2009, e realizamos a contagem das regências indicadas *transitivo direto* e *transitivo indireto* anotadas para cada verbe<sup>2</sup>. Encontramos 9.065 entradas indicando que o verbo exigiria complemento OD e 2.038 indicações de que exigiria OI.

---

2 A contagem dos verbos foi feita considerando somente a(s) regência(s) apontada(s) em cada entrada de verbo, isto é, se se tratava de verbo que exigia somente complemento OD ou OI, ou admitia ambas as regências. Não consideramos, nos casos em que o verbo exigia complemento OI, quais eram as preposições envolvidas, porque um dos objetivos é demonstrar a proporcionalidade entre VTD e VTI na língua portuguesa. O resultado demonstrou que, das 11.108 regências encontradas, somente 2.038 diziam respeito a objeto indireto, isto é 18,35% do total. Isso significa que há muito menos ocorrências de OI do que de OD qualquer que seja o fenômeno pesquisado (regência, apagamento de objeto, por exemplo). Se levarmos em conta que na composição do corpus da pesquisa (FAGUNDES, 1997) foram considerados somente os usos com as preposições *a* e *para* e que, se fôssemos retirar no dicionário os mesmos casos, esse percentual seria certamente mais reduzido ainda.

Assim, podemos afirmar agora que, de fato, há um número bem menor de complementos OI do que de OD na língua portuguesa, pelo menos no que se refere aos verbos dicionarizados. Esta informação somente confirma, no entanto, que a metodologia adotada no levantamento de dados do VARSUL está de fato refletindo a língua de maneira fiel, mesmo levando-se em conta que os termos dicionarizados dizem respeito à língua escrita e que muitas vezes na língua oral os complementos OI são substituídos por OD.

Chamamos atenção, novamente, para o fato de todas as ocorrências envolvendo o *lhe* terem sido desconsideradas pelas razões já expostas. Os resultados a que chegamos serão apresentados a seguir.

As 300 ocorrências de OI, no tocante ao *traço* [ $\pm$  animado] do referente apresentam o seguinte perfil: comparando-se as ocorrências com *traço* [+ animado], *forma lexical* FL, (251/292, 86%, .52) e  $\emptyset$  (41/292, 14%, .48) concorrem quanto à substituição do OI, havendo favorecimento para FL. Quanto ao *traço* [- animado] do referente, há somente oito ocorrências (4 para FL e 4 para  $\emptyset$ ); no entanto a rodada estatística demonstrou que há maior probabilidade de ocorrência de  $\emptyset$  (4, 50%, .90). Em resumo, é FL que de fato pode favorecer a ocorrência do *traço* [+ animado], confirmando a hipótese e a expectativa inicial.

No que se refere às ocorrências e sua relação com o fator *localidade*, ao tratarmos os dados conjuntamente, os falantes de Curitiba e os de Porto Alegre tendem a usar mais FL (.51 e .52, respectivamente), enquanto os falantes de Florianópolis tendem a usar mais  $\emptyset$  (.52). Uma vez que os resultados guardam bastante proximidade entre si, optamos por apresentar os *inputs* iniciais das rodadas estatísticas feitas em separado para cada cidade. Entendemos que assim se pode ter uma visão mais clara a respeito do comportamento de FL e  $\emptyset$  e nas três cidades (Tabela 5.1).

Tabela 5.1 - FL e Ø tratadas separadamente em função do fator localidade

Grupo	FL	Ø	Total
CTB	41	7	48
%	85	15	
INPUT	<b>.87</b>	<b>.13</b>	
FLP	133	23	156
%	85	15	
INPUT	<b>.86</b>	<b>.14</b>	
POA	81	15	96
%	84	16	
INPUT	<b>.87</b>	<b>.13</b>	

Fonte: Fagundes (1997).

Desse modo, a Tabela 5.1 apresenta as ocorrências das três cidades e seus respectivos percentuais de ocorrência. Constatou-se que os valores dos *inputs* são bastante semelhantes e indicam claramente que a forma predominante e, também, mais favorecida é FL (.87, .86, e .87 para CTB, FLP e POA, respectivamente).

Por sua vez, ao considerarmos, no conjunto dos dados, o fator sexo do informante, há bastante equilíbrio entre os pesos relativos, havendo maior probabilidade de ocorrência de Ø com falantes do sexo masculino (.54), de um lado e, de outro, maior probabilidade de ocorrência de FL com falantes do sexo feminino (.52). As rodadas feitas em separado apresentam o seguinte comportamento para os dados: falantes do sexo masculino da cidade de Porto Alegre têm peso relativo de .38 para FL e para Ø .62, ou seja, nessa cidade há clara preferência dos falantes pela variante Ø. Os dados de Curitiba apontam para a mesma direção, todavia com menor probabilidade de ocorrência (.55). Já para Florianópolis os pesos relativos se distribuem igualmente para ambos os sexos (.50).

Quanto aos informantes do sexo feminino, ao analisarmos estatisticamente os dados de cada cidade, observamos que apresentam comportamentos diferentes dos dados observados anteriormente; isto

é, para Florianópolis, o fator sexo não influi na escolha dos falantes. Com relação a Curitiba e Porto Alegre há tendência inversa à dos falantes do sexo masculino, ou seja, há maior probabilidade de ocorrência de FL (.53 e .58, respectivamente).

Gostaríamos de enfatizar que o tratamento dos dados em separado teve por objetivo mostrar as diferenças que haviam sido atenuadas nas rodadas com todos os dados e a fim de esclarecer dúvidas quanto aos resultados da análise estatística.

Ao considerarmos as ocorrências de FL e Ø para OI em função do fator *idade do informante*, obtivemos pesos relativos que indicam haver maior probabilidade de ocorrência de FL nos informantes mais jovens (A: 25 a 50 anos) e que os informantes mais velhos (B: mais de 50 anos) tendem a usar mais a forma Ø, como nos é mostrado na tabela 5.2, abaixo.

Tabela 5.2 - FL e Ø em função do fator idade do informante

	FL	Ø	Total
A	164	24	188
%	87	13	
Peso	.53	.47	
B	91	21	112
%	81	19	
Peso	.44	.56	

Fonte: Fagundes (1997).

Assim, a análise em tempo aparente apresenta um pequeno índice de mudança em relação ao uso de FL entre os mais jovens.

Por fim, apresentamos os dados relativos ao fator *nível de escolaridade* dos informantes (Tabela 5.3). Desconsideradas as diferenças regionais – nas quais somente os falantes de Curitiba, com ginásio, mostraram maior probabilidade para escolher a forma Ø (.71) à FL (.21) – a Tabela 5.3 apresenta os pesos relativos e as probabilidades de ocorrências.

Tabela 5.3 - FL e Ø em função do nível de escolaridade do informante

	FL	Ø	Total
1	107	21	128
%	84	16	
Peso	.45	.54	
2	72	17	89
%	81	19	
Peso	.40	.58	
3	76	7	83
%	92	3	
Peso	.68	.32	

Fonte: Fagundes (1997).

Primeiramente, com os falantes de escolaridade 1 (primário, até quatro anos de escolaridade), há maior probabilidade de ocorrência de Ø (.54) e menor probabilidade de ocorrência de FL (.45). Para o nível 2 (ginásio, até oito anos de escolaridade) há tendência semelhante (.58 e .40 para Ø e FL, respectivamente). Porém, os pesos relativos de Ø apresentam maior valor e os pesos relativos de FL são menores que os registrados para a escolaridade 1. Diferença expressiva, entretanto, é apresentada nos pesos relativos da escolaridade 3 (segundo grau, até doze anos de escolaridade). Os falantes com essa escolaridade preferem FL a Ø (.68 e .32, respectivamente).

## Conclusão

Os resultados apresentados permitem que algumas afirmações sejam feitas. Primeiramente, em Omena (1978) e Nunes (1993) a manutenção dos *clíticos* no PB é remetida à ação corretiva da escola, tanto para OD quanto para OI. Isso se confirma na amostra de Omena (1978) que não constata nenhuma ocorrência de clítico na fala de adultos não escolarizados.

A pequena ocorrência de clíticos OI, em nossa amostra apenas em frases feitas, confirmam também as afirmações de Cyrino (1993), Pa-

gotto (1993) e Berlinck (1996b), no que diz respeito à queda e desaparecimento dos clíticos no PB e da sua substituição pelo pronome lexical e pela ausência de preenchimento do pronome objeto.

O traço [ $\pm$  animado] do referente atesta as afirmações de Omena (1978), Duarte (1986) e Tarallo e Duarte (1988) no tocante ao fato do traço [- animado] estar favorecendo a ausência de preenchimento do pronome objeto e do traço [+ animado] favorecer a ocorrência do pronome lexical, no que se refere ao OD e também para OI, como constatamos também em nossa amostra. Por outro lado, verificamos que há favorecimento da ocorrência do traço [- animado] quando se trata de OD, enquanto o traço [+ animado] vai caracterizar as ocorrências de OI, conforme afirma Berlinck (1996b).

Quanto ao uso do *pronome lexical*, constatou-se que sua ocorrência é altamente favorecida pelo traço [+ animado] para o objeto direto e para o objeto indireto, especialmente. Além disso, o *pronome lexical* – apesar de ser a forma *estigmatizada* pelos gramáticos, principalmente no tocante ao objeto direto – é a forma preferida dos falantes mais jovens e com nível escolar de segundo grau. Estranhamente, os falantes com nível de escolaridade ginásial preferem a *ausência de preenchimento* ao *pronome lexical*.

A *ausência de preenchimento*, bastante favorecida pelo traço [- animado] do referente, ocorrendo principalmente com objeto direto, revelou-se a forma preferida dos falantes mais velhos. O fator escolaridade, por sua vez, não interfere na escolha do falante, pois a *ausência de preenchimento* é a forma *não-estigmatizada* (menos marcada e neutra) no âmbito da escola, tanto que nem é objeto de discussão entre os gramáticos.

Quanto ao sexo do informante, os resultados referentes a OI demonstram que há discrepâncias regionais que merecem ser melhor



estudadas; todavia, podemos afirmar que para OI os falantes do sexo masculino tendem a usar mais Ø, enquanto os falantes do sexo feminino preferem FL.

No que se refere ao fator idade, os dados demonstram que para OI os falantes mais jovens preferem FL, e os mais velhos, Ø.

A respeito da escolaridade, é possível afirmar que os falantes com ginásio preferem Ø; já os falantes com segundo grau apresentam pesos mais significativos para FL.

Os objetivos iniciais deste trabalho, estabelecidos na introdução, referiam-se a uma pesquisa sociolinguística que pudesse levantar e situar as ocorrências de objeto direto e de objeto indireto, especificamente, *clíticos*, *pronomes lexicais* e *ausência de preenchimento* no português falado, em função de fatores linguísticos e sociais, nas três capitais da região Sul do Brasil, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre.

Gostaríamos, finalmente, de apontar algumas questões levantadas neste trabalho e que ainda carecem de resposta, mas que podem indicar caminhos de continuidade para a pesquisa.

A primeira delas, já mencionada, diz respeito aos diferentes estágios de transitividade dos verbos que vão desde a necessidade da presença de um complemento, passando pela *ausência de preenchimento*, até a perda total da transitividade, como é o caso dos marcadores discursivos.

A segunda questão diz respeito aos resultados da pesquisa poderem estar sendo desviados em função de verbos que compõem o *corpus*. Será que a presença do traço [+ animado] não está ligada ao tipo de complemento exigido pelo verbo? Não estariam os chamados verbos bi-transitivos condicionando fortemente a ocorrência do traço [+ animado] para o complemento indireto?

A terceira questão refere-se ao fato do *pronome lexical* para objeto indireto não ser *estigmatizado*. Não estaria o *pronome lexical* de objeto

indireto (*não-marcado*) condicionando o uso do *pronome lexical* de objeto direto (*estigmatizado*)?

## Referências

ABREU, M. T. dos S.; MERCER, J. L. da V. O tratamento em Curitiba: o pronome zero. *Ilha do desterro*, Florianópolis, n. 20, p. 19-30, 1988.

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira: gramática e vocabulário*. São Paulo: O Livro, 1920.

BERLINCK, R. de A. The Portuguese Dative. In: VAN BELL, Willian; VAN LANGEDONCK, Willy (Ed.). *Cases and grammatical relations across languages. The Dative. Descriptive Studies*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1996. p. 119-151.

\_\_\_\_\_. A expressão do objeto indireto no português do Brasil. In: SEMINÁRIO DO CELLIP (CENTRO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS DO PARANÁ), 10., 1996b, Londrina, 24-26 out. *Anais...* Londrina: [s. n.], 1996.

\_\_\_\_\_. Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil. In: SEMINÁRIO DO CELSUL (CÍRCULO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO SUL), 2., 1997, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: [s. n.], 1997.

CYRINO, Sonia Maria Lazzarini. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1993. p. 163-184.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. 1986. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos de Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986.

FAGUNDES, Edson Domingos. *Ocorrências de objeto direto e indireto nas três capitais do Sul do Brasil: clíticos, pronomes lexicais e ausência de preenchimento*. 1997. 91 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

MENON, Odete Pereira da Silva. O sistema pronominal na região sul. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 11., 1998, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: [s.n.], 1998. p. 510-512.

NUNES, J. M. Direção de clitização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 207-222.

OMENA, N. P. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. 1978. Dissertação (Mestrado em Linguística de Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

PAGOTTO, E. G. Clíticos, mudança e seleção natural. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 185-206.

TARALLO, F.; DUARTE, M. E. L. Processos de mudança linguística em processo: a saliência vs. não saliência de variantes. *Ilha do Desterro*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 44-58, 1988.

# Tu e você no Paraná

Loremi Loregian-Penkal

## Introdução

Os estudos de Loregian (1996) e de Loregian-Penkal (2004) demonstraram que no Paraná o pronome de segunda pessoa utilizado pelos falantes é o *você*, e que o pronome *tu* praticamente não ocorre na fala de informantes paranaenses. Assim, o presente capítulo visa retomar, apresentar e discutir os resultados de Loregian (1996) e Loregian-Penkal (2004, 2011/2012) no tocante ao uso dos pronomes de segunda pessoa para tratar o interlocutor ou, mais especificamente, aos usos de *tu* e *você* no Estado do Paraná.

Loregian-Penkal (2004) efetuou a análise de duas regras variáveis, i) a alternância pronominal *tu/você* na fala dos informantes do *corpus* VARSUL; ii) a reanálise da concordância verbal com o pronome *tu* em Florianópolis, Ribeirão da Ilha, Chapecó, Blumenau e Lages, em Santa Catarina; e Porto Alegre, Flores da Cunha, Panambi e São Borja, no Rio Grande do Sul.

Conforme apontamos, no terceiro estado pertencente ao banco de dados VARSUL – o Paraná – Loregian (1996) constatou que em Curitiba não há ocorrências de *tu* e nas três cidades do interior – Irati, Londrina e Pato Branco – a ocorrência desse pronome é muito pouco frequente. De acordo com Godoy (1999), há somente 40 ocorrências desse pronome (sendo 30 em Pato Branco, 06 em Londrina e 04 em Irati; das quais 34 são de indeterminação do sujeito) e todas elas sem variação na concordância (todos os falantes utilizaram o pronome *tu*

sem a marca canônica de segunda pessoa no verbo). Diante desse quadro, Loregian (1996) e Loregian-Penkal (2004) não incluíram na análise os dados dessa parte do banco.

Para este texto, consultamos a transcrição das entrevistas do Paraná e, mais, checamos o áudio de cada uma das ocorrências de *tu* e *ocê* produzidas pelos informantes paranaenses nas quatro cidades que compõem o banco VARSUL. Dessa forma, vamos revisitar os resultados obtidos para Curitiba, Irati, Londrina e Pato Branco com o intuito de demonstrar e exemplificar o uso que se faz dos pronomes de segunda pessoa na fala paranaense.

## **Suporte teórico-metodológico**

A teoria que subsidia este trabalho é conhecida como Teoria da Variação e da Mudança Linguística ou Sociolinguística Quantitativa. Segundo Weinreich, Labov e Herzog (1968), a teoria nasceu em um momento sócio-histórico em que a Linguística havia sido inicialmente dominada pelas ideias de Saussure (início do século XX) e, mais tarde, por Chomsky (por volta dos anos 60 do século XX). Tanto Saussure quanto Chomsky, no entanto, privilegiaram os estudos linguísticos focados em fatos internos das línguas. Foi no Simpósio “Direções para a Linguística Histórica”, realizado em 1966, nos Estados Unidos da América, que houve uma renovação dos estudos linguísticos, em que a diacronia e a linguística histórica puderam ser reintroduzidas no cenário dos estudos linguísticos.

Na década de 1950 surgiram as primeiras pesquisas sociolinguísticas, como a tese de doutorado de Weinreich (1951), cuja carreira foi precocemente interrompida. Foi a partir das pesquisas de William Labov (1966) que a Sociolinguística se estabeleceu como teoria e meto-

dologia para a investigação da língua em uso, privilegiando não somente fatos internos, mas também externos à língua.

Os estudos de Labov não se situam à margem de uma linguística da língua, uma vez que ele considera que esta só tem sentido num contexto social. Em outras palavras, diferentemente de Saussure e Chomsky, Labov quer buscar a estrutura heterogênea da língua enquanto falada por uma comunidade ou grupo social. Seu foco de interesse não são as formas regulares da língua, mas as variantes – formas alternativas de se dizer a mesma coisa, permitidas pela própria estrutura da língua e motivadas por condicionamentos externos; Labov quer evidenciar que existem regularidades na variação, quer mostrar que esta é sistemática e previsível. Logo, há diferenças entre utilizar os dados de uma língua efetivamente em uso nas comunidades de fala e uma ciência da “parole” ou uma ciência do “desempenho”, que trabalha com uma língua “ideal”.

Labov afirma que a variação e as estruturas heterogêneas são fenômenos naturais nas comunidades de fala e que estruturação não significa homogeneidade. Para isso, formaliza todo um instrumental teórico e metodológico para tratar a variação.

Para abranger a variação inerente das línguas, Labov (1968) amplia o conceito de regra da gramática para inscrever o de **regra variável**. Segundo ele, a regra variável deve ter frequência de uso expressiva e estar sujeita à interferência tanto de fatores linguísticos (fonéticos, fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos) quanto de fatores sociais (faixa etária, sexo, grau de escolarização, etnia, etc.).

Portanto, uma vez detectada a variação e examinados os contextos em que esta se insere, os fatores condicionantes podem apresentar um padrão elevado de sistematicidade, evidenciados pelos resultados do programa estatístico.

## Pronomes de segunda pessoa no Brasil

De quando data oficialmente o pronome *você* no Brasil? De acordo com Nascentes (1956, p. 118) a resposta a essa pergunta é dificultada, tanto no Brasil quanto em Portugal, por falta de estudos cronológicos. No entanto, ele afirma que esse pronome já existia em Portugal em textos do final do século XVIII e cita a cantiga “*Amor não é brinco*”, de Lerenó, em que o termo *você* é empregado. Reproduzimos, abaixo, parte dessa cantiga:

*Você trata amor em brinco.*

*Amor o fará chorar.*

*Veja lá com quem se mete,*

*Que não é para zombar.*

A respeito da generalização do uso de *você* no Brasil, Cintra (1972), Biderman (1972), Faraco (1982, 1996) e Menon (1995) destacam que quando o Brasil começou a ser colonizado, em Portugal já estava avançado o processo de arcaização do *vós* que se tornou, já no século XVIII, completamente arcaico, assim como a mudança fonética de *Vossa Mercê*, que na época já era utilizado em Portugal entre os não-nobres.

Menon (1995, p. 95) destaca também que houve a introdução do par *você/vocês* no paradigma da segunda pessoa e, com isso, as novas formas passam a coocorrer e concorrer com a antiga oposição *tu/vós*, suplantando primeiro a forma *vós*, que se tornou arcaica. Dessa forma, travou-se uma “batalha” em que *vocês* se torna a forma vencedora e passa a ser o plural tanto de *tu* quanto de *você*. Prova disso é que nas comunidades por nós analisadas em 1996 e 2004, em que se observa uso maciço de *tu*, o plural sempre é feito com *vocês* e não com *vós*, que permanece como forma cristalizada em alguns textos, rezas e músicas religiosas. Tal constatação pode ser comprovada nos exemplos, extraídos do *corpus* VARSUL, abaixo:

(1) - quando eu chego lá que tem aquelas pessoas mais antigas, eles dizem: “Puxa, Iran, o que **vocês** plantaram **tu estás** hoje colhendo isso aqui” (FLP 13 M B GIN - 285)<sup>1</sup>.

(2) - Ele disse: “olha, **vocês** vão fazê um show lá, tá? Termina o show, pega a kombi, se manda que vocês vão apanhá (...) Ai **tu imagina** o desespero, né?” (POA 01 M B PRI - 808).

Observe-se que em ambos os exemplos aparecem tanto o pronome de segunda pessoa *tu* quanto o plural *vocês* no mesmo turno, fato esse que evidencia o uso que os falantes do *corpus* de Florianópolis e Porto Alegre (LOREGIAN, 1996; LOREGIAN-PENKAL, 2004) fazem dos pronomes de segunda pessoa.

No que tange ao singular, as Gramáticas Tradicionais continuam registrando somente a forma *tu* no paradigma dos pronomes pessoais. No entanto, pelos estudos descritivos, se constata que em algumas regiões brasileiras não existe mais coocorrência de formas pronominais para a segunda pessoa, uma vez que o pronome *você* é a única forma utilizada para dirigir-se ao interlocutor.

Biderman (1972/73, p. 364), mesmo fazendo a ressalva do uso de *tu* “corrente” em Porto Alegre e “esporádico” no Rio de Janeiro, chega a afirmar que a substituição de *tu* por *você* no Brasil se processou na virada do século XIX para o XX. De acordo com ela, a correspondência de Machado de Assis dá testemunho desse fenômeno social e linguístico: até a década de 1870 ele usa *tu* para os íntimos, mas no final do século XIX e começo do XX serve-se quase exclusivamente de *você*.

Estudos mais recentes, principalmente com dados do projeto NURC, conforme Freitas e Silva (1986), Menon (1994), Monteiro (1994), Ilari, Franchi e Neves (1996), entre outros, apontam que se pode dividir em dois grupos as capitais brasileiras participantes do projeto: Recife, Salvador,

<sup>1</sup> A codificação das ocorrências do VARSUL apresentada, contém as seguintes informações, pela ordem: código da localidade (Florianópolis: FLP, Porto Alegre: POA), número da entrevista (13), sexo do informante (masculino: M), faixa etária do informante (25 a 50 anos: A, acima de 50 anos: B), escolaridade do informante (primário: PRI, ginásio: GIN, segundo grau: SEG) e linha em que se encontra a ocorrência na entrevista: 285.



Rio de Janeiro e São Paulo de um lado, com uso exclusivo da forma *você* e, de outro lado, Porto Alegre, em que se verifica uso quase exclusivo de *tu*.

Ao falar sobre o sistema pronominal da região Nordeste, Monteiro (1996, p. 513) afirma que, apesar de o pronome *você* ter se generalizado por todo o Brasil, não conseguiu substituir o pronome *tu* em Fortaleza pois, segundo ele, os informantes daquela cidade empregam o tratamento *tu* com verbos na “terceira pessoa”, independentemente de qualquer nível de escolaridade ou classe social.

Soares e Leal (1993) fazem uma análise das formas de segunda pessoa – *tu*, *você*, *o senhor* – utilizadas em Belém do Pará, por meio de gravações e de questionários para verificar principalmente como se dava o tratamento entre pais e filhos. As autoras concluem que quando os filhos se dirigem aos pais há uso majoritário de *tu*, com percentual de 49,13%, seguido de *o senhor*, com 38,59% e *você* aparece com percentual de 12,28%. Já quando os pais se dirigem aos filhos há uma polarização entre *tu* e *você* mas com muito mais ocorrências de *tu*, cujo percentual é de 76,84%, enquanto o *você* aparece com 23,16% de ocorrências. Portanto, no estudo efetuado em Belém do Pará constata-se que *tu* é a forma mais utilizada tanto para os filhos se dirigirem aos pais quanto para os pais se dirigirem aos filhos.

Complementando essa apresentação, Loregian (1996), com base em dados do projeto VARSUL, em estudo preliminar com as três capitais do Sul, constata que em Florianópolis e em Porto Alegre existe coocorrência de *tu/você* para a segunda pessoa e com distribuições diferentes em termos de marcas: na capital do Rio Grande do Sul a maioria dos casos é com sujeito *tu* explícito, com verbos sem a forma canônica de segunda pessoa, enquanto na capital catarinense a marca fica concentrada majoritariamente no verbo, com a respectiva flexão canônica de segunda pessoa. Em Curitiba, conforme já destacado, a pesquisadora encontrou uso categórico do pronome *você*.

A respeito da concordância não canônica com o *tu*, como a encontrada em Porto Alegre, Biderman (1972/73, p. 364) sugere que no Rio Grande do Sul o uso de *tu acompanhado das formas verbais de terceira pessoa* se deve à procedência dos países vizinhos de fala espanhola, como o Uruguai. Entretanto, conforme estamos verificando dos resultados dos estudos descritivos, esse fenômeno não se restringe ao Rio Grande do Sul, sendo corrente na fala popular de várias partes do Brasil, inclusive em regiões nas quais praticamente não há contatos com pessoas que falem o espanhol, como Fortaleza e Chapecó, por exemplo. Portanto, a sugestão feita por Biderman parece não corresponder à realidade, uma vez que não encontra respaldo em dados reais.

## **Os pronomes *você* e *tú* no Paraná**

A implantação de *você* em Curitiba (fundada em 1693) pode ter se dado por influência vicentina ou paulista – frente de colonização que partiu de São Vicente, no planalto paulista, rumo ao Sul, passando pela região de Curitiba, pelo planalto de Lages e pelo norte do Rio Grande do Sul e que deu origem ao caminho das tropas, rota que foi fundamental econômica e politicamente para a integração do Brasil. Outro dado histórico que reforça a provável influência paulista no falar curitibano (e aqui, especificamente, quanto ao uso de *você*) é o fato de que até 1853 Curitiba e Paranaguá, parte do Paraná com alguma população, constituíram a Quinta Comarca de São Paulo.

Em relação aos usos concretos do pronome *você* e de suas variantes (*ocê* e *cê*), em Loregian-Penkal (2004, p. 43) lê-se a seguinte nota:

Menon e Loregian-Penkal (2002, p. 186) chegaram a fazer um levantamento preliminar dessas ocorrências mais as de *vocês* encontradas em Lages e nas três capitais do Sul. No entanto, uma retomada desse levantamento, bem como um estudo

pormenorizado (inclusive com audição das entrevistas) da distribuição dessas formas em todas as cidades que compõem o banco VARSUL fica como sugestão para trabalhos posteriores.

Assim, em 2011/2012 Loregian-Penkal retoma a análise do pronome *ocê*<sup>2</sup> e de suas variantes nas quatro cidades paranaenses que fazem parte do banco VARSUL. Cumpre destacar que o levantamento nas quatro cidades do Rio Grande do Sul e nas quatro cidades de Santa Catarina também encontra-se em fase de audição dos dados, pois a coleta dos dados transcritos já foi efetuada pela pesquisadora.

Podemos melhor visualizar a distribuição dos informantes paranaenses que utilizaram *tu/você* na Tabela 6.1, a seguir:

Tabela 6.1 - *Tu/você* no Paraná por informante

Cidade	Tu	Você	Total
Curitiba	-	24	24
Irati	2	24	24
Londrina	3	24	24
Pato Branco	6	24	24
Total	11	96	96

Fonte: Loregian (1996).

Vemos que as 40 ocorrências de *tu* registradas no Paraná têm a seguinte distribuição por cidade/informante: as 30 ocorrências de *tu* encontradas em Pato Branco foram produzidas por 06 informantes, as 06 de Londrina foram encontradas em 03 informantes e as 04 de Irati foram produzidas por dois informantes.

De um total geral de 96 informantes analisados, todos utilizaram o pronome *você* em suas falas, sendo que 85 deles utilizaram **so**mente o pronome *você* ao longo das entrevistas, e mostraram-se categóricos, portanto. Apenas 11 utilizaram os pronomes *você* e *tu*, mas este

2 Projeto de Pós-doutorado Sênior financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Processo: 150642/2011-3, e supervisionado pela professora Odete Pereira da Silva Menon, no Programa de Pós-Graduação em Letras/Linguística da UFPR.

último pronome é utilizado de forma bastante ‘demarcada’, conforme veremos nos exemplos (3) a (10) mais à frente.

No que diz respeito ao pronome *tu* em Curitiba, os 24 informantes do banco-base<sup>3</sup> do VARSUL não utilizaram este pronome ao longo das entrevistas. Em Loregian (1996)<sup>4</sup> há o registro de que houve 03 ocorrências desse pronome, mas ao ouvirmos os áudios para averiguar se as marcações condiziam com o que o informante havia falado na entrevista, descobrimos que a transcrição não corresponde à produção efetiva do informante, desvio provocado muito provavelmente devido à velocidade de fala do informante em questão.

Em Irati constatamos ocorrências como (3), abaixo, em que o informante reproduz a fala de um carioca, que por sua vez está se referindo à fala gaúcha:

(3) Daí ele (um carioca) olhou pra mim e começou a dar risada. E eu disse: “Por que você tá rindo?” Ele disse: “Você é bem caipira mesmo, né?” E eu disse: “Caipira por quê?” “Porque não é leite, é leitchi”. [...] Depois ele disse pra mim, ele disse: “E pra você ter uma ideia, vocês vejam como vocêys são burros. Do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, são burros mesmo. Paraná fala só com o e, Santa Catarina fala só com um erre, se come um erre, né? O Rio Grande do Sul esse negócio de **tu viste**, não sei o quê.” Ele começou assim, sabe? “E vocêys são idiotas, porque cês- cêys- falam leite”. Vê se tem cabimento? (IRT 03 FAGIN – 1047 e 1078).

Em Londrina, encontramos exemplos do pronome *tu* como em (4) e (5) a seguir. Em (4) temos um *tu* que foi substituído pelo falante por *ocê*<sup>5</sup> e em (5) temos um *tu* genérico. Salienta-se ainda que o primeiro informante trabalha em hospital e namorou uma gaúcha e o segundo é gerente de posto de gasolina:

3 O banco-base é composto de 24 entrevistas: 12 de falantes de 25 a 49 anos e 12 de mais de 50 anos.

4 A época não foi efetuada a audição das entrevistas.

5 Salientamos que o uso de *você*, *ocê* e *cê* no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul está sendo objeto de análise em outros textos, a sair.

v(4) Então ninguém abre mão de nada. Se você vai me vender negócio direto da fábrica, o você não vai se limitar a só botar aquela margem sua de 10, 15 por cento do lucro que seja.<sup>1</sup> OCÊ vai vendê o que CÊ vende, **tu**- OCÊ vai pegá o preço dos concorrente, vai abaixá um pouquinho mais pra dizê que tá mais barato. (LDN 18 M A SEG -960, trabalha em hospital).

(5) A gente fez uma pesquisa e o que ganhou tranquilamente ganhou foi o atendimento, às vezes **tu vai** numa loja, tal, se OCÊ é bem atendido você volta, se você não foi bem atendida então você não volta mais, certo? (LDN 17 MASEG – 395, gerente de posto de gasolina).

Para Pato Branco as ocorrências registradas apontam exemplos como os que podem ser vistos de (6) a (10). Em (6) temos a reprodução da fala de outra pessoa, o “L”, amigo da entrevistada. Já nos exemplos (7) a (10) fica evidente a influência gaúcha sofrida pelas falantes, tendo em vista que os respectivos maridos são daquele estado.

(6) Aí esse amigo falou assim: “C...<sup>6</sup> que tal você- que tal eu te deixar aí” Eu disse: “Sozinha não fico, mas se tiver alguém que me acompanhe” Daí: “Vai você!” Vai outro não, ninguém quis ir. Aí o L... disse: “Se **tu vim** aí eu te dou uma garrafa de pinga e vamos tomar tudo junto”. (PBR 05 FACOL – 45).

(7) Se **tu precisasse** i como pra Clevelândia, por exemplo,<sup>1</sup> você tinha que i a Pato Branco a pé e pousá lá e no outro dia **tu tomava** o ônibus e ia, né? (PBR 07 FBPRI – 149, o marido é gaúcho).

(8) A gente vai lá trabalhá,<sup>1</sup> **tu vê**, **tu não vê** nada, é só escuridão de povo assim (bailões de Pato Branco). (PBR 07 FBPRI – 433, o marido é gaúcho).

(9) Aqui melhorou bastante porque **tu vê**, antigamente era só mato, né, agora tem o asfalto se você qué sai longe pra tomá ônibus, né? (PBR 07 FBPRI – 482, o marido é gaúcho).

(10) Ainda é novo pra isso que ele tá. **Tu olha** ele assim você vê que deu derrame nele: os sintomas de derrame mas não é, não foi (PBR 11 FBCOL – 188, nasceu no RS, o marido é gaúcho).

---

<sup>6</sup> Por questões éticas, não transcrevemos os nomes de pessoas que aparecem nas entrevistas. Apresentamos apenas a letra inicial de cada um deles.

Como se pode constatar nos exemplos acima, o uso de *tu* ocorre em contextos bem-marcados nas falas dos informantes analisados: ou aparece na reprodução da fala de gaúchos; ou na fala de um amigo; ou o informante tem nítida influência gaúcha na família, ou, ainda, trabalha em ambiente de muita influência gaúcha.

Evidencia-se também as ocorrências de *tu* com verbos que não possuem a flexão canônica de segunda pessoa (*tu olha; tu vê*, etc.). A única ocorrência de “*tu viste*” – e portanto com a presença da flexão canônica de segunda pessoa – se deu na fala de uma pessoa carioca (vide exemplo (3), acima) que se referia à fala estigmatizada, na opinião dela, dos gaúchos. Aqui novamente a interferência gaúcha e/ou do Oeste de Santa Catarina se faz presente, pois uma das marcas de identidade gaúcha e de manutenção dos valores regionais (LOREGIAN-PENKAL, 2004; MENON; LOREGIAN-PENKAL, 2002) se faz por meio desta característica linguística: uso do pronome TU + verbo sem a flexão canônica de segunda pessoa.

## Conclusão

Vimos ao longo do texto que as ocorrências do pronome *tu* no Paraná são bastante raras e ocorrem em contextos bem específicos, quais sejam, (i) na reprodução da fala de gaúchos; (ii) na fala de um amigo; (iii) quando o informante tem nítida influência gaúcha na família; (iv) ou quando trabalha em ambiente de muita influência gaúcha. Para reforçar ainda mais esta constatação, a quase totalidade das 40 ocorrências de *tu* encontradas nos dados são com presença do pronome *tu* acompanhado de verbo sem a marca canônica de segunda pessoa.

Para termos uma visão ampla da questão de uso de *Tu/Você* no Paraná e da ampla superioridade do uso de *você*, de um total de 96 in-

formantes analisados no banco-base do VARSUL, 85 deles foram categóricos no uso de *só você* como pronome de segunda pessoa para tratar seu interlocutor. Ademais, os 96 falantes entrevistados deste Estado fizeram uso do pronome *você* ao longo da entrevista, haja vista que os falantes que utilizaram o *tu* não o fizeram de maneira categórica.

Em relação ao número total de dados de *você* (e variantes), de acordo com Loregian-Penkal (2011/2012) há 2.200 ocorrências desse pronome em Curitiba<sup>7</sup> (1.533 de *você* e 667 de *cê*); 1.800 em Irati (1.342 de *você* e 458 de *cê*); 1.512 em Londrina (734 de *você*; 698 de *cê* e 80 de *ocê*) e 596 em Pato Branco (402 de *você* e 194 de *cê*). De toda forma, fica estampada a preferência do falante paranaense quanto ao uso da forma menos gramaticalizada *você* e uma menor ocorrência, por ora, das mais gramaticalizadas *ocê*/[*ʋe*]/*cê*, para se dirigir ao seu interlocutor.

## Referências

BIDERMAN, M. T. C. Formas de tratamento e estruturas sociais. *Alfa*, Marília, v. 18, n. 19, p. 339-381, 1972.

CINTRA, L. F. L. *Sobre formas de tratamento na língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte, 1972.

FARACO, C. A. *The imperative sentence in portuguese: a semantic and historical discussion*. 1982. Tese (Doutorado em Linguistics) – University of Salford, Salford, 1982.

FARACO, C. A. O tratamento *você* em português: uma abordagem histórica. *Revista Fragmenta*, Curitiba, n. 13, p. 51-82, 1996.

FREITAS, J.; SILVA, A. Tu e *você* na escola. In: SIMPÓSIO SOBRE A DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA NO BRASIL, 1., 1986, Salvador. *Atas...* Salvador: Instituto de Letras da UFBA, 1986. p. 227-236.

7 Em Curitiba e Irati, Loregian-Penkal (2011/2012) analisou também a fala de universitários e de Informantes da faixa-jovem, de 15 a 24 anos. Isso explica a quantidade maior de dados encontrada nessas duas localidades em comparação a Pato Branco, por exemplo.

GODOY, M. A. *A indeterminação do sujeito no interior paranaense: uma abordagem sociolinguística*. 1999. 174 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

ILARI, R.; FRANCI, C.; NEVES, M. H. M. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise. In: CASTILHO, A.; BASÍLIO, M. (Org.) *Gramática do português falado: estudos descritivos*. Campinas: UNICAMP, 1996. v. 4.

LABOV, W. *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W. *The social stratification of English in New York City*. Washington, DC: Center of Applied Linguistics, 1966.

LABOV, W. The reflection of social process in linguistic structures. In: FISHMAN, J. (Ed.). *Readings in the Sociology of Language*. The Hague: Mouton, 1968.

LABOV, W. *Principles of linguistic change*. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.

LABOV, W. *Padrões sociolingüísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.

LOREGIAN, L. *Concordância verbal com o pronome tu na fala do sul do Brasil*. 1996. 121 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

LOREGIAN-PENKAL, L. (Re)análise da referência de segunda pessoa na fala da região Sul. 2004. 260 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

LOREGIAN-PENKAL, L. *Quem é você? Alternância você(s), ocê(s) e cê(s) no Paraná*. Projeto de pós-doutorado financiado pelo CNPq. [Processo: 150642/2011-3], 2011/2012.

MENON, O. P. S. O sistema pronominal do Brasil. *Revista Letras*, Curitiba, v. 44, p. 91-106, 1995.



MENON, O. P. S. *Analyse sociolinguistique de l'indetermination du sujet dans le portugais parlé au Brésil, a partir des données du NURC/SP*. 1994. 397 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Université de Paris Diderot, Paris, 1994.

MENON, O. P. S.; LOREGIAN-PENKAL, L. Variação no indivíduo e na comunidade: *tu/você* no Sul do Brasil. In: VANDRESEN, P. (Org.). *Variação e mudança no português falado na região Sul*. Pelotas: EDUCAT, 2002. p. 147-192.

MONTEIRO, J. L. O sistema pronominal na região Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOL, 11., 1996., João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: ANPOLL, 1996.

MONTEIRO, J. L. *Pronomes pessoais*. João Pessoa: Edições UFC, 1994.

NASCENTES, A. O tratamento de “você” no Brasil. *Revista Letras*, Curitiba, n. 5, p. 114-122, 1956.

SOARES, I. C.; LEAL, M. Do *senhor* ao *tu*: uma conjugação em mudança. *Moara - Revista do Curso de Mestrado*, Belém, v. 1, p. 27-64, 1993.

WEINREICH, U. *Research problems in bilingualism, with special regard to Switzerland*. 1951. Tese. (Doutorado) – Columbia University, New York, 1951.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Empirical Foundations for a Theory Language Change. Directions for a Historical Linguistics*. Austin: University of Texas, Press, 1968.

# Leite quente: o xibolete curitibano

Odete Pereira da Silva Menon

## Introdução

Sempre que alguém quer informações sobre o sotaque curitibano, vem à baila o xibolete<sup>1</sup> *leite quente*, na versão reduzida, ou na versão completa “leite quente é bom pra dor de dente”... Oralmente, a informação surge feito; por escrito, é necessário explicar: sílaba átona inicial, medial ou final constituída de consoante mais a vogal **e** pronunciada como [e], constitui fenômeno em regressão no português do Brasil (PB). Em boa parte dos dialetos, a sílaba final de *leite* e de *quente* é pronunciada [ti]; [tɪ] ou [tʃi]: [ˈlej.tʃi “kẽ.tʃi]. No dialeto curitibano, mantém-se a pronúncia de vogal anterior média [e]: [ˈlei.te “kẽ.te].

O fenômeno, chamado *alçamento da vogal*, também ocorre com a vogal posterior média **o**: em muitas variedades do PB, a palavra *menino* é pronunciada [miˈni.nu] ou [miˈni.nʊ] (ou ainda [mi.ˈni.nu], com abertura da pretônica, em dialetos nordestinos). Na norma curitibana, é [meˈni.no]; *colégio* é [ko.ˈlɛ.ʒjo] e não [ku.ˈlɛ.ʒiw] (ou [kɔ.ˈlɛ.ʒiw], em variedades nordestinas). Da mesma forma, quando se introduz uma vogal epentética (suarabácti) para desfazer um encontro consonantal impróprio (i. e, que não faz parte das sequências fonológicas sistêmicas

1 Conforme o dicionário Aurélio: “**Xibolete**. [do hebr. *shiboleet*, ‘espiga’] *S. m.* 1. Palavra pela qual os soldados de Jefté reconheceram os efraimitas, que não conseguiram pronunciar o dígrafo inicial *sh*. 2. *P. ext.* Sinal, senha” (FERREIRA, 1975, p. 1798). Assim, o que **identificava** os habitantes de Jefté era a pronúncia da consoante inicial de *shiboleet* como palatal: [ʃiboleet], o que os estrangeiros, no caso os efraimitas, não conseguiam fazer. Para os não-iniciados na nomenclatura técnica, consoante palatal é chamada comumente de *chiada* (como a pronúncia do /s/ carloca em final de sílaba). Em sociolinguística, a partir de Labov (1994, p. 78, 300-301) essas marcas linguísticas identificadoras são classificadas como *marca*, *estereótipo*, conforme o significado social daquilo que identifica determinados falantes e fenômenos dialetais.

do português), como em *pneu*, *advogado*, os curitibanos vão produzir [pe.'new]; [a.de.vo.'ga.do]. Nas palavras que contêm o encontro [ks], grafado com a letra x, também se introduz uma vogal<sup>2</sup>, ainda que seja em sílaba normal, como em táxi ['ta.kes], ao lado de ['ta.ksi].

Mas os curitibanos podem elevar, sob certas circunstâncias, a vogal média, anterior ou posterior: no contexto de sequência de duas vogais, cuja pronúncia geraria um hiato, é possível ocorrer o alçamento da vogal, produzindo-se [i] ou [u] ou as semivogais [i] e [w] para produzir uma crase ou um ditongo. Afinal, o português é avesso a certos hiatos: assim, na sequência “Quando eu viajar”, o /o/ da sílaba final de *quando* se eleva a [w] e o resultado é um tritongo: [kwã."dwew.vi.a." ɜar]<sup>3</sup>; *ele e ela* podem resultar em ['e.li." ε.lɐ] ou ['e"ljɛ.lɐ]. Mercer (1996) fez estudo do alçamento da vogal no Paraná, a partir de dados do Atlas Linguístico e Etnográfico da Região Sul (ALERS).

Algumas pessoas (e muitos professores de português) podem estranhar o uso da palavra *dialeto*, aqui empregada como sinônimo de *variedade*. Esse estranhamento ocorre porque nas gramáticas normativas e em muitos manuais escolares e livros didáticos ainda aparece a afirmação de que no português não há dialetos, somente *falares*. Essa asserção decorre do fato de que, durante muito tempo, filólogos e gramáticos adotavam a definição europeia de *dialeto* (herdada da Gramática Comparativa do século XIX), que implicava uma não-compreensão entre falantes de dois dialetos (a partir da realidade, p. ex., dos dialetos da Itália ou dos dialetos germânicos). Mas, no âmbito luso-brasileiro, já Vasconcelos (1901), o eminente filólogo-arqueólogo português, justificava o uso que fazia da palavra *dialeto* para denominar variedades do por-

2 Assim, *fax*, *box*, *durex*; *volks(wagen)*: ['fa.kes], ['bɔ.kes], [du.'rɛ.kes]; ['fow.kes], ['fu.kes] ou ['fu.ke]. Em outros dialetos, a vogal vai ser [ɪ], nos três primeiros casos.

3 A Intensidade da palavra é 1, marcada com um apóstrofo antes da sílaba tônica; dois apóstrofos indicam a Intensidade 2, de locução ou sintagma; 3 é a Intensidade de frase ou período e vem representada com três apóstrofos antes da última sílaba tônica da frase.

tuguês que, obviamente, não punham dificuldades de intercompreensão entre os falantes de diferentes localidades, inclusive de ultramar, como a brasileira. Da mesma forma, em 1916, Pereira (*apud* PINTO, 1978, p. 403), em sua gramática histórica, conceituava: “Em geral chama-se *dialeto* a diferenciação regional de uma língua, e ao processo lento dessa diferenciação dá-se o nome de *dialeção*”.

No séc. XX, na sequência dos estudos estruturalistas norte-americanos, fixou-se o emprego da palavra *dialeto* para designar qualquer variedade de uma língua, inclusive os dialetos sociais, a partir dos estudos da sociologia da língua, da etnolinguística e, sobretudo, da sociolinguística, a partir dos anos sessenta.

## Sotaque, prosódia e gramática

O chamado *dialeto paranaense tradicional* compreende a região centro-sul-litoral do estado. Além desse dialeto que abrange boa parte do território, temos duas outras grandes áreas linguísticas: (i) a do norte-noroeste, que apresenta características como o erre retroflexo e o rotacismo, trazido pelos colonizadores mineiro-paulistas, que vieram desbravar a região e implantar a cultura do café na primeira metade do século XX; (ii) a do sudoeste-oeste do estado, colonizado por imigrantes oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina à procura de terras mais baratas, que apresenta traços da pronúncia e léxico dessas regiões, além das línguas dos antepassados italianos e alemães.

Curitiba está situada na região do chamado *dialeto paranaense*. E o que é que dá feição ao dialeto curitibano? A característica apontada acima diz respeito somente a um fato de pronúncia, que pertence àquilo que recebe a denominação de *sotaque*. Este compreende também fatos de prosódia, entre eles a melodia da frase, que é chamada

usualmente de “falar cantado”. Ora, todo mundo fala cantado; é a curva da entonação, ou melodia da frase, que se diferencia nas várias regiões. Eu costumo brincar com quem diz que os outros falam “cantadinho”, respondendo: “— Você também! Só que é diferente...”

No entanto, além do *sotaque* — que é o fato mais saliente para os leigos, porque audível e mais rapidamente percebido e assimilado como diferença —, ou das diferenças lexicais (nomes das coisas; por ex., algum tempo atrás uma peça publicitária veiculada na tevê aproveitava palavras regionais: um paranaense pedia um cachorro quente com *duas vinas*<sup>4</sup>, numa praia do Rio, para espanto do vendedor, que desconhecia a palavra...) há outros traços que diferenciam os dialetos. Tais traços são menos perceptíveis porque o falante comum não domina a metalinguagem (que é, literalmente, “usar a linguagem para refletir sobre ela mesma”), isto é, analisar os fatos linguísticos de maneira técnica. Para ilustrar o que isso representa, podemos fazer uma analogia com o motorista: ao aprendermos a dirigir, não necessitamos do conhecimento técnico de como funciona um carro ou de como foi construído. Aprendemos a lidar com ele para poder usufruir dos benefícios que ele nos proporciona: evitar andar a pé... Desde que tudo funcione a contento, podemos aprender a fazê-lo andar.

---

4 **Vina** é o nome da salsicha para cachorro quente, em Curitiba e boa parte do Paraná: vem do alemão *wiener(wurst)*, “salsicha de Viena”, denominação usada pelos açougueiros de descendência alemã, como o Garmatter, em Curitiba, e depois veiculada pela Batavo, a cooperativa dos holandeses de Castrolanda (era mais gordinha e mais curta que as salsichas industrializadas de hoje: vinha embutida em tripa natural. Ainda há produção dessa vina, mais artesanal.). A gente já comia cachorro quente antes de essa expressão se fixar no Brasil, a partir da difusão desse sanduíche: só que era “vina com pão” (e com cebola e tomate refogados e com mostarda escura: não havia ainda o *catchup* nem a mostarda amarela dos americanos!). O nosso pãozinho também tem nome específico: *pão d’água* (que o humorista Bussunda chamou de “pão bunda”, quando esteve por aqui, se apresentando no Teatro Guaíra), redondo, com uma depressão no meio ... daí, logicamente, em cada metade do pão cabe uma vina!

Aprender uma língua, enquanto falante nativo, é similar. Numa comparação lata, um motorista habilitado corresponde ao falante, que usa a língua mas não precisa saber como ela funciona; um professor de português, ao mecânico (aquele que conhece as partes da língua/do carro e sabe como funciona o seu objeto de trabalho, pelo menos para fazê-lo operacional) e um linguista acumularia as funções de mecânico e de técnico projetista ou engenheiro de produção: isto é, o linguista pode dar explicações técnicas de como funciona uma língua do ponto de vista estrutural e sistêmico – a gramática dessa língua.

A palavra **gramática** é empregada aqui em sentido técnico: é o **sistema**, isto é, o conjunto das estruturas opositivas que fazem uma língua funcionar. O falante nativo de uma língua aprende a falar, usando e repetindo essas estruturas. Inicialmente, aprende a identificar e selecionar os sons que fazem parte do sistema fonológico da língua (consoantes, vogais e semivogais) e a sua combinação em *sílabas* (a unidade estrutural fonológica básica da formação de palavras), primeiro as de padrões mais simples, constituídas só de vogal (V, como a sílaba inicial de *água*) ou de consoante mais vogal (CV: *nenê*, *mama*); depois, as mais complexas: VC<sup>5</sup> (vogal mais consoante, como o plural do artigo: *os*, *as*, ou semivogal, como para reproduzir o som produzido pelos cachorros e gatos: *au-au* e *miau*); consoante mais semivogal mais vogal (CCV, como a segunda sílaba de *água*) ou consoante mais vogal mais semivogal (CVC, como em *viu*). Mais tardiamente, consegue reproduzir o padrão CCVC (como *crespo*, *emprestar*) e o CVCC (*perspectiva*), padrões esses que contêm geralmente o fonema /r/, que é, na maior parte dos casos, o último a ser produzido pela criança (não é

---

5 Na notação técnica, usa-se o símbolo C tanto para consoante como para semivogal, uma vez que esta pode ocupar o mesmo lugar que uma consoante, na estrutura silábica.

incomum haver crianças que, aos dez anos, ainda não conseguem produzir o **r** vibrante e o “substituem” pela lateral **l**<sup>6</sup>: *calo*, por *carro*; *plato*, por *prato*). Isso também afeta as sílabas que contenham o **r** na posição de *trava*, *fechamento* ou *coda* de sílaba (a nomenclatura difere, conforme as teorias fonológicas), que pode (i) não ser produzido, como em *mamá* (*mamar*); (ii) ser emitido como a lateral **l**, em alguns dialetos, (a tentativa de reprodução de uma pronúncia infantil da personagem Cebolinha traz problemas<sup>7</sup>: “Que **velgonha**, Magali! Tentar esconder o **solvete** embaixo do vestido...” (ALMANAQUE, 34, p. 5); (iii) ou “trocado” pela semivogal anterior palatal **l**j/: *caïne* [kai.ne] (ou *taine*) por *carne*. Em [ˈtaj.ne] temos a representação de uma outra dificuldade na crian-

6 Os dois sons, [l] e [r], têm processo articulatório muito semelhante, o que pode causar uma impressão e percepção acústica muito próxima: a criança pode achar que está produzindo a vibrante quando, na realidade, está produzindo a lateral. Podemos pensar que o processo inverso pode estar na base de outro fenômeno, bastante estigmatizado no PB: o do rotacismo, que é exatamente o contrário: produzir erre quando se deveria pronunciar ele, como em *marfade* por *maldade*. Nesse caso, muitas vezes a insegurança do falante o leva a produzir hipercorreção (“correção do que está correto”) da pronúncia: dizer *galfo*, *malmita*, *plancha*, *empleitada*, ao invés das formas vernáculas *garfo*, *marmita*, *prancha*, *empfeitada*... O rotacismo em si não seria marca social, visto que historicamente, foi um dos processos de constituição do léxico da língua portuguesa: cravo, porão, prato, (ao lado de *clavícula*, *plano*, *platô*) do latim *clavu*, *planu*, *plato*; ou *armazém*, do árabe *almazem*); porém, ele está associado com a imagem do calpira, do falante rural e sem escolaridade e, por isso, é um dos dialetos mais estigmatizados do PB.

7 O criador do Cebolinha, Maurício de Sousa, pretendeu caracterizar a fala de uma criança, substituindo todos os **erres** das sílabas **CV** (como em *balulhão*, *telivel*, nas págs. 6 e 12 da mesma edição), e **CVC** (como *laio mortal*, p. 12 e *enlascou*, p. 13); **VC** (Internas, como nas duas palavras da citação acima); **CCV** (*implicação* e *câmbria*, p. 13), **CCVC** (*atlás*, p. 12). No entanto, Jamais em sílaba (C)VC em final de palavra: a “fala” do Cebolinha sempre aparece com os erres finais dos infinitivos dos verbos. A ousadia do autor não chega a reproduzir a pronúncia real de crianças ou de adultos (nenhuma das outras personagens crianças (exceto o Chico Bento, que fala “calpira”, um dialeto bastante estigmatizado por apresentar, entre outras características, o rotacismo apontado acima) apresenta falta do erre de infinitivo ou na tercelra pessoa do singular do presente: *quer*), que é a de omitir o erre final dos infinitivos (*falá*, *dizê*, *saí*). Ora, a criança em fase de aquisição da língua não produz erres: a criança diz “Nenê *qué* mamá!”. Por isso, fica desmistificada a crença de que os quadrinhos são a reprodução da fala real dos brasileiros: uma ou outra marca de oralidade aparece em *tá estranho* (p. 7), mas *está gemendo* (p. 6), em duas falas do Cascão e *tá conseguindo prever*, da Magali, p. 7, mas não de *estar: você deve estar brincando* (balão da Mônica, p. 11), *tamos* (na fala do Cebolinha, p. 15), *pra* (em várias situações e personagens), mas fica por aí a pretensa oralidade dos quadrinhos. Além disso, em trava de sílaba, são poucos os dialetos brasileiros que pronunciam o **ele** como lateral em fim de sílaba: no dialeto paulista, mineiro, carioca, balano, amazonense ou paranaense, tanto em adultos como em crianças a pronúncia de **velgonha** não seria [vel.'go.nã], mas [vew.'go.nã] E é assim que se vai “ler: orallar e entender” nesses dialetos. A pronúncia lateral do fonema **l** em posição de final de sílaba, com em *caldo* ou *sul* ainda é uma das marcas (ou um dos xiboletes) do dialeto gaúcho: [ˈcal.dʊ], [ˈsul]; em outras variedades do PB a realização oral desse **l** que aparece na escrita é como uma semivogal, posterior, alta [w]: [ˈcaw.dʊ], [ˈsuw]. Se se pretendesse que a língua dos quadrinhos fosse reprodução fiel da fala, o Cebolinha seria gaúcho!

ça: a pronúncia das consoantes oclusivas velares [k] e [g] de *calo* e *galo* pode ser “substituída” pelas oclusivas áptico-dentais [t] e [d]: [‘ta.lu] e [‘da.lu]; daí, ser comum se ouvir [‘tei.ju] por *quero*.

E assim, a criança, por “ensaio-e-erro” vai interiorizando as estruturas básicas da língua e os paradigmas: aprende logo a usar o artigo diante do nome, a juntar adjetivos a substantivos. Vai assimilando noções semânticas como a de plural: há quase três décadas, uma sobrinha expressou da seguinte maneira o pedido de ovos de Páscoa: “Eu téio um óvos”... É óbvio que ela ainda não dominava as noções exatas de quantidade; no entanto, havia uma propaganda de chocolate de Páscoa na tevê, com uma musiquinha que dizia: “Coelhinho da Páscoa, / Que trazes pra mim? / Um ovo, dois ovos/ três ovos assim...” Ela havia associado a forma “óvos” a mais de um; portanto, ela queria vários ovos, isto é, mais de um...

Quando a criança consegue produzir um enunciado como “Nenê qué mamá”, ela já assimilou e sabe empregar a estrutura básica da frase em português, isto é, da **gramática da língua portuguesa**, qualquer que seja a sua pronúncia. Pode-se argumentar que a criança ainda “erra”: ora, demora muito a aprender uma língua – a vida inteira, se quisermos nos aprimorar. Tecnicamente, a criança já fala português; o que ainda ela não sabe, vai aprendendo e burilando com o passar do tempo. Mais: a criança aprende **a norma da sua comunidade de fala** (o *vernáculo* das fases de aquisição de LABOV, 1964). Assim, uma criança curitibana vai aprender o português falado da sua comunidade, assim a paulistana, a florianopolitana ou a carioca vão aprender cada qual a sua. No entanto, essas **normas** estão condicionadas pelo sistema maior da língua. Como esse nível abstrato maior contém somente as **estruturas opositivas** da língua (importantes para diferenciar o português de outras línguas, por exemplo), ele deixa uma margem de decisão que fica à disposição das diferentes variedades ou dialetos da língua.



Um exemplo do que é **sistêmico** e daquilo que pode ser **variável**: na morfologia, o que nos informa se uma palavra está no singular ou no plural é o morfema **-s**; a sua presença implica pluralidade, a sua ausência, singularidade – *meninos* é plural; *menino*, porque não contém o morfema de plural, é singular (a regra vale para as palavras flexionáveis em número; o **s** final de *lápiz* ou *pires* não constitui marca de plural: faz parte da raiz das palavras, que são invariáveis). Essa é uma parte do sistema que não pode ser alterada, sem provocar uma mudança. No entanto, do ponto de vista fonético-fonológico, a maneira como se vai pronunciar o fonema /s/ que marca o plural é indiferente: tanto se pode produzi-lo como sibilante surda [s] ou sonora [z]<sup>8</sup>, como palatal (chiado) surdo [ʃ] ou sonoro [ʒ] porque, nessa posição de final de sílaba, /s/ e /z/ e /ʃ/ e /ʒ/ não são opositivos, isto é, se neutralizam. Mas, em início de sílaba inicial ou medial, esses fonemas contrastam, isto é, não se pode produzir um no lugar de outro, sob pena de produzir palavra e significado diferentes: *selo* significa coisa distinta de *zelo* ou *gelo*; isso se aplica também ao *continuum* da fala: a sequência *sem sala* é diferente de *senzala*; assim como *achar* é distinto de *assar* ou de *azar*. Em *as asas azuis* [a.'za.za.za."zujs] o último morfema de plural pode ser produzido [s] ou [ʃ]; os intermediários não, por causa do contínuo da fala, que emenda as sequências sonoras, produzindo oralmente sílabas diferentes das da forma escrita, com a conseqüente sonorização do [s] para [z], **regra fonológica** da língua quando o /s/ se encontra entre dois fonemas sonoros, no caso, as vogais.

Isso acontece igualmente em *mesmo*: aí, o /s/ está entre uma vogal e o fonema consonantal nasal /m/, que também é sonoro. Nesse contexto, é impossível (fonologicamente falando) ao falante nativo

---

8 A consoante ser pronunciada surda ou sonora vai depender do ambiente fonético em que ela se encontrar: se o fonema subsequente for sonoro, a sibilante vai ser sonora; se for surdo ou houver pausa, a sibilante vai ser pronunciada surda.

produzir som surdo. Mas, como o /s/ está em final de sílaba, ocorre a neutralização, como vimos acima, e os falantes têm liberdade (condicionada pela norma da comunidade de fala a que pertencem) de produzir [z] ou [ʒ]: ['mez.mʊ] ou ['meʒ.mʊ]. Mas, nesse caso, ainda há outras variantes possíveis: com erre vibrante [r]: ['mer.mʊ]; com erre retroflexo [ɹ]: ['me.ɹ.mʊ] ou, ainda, com aspiração [h]: ['meh.mʊ]. E pode, inclusive, ser apagado: ['me.mʊ]! É essa liberdade de produção, nos contextos possíveis, que marca diferentemente os dialetos, naquilo que se denomina *sotaque*.

Dessa forma, condicionado pela norma da comunidade, o curitibano vai produzir o plural com sibilante; o carioca, com palatal. O plural pode até não ser expresso, como em *as menina bonita*. E isso é errado? Não; trata-se de uma tendência do PB, em omitir na fala as marcas redundantes de plural. Mas é ainda plural? É sim, porque a marca de plural está presente no artigo, o que garante a interpretação: nenhum falante nativo terá dúvida em interpretar a locução nominal (ou sintagma nominal) acima como contendo a informação de que se trata de *mais de uma menina* e que elas são *bonitas*. Mas vai se escrever assim? Até é possível; porém **não é necessário escrever assim**. Outras línguas românicas (que se constituíram historicamente a partir do latim, também chamadas, até há um tempo, de neolatinas) continuam a preservar no escrito as marcas de plural, sem que isso corresponda à pronúncia corrente. Há séculos que o francês deixou de emitir as formas de plural, que ainda aparecem na escrita: na fala, o que distingue *femme* de *femmes* é o artigo – *la*, no singular e *les* [le] no plural... No masculino, um único contexto recupera oralmente a marca de plural no artigo *le/les*: quando a palavra seguinte começa por vogal, ocorre a chamada *liaison* (“ligação”) quando o *s* de plural forma sílaba com a vogal da palavra seguinte: *l'enfant*, plural *les ênfan-*

ts; *Poiseau*, plural *les Poiseaux*<sup>9</sup>. Vemos que a noção de plural pode ocorrer no nível da locução nominal e não, necessariamente, no nível da palavra. O espanhol, em vários dos países onde é falado, pode apresentar uma pronúncia aspirada no artigo plural e apagamento da marca de plural no substantivo: *la niña, las niñas* [lah."ni.ɲa].

Vejamos agora um exemplo de variação na sintaxe. A negação se realiza diferentemente nos dialetos do PB: há aqueles que duplicam a negação: “não vou não”; aqueles que pospõem a negação: “vou não” e outros mantêm a negação anteposta: “(eu) não vou”. Mas mesmo esses últimos podem reforçar a negação, seja com a duplicação do advérbio, como em “eu não vou, não!” ou com intensificador: “não vou mesmo!” “Não vou e pronto!” No português antigo, dizia-se “Vi nada”; posteriormente, foi necessário reforçar a noção negativa contida originariamente em “nada”<sup>10</sup>: “Não vi nada”. Vemos, portanto, que a variação que o sistema permite ocorre tanto no eixo temporal como no espacial.

## O dialeto curitibano

Com este parêntese, para poder situar os níveis de variação interdialetoal, passo a referir alguns casos específicos que caracterizam o dialeto curitibano, no domínio da morfossintaxe.

### Uso de você

Para o curitibano, o único pronome para se dirigir ao interlocutor é **você**. **O senhor, a senhora** são formais, isto é, de a pessoa

---

9 Em francês, o plural se forma com o morfema *-s*, grafado com *s* ou com *x*, como nos exemplos citados.  
10 **Nada** substituiu o arcaico **rem** “coisa”: “Não vi rem” foi substituído por “Não vi nada.” **Nada** vem de **re(m) nata(m)**, (coisa nascida, muito pouco perceptível); depois passou ser usada só a segunda parte (provavelmente já no latim vulgar) e fixou-se o significado de “ninharia” (desbancando *nemigalha* “nem migalha”), “quase nada” ou “nada”, no sentido moderno.

com quem falamos ser ou mais velho, ou superior hierarquicamente falando ou ainda ser desconhecido. O **tu** não faz parte do modo de falar curitibano<sup>11</sup>. Há ainda uma outra maneira de abordar uma pessoa, utilizando o **pronome zero** (i. é, sem pronome algum): “Pode me dizer as horas?” Essa estratégia, utilizada quando não queremos ou não podemos qualificar o nosso interlocutor, quer com referência à idade, quer com referência ao *status* social ou hierarquia, não é nem nova nem empregada somente no dialeto curitibano. Foi registrado um uso bastante acentuado também em Florianópolis, em concorrência com o *tu* e com o pronome mais formal *o senhor* (para mais detalhes, consultar as duas dissertações de mestrado que colheram dados e analisaram os resultados: ABREU, 1987 para Curitiba, e RAMOS, 1989, para Florianópolis).

No entanto, quando emitimos, numa frase, um fato que corresponde à posição sintática de objeto, relativo ao interlocutor, usamos **te** (mas jamais *contigo*, nem como reflexivo – *não te machuque* –, o que indicaria uma procedência gaúcha ou catarinense), tanto para objeto direto (OD) como indireto (OI). E, devido ao processo de *gramaticalização* do *você*, veio para a segunda pessoa o **lhe**, tanto direto quanto indireto: *eu lhe vi*; *eu lhe disse*. Outro fator que pode ter contribuído para a utilização do **lhe** como OD é a tendência de se regularizar os paradigmas. Assim, o **lhe** passou a funcionar como os demais pronomes objetos, que têm uma única forma para ambos os objetos: **me, te, se, nos**. Há, ainda, a questão do desaparecimento<sup>12</sup> do pronome objeto **o**. À pergunta: “Você

11 Volto a falar de um **tu, marcado**, da fala carioca, que tem tido uma difusão via meios de comunicação.

12 Em estudo quantitativo com análise dos efeitos das variáveis sociais e linguísticas sobre o uso ou não do clítico acusativo (ou pronome objeto direto), com dados obtidos em 24 horas de gravação da fala de quatro informantes não escolarizados (dois homens e duas mulheres, de duas faixas etárias, alunos do Mobral, residentes no Rio de Janeiro e pertencentes à mesma classe social), Omena (1978) tratou pioneiramente da questão. Seus resultados constataram que a regra mais produtiva foi a do apagamento do pronome (76%) em oposição ao emprego do pronome lexical *ele/ela* (24%), sem registrar casos de repetição do SN do antecedente (OMENA, 1978, p. 94). A análise dos dados também revelou uma predominância de pronome apagado quando o referente era não-animado, enquanto que as formas pronominais *ele/ela* eram mais empregados quando o referente era animado e, sobretudo, humano.

viu o Pedro?”, responde-se: “Vi.” ou “Vi ele.” A primeira das respostas, com omissão do pronome, não recebe rejeição alguma; a segunda é estigmatizada, porque associada ao dialeto caipira ou a dialetos de pouco prestígio social. Há uma terceira possibilidade, a da repetição do SN<sup>13</sup>: “Vi o Pedro”. Entretanto, parece haver alguma resistência a repetições...

O emprego de **te** ou de **lhe** pelos curitibanos<sup>14</sup> obedece a restrições de ordem social. Assim como se utiliza **você** ou **o senhor**, dependendo do grau de intimidade entre os interlocutores (*conhecido x desconhecido; inferior x superior; formal x informal*), o falante curitibano usa dos dois pronomes para marcar os papéis sociais. Semelhante distribuição vamos ver mais adiante, com o uso dos possessivos.

13 Analisando um *corpus* de língua falada (constituído de 40 horas de fala natural (de 50 entrevistas com informantes paulistanos ou residentes em São Paulo desde os cinco anos); quatro horas de episódios de novelas e quatro de entrevistas transmitidas pela TV) e um de escrita (38 textos de alunos de 2.º grau). Duarte (1986, p. 34-57) apresenta resultados das quatro variantes por ela estudadas: clítico acusativo (pronome objeto direto); apagamento do clítico; pronome lexical *ele/ela*; repetição do SN do antecedente, além de dados relativos à avaliação do fenômeno, por parte de professores de português. Como no trabalho de Omena, Duarte registrou, em termos de frequência, um uso maior da omissão do pronome (63,6%), seguido do pronome lexical (17,8%), do SN lexical (14,6%) e míseros 4,7% de casos do pronome clítico. Vemos, portanto, que o fenômeno é pan-dialetal, o que se chama de variação inerente da língua. Em Curitiba, Fagundes (1997) analisou dados do Projeto VARSUL e os resultados obtidos foram semelhantes às amostras tanto do Rio como de São Paulo. E o fenômeno não se restringe ao PB; também no PE (português europeu), na escrita, pode se encontrar exemplos de apagamento, isto é, de anáfora zero (que pode ocorrer também com verbos de ligação, na retomada do pronome em posição de predicativo do sujeito) como este, de Gama (1968, p. 194): “1953- – Padre Dr. Joaquim José Carneiro de Melo (ainda é neste ano de 1968)”. O autor, membro da Associação dos Arqueólogos Portugueses fechava a lista dos priores da Alcáçova, de Elvas e produziu, no último nome, que tinha iniciado a função de prior em 1953 e ainda era vivo, a omissão do pronome resumptivo **o**, que seria a *anáfora de prior*. Tampouco produziu o SN prior, dado que o contexto era suficiente para o leitor deduzir tal informação. Compare-se com o exemplo (também de pronome na função de predicativo do sujeito) colhido na mesma obra, quando Gama (p. 195) cita Varella (1975, p. 25): “Fazendosse os Mouros senhores desta Povoação, fundarão no alto della hua mesquita **grande**, porq. **o era** tão bem o Povo ...” (negrito acrescentado: “o era” significa que o povo era grande, causa de a mesquita ter sido construída grande).

14 Isso também ocorre em outros dialetos, como no exemplo seguinte, de entrevista do VARSUL de Porto Alegre (Inf. 07, masculino, segunda faixa etária, escolaridade ginasial): “depois eu vou **lhe** mostrar, eu abro ali, daí **o senhor** vai ver, né?” (07 POA M B GIN).

## Subsistema dos possessivos

No subsistema dos possessivos, também há uma distribuição socialmente marcada: usamos **teu/tua**, quando há proximidade maior entre nós e o nosso interlocutor. Se houver qualquer restrição de ordem social, como diferença de idade ou de hierarquia, passamos a usar **seu/sua**<sup>15</sup>. Dizemos “Como vai **tua** mãe?” a um colega de trabalho, de universidade. No entanto, se não conhecemos a mãe da pessoa com quem falamos ou ela for de mais idade, diremos “**sua** mãe” (inclusive, entra neste emprego o caso de a mãe do interlocutor ser mais idosa que nós). Em alguns dialetos, como o carioca (como demonstrou OLIVEIRA E SILVA, 1982, a partir dos dados dos projetos Censo e PEUL), na segunda pessoa só existe *seu/sua* (e na terceira, *dele(s)/dela(s)*).

Quando há mais de um interlocutor, emprega-se **de vocês** (MENON, 1997): se eu me dirijo a um casal acompanhado de crianças, p. ex., vou perguntar: “Que idade têm os filhos **de vocês**?” **De você**, como possessivo singular, está em concorrência com *teu/tua* que, como vimos, tem uso restrito a um interlocutor. Veja-se o seguinte exemplo, colhido em entrevista do VARSUL de Curitiba:

Me dá o livro de Português **de você**. (18, aud, l. 1458)

**Teus/tuas** se referem àquilo (objetos, animais, pessoas) que é pertencente ou relativo a um só interlocutor. Essa restrição pode ser o condicionamento para que, talvez, o **de você** venha a suplantar o *teu/tua*. Por quê? Devido ao fato de constituir o singular de **de vocês**, o que regularizaria o paradigma, como já aconteceu com o pronome na posição de sujeito: *ocê/vocês*.

---

<sup>15</sup> Além disso, há um comportamento peculiar na concordância nominal quando num sintagma nominal (SN) aparece o pronome possessivo: *o meus filho*. Esse fenômeno está sendo estudado nos dados do banco VARSUL, inicialmente no Paraná (Curitiba, Irati, Londrina e Pato Branco), mas vai se estender a todas as cidades do banco (Florianópolis, Blumenau, Lages e Chapecó; Porto Alegre, Panambi, Flores da Cunha e São Borja), pois parece ser característica regional (MENON; LOREGIAN-PENKAL e FAGUNDES, 2013).

Como vimos acima, os falantes tendem a regularizar os paradigmas, se bem que (i) isto não ocorra sempre; (ii) o uso pode conservar formas arcaicas como, p. ex., no PE (português europeu): existe o *tu*, de uso universal entre iguais; existe o *você* (restrito a algumas regiões de Portugal pois em algumas outras é insultuoso); existe o tratamento de terceira pessoa, constituído de artigo mais o nome próprio, ou comum, ou de profissão – *a Maria, a menina, a professora, o senhor doutor* –, além de *o senhor/a senhora*. Comumente, os portugueses não empregam o arcaico *vós*; entretanto, permaneceu o uso do possessivo *vosso* (seja respeitoso, seja de plural): *o vosso pai, o vosso país* (= de vocês). E na posição de objeto, permanece o uso de **si** para o interlocutor: *Isto é para si; cuide de si*. Esse **si**, antigamente, era pronome reflexivo de terceira pessoa. Como o PE mantém as formas de tratamento de terceira pessoa, conforme acima exemplificado, o **si** acompanha essa forma mais distanciada que o íntimo *tu* (*de ti, para ti* nas formas oblíquas).

## Imperativos

Ainda no tocante ao sistema de segunda pessoa, alguns autores costumam afirmar que um dos redutos de resistência do *tu* seria o imperativo, por ex., em “Sai daqui!” No entanto, isso constitui um equívoco em alguns dialetos, como o curitibano.

Há ordens e ordens: podemos mandar, secamente – **Sai daí!** –, ou podemos usar o que denomino *imperativo mitigado*: “Saia daí, senão você vai se machucar.” Essa última forma pode representar um pedido, um alerta, uma ameaça velada, mas não uma ordem seca. Indicativo e subjuntivo não caracterizam uma alternância<sup>16</sup>, nesse contexto: eles estão em distribuição complementar. O uso da forma verbal no indica-

<sup>16</sup> Há contextos em que os dois modos verbais estão alternando, no PB: “Você quer que eu *fico/faço?*” ou “Você quer que eu *fique/faça?*” Mas, como no caso acima, essa variação entre os dois modos verbais não se estende a todos os contextos: ver estudo de Menon (2007).

tivo é ordem; no subjuntivo é ordem velada ou pedido. Em 1984, eu já discutia essa questão do imperativo, a partir da peça publicitária da Caixa Econômica Federal, “**Vem** pra caixa **você** também, **vem!**” que já fez correr muita tinta ... da parte de quem nunca percebeu a distribuição social e situacional das formas do imperativo.

Para ilustrar essa distinção, vou recorrer a um *slogan* eleitoral: em 2008, dentre os candidatos à eleição para a prefeitura municipal de Curitiba, estava o prefeito, que concorreria à reeleição. Uma das estratégias do seu partido, para a campanha eleitoral, foi o uso de um adesivo, que era colado no vidro traseiro dos carros, com a frase: “FICA!”. Era **ordem**; não era pedido ou sugestão. Um dos partidos concorrentes não perdeu tempo e contra-atacou com o adesivo “VAI!”, no mesmo tom: ordem. O prefeito acabou ficando ... fato que também foi registrado em alguns carros, com um adesivo: “FICO!” (ficou!).



Figura 7.1 - Slogan de campanha  
Fonte: MENON (2009b).



Figura 7.2 - Pão com vina  
Fonte: MENON (2009a).

Exemplo de *sugestão* podemos ver no cartaz publicitário estampado no ônibus que faz a ligação entre o aeroporto Afonso Pena, em São José dos Pinhais, e o centro de Curitiba (dado colhido em 28.10.2011): “Já sabe aonde se hospedar? **Peça** ao motorista para te levar ao Master Hotel!”

Ao afirmar que “no falar carioca, domina você, de mistura com formas verbais de segunda pessoa do singular.”, Carvalho (1967, p. 95) — retomando, para o dialeto carioca, a discussão iniciada por Nascentes



(2003) —, mencionava a infiltração desse fenômeno na literatura, apresentando o poema Irene no Céu, de Manuel Bandeira (1958, p. 218):

" [...] E São Pedro bonachão:

— **Entra, Irene! Você** não precisa pedir licença!":

O pitoresco dessa discordância é que não está na boca da preta Irene, mas sim do santo. "Abrasileirando" o guardião do céu, Manuel Bandeira reproduziu admiravelmente a ingênua intimidade que nosso povo tem com os Santos e que é um dos traços característicos do nosso folclore. (CARVALHO, 1967, p. 96).

Ora, o poeta fazia distinção perfeita entre ordem e pedido: São Pedro não estava pedindo para Irene entrar no céu; estava ordenando, dizendo o que ela deveria fazer... Além disso, tal emprego não era exclusividade do poeta: em Menon (1984, p. 67), consignei outro exemplo, de Antônio Callado, de 1957: "**Larga** esse jarro aí, Delfino, **você** está maluco!" Ou ainda na canção de Chico Buarque: "**Você** era a mais bonita das cabrochas dessa ala [...] **bate** palmas com vontade, **faz** de conta que é turista!" ou na boca da personagem Jasão, de *Gota d'água*: "**Presta** atenção ao que diz! Não me venha com provocação!" (*apud* MENON, 1984, p. 71, exemplos retirados do volume dedicado ao compositor, na série Literatura comparada, onde se pode colher mais exemplos). Sem falar nas marchinhas de carnaval, sempre cantadas: "Ei, **você** aí, me **dá** um dinheiro aí!" (FERREIRA, 1959) ou "Taí, eu fiz tudo pra **você** gostar de mim? Oh meu bem **não faz** assim comigo não" (CARVALHO, 1930).

Se se prestar atenção ao que se fala, vai se constatar que, mesmo na modalidade culta da língua, as pretensas "regras" de formação do imperativo afirmativo ou do negativo não funcionam na prática: elas obedecem a esses critérios estilísticos. Para dois exemplos entre tantos outros, ontem à noite (17.06.2012), na publicidade para venda da Tele Sena de São João, no SBT, apareceu o seguinte enunciado, fechando a argumentação: "**Aproveite! E não perde** tempo!" E na das Casas

Bahia, aproveitando o verso da música “Avisa lá que eu vou!”, apareceu a chamada “**Avisa** sua família, os seus amigos que na Casas Bahia...” A publicidade<sup>17</sup> não sugere; ela manda comprar... Essa alternância entre marcado e não-marcado, em que estaria atuando a negação do indicativo e não mais com o uso do subjuntivo, é estudada por Faraco (1982), que fez um histórico das formas de imperativo, tanto afirmativo, como negativo, em português e em outras línguas românicas.

É esse modo de construir o imperativo não se atém somente à língua falada: na correspondência de Euclides da Cunha (MENON, 2001), é frequente encontrar abonações, como na carta de 19.10.1902, endereçada ao amigo Escobar, a quem ele sempre trata de tu: “Desculpa-me; e escreva-me logo. Quero que venha daí, de longe partindo dessa boa alma de velho companheiro, uma palavra que me anime um pouco. Adeus. Recomenda-me aos **teus** o velho amigo. Euclides. “Desculpa” e “escreva” mostram aquilo que Faraco descreve em sua tese: o uso do indicativo alternando com o subjuntivo para marcar as ordens.

O exemplo “não faz!” mostra o emprego da forma indicativa negada, quando a GT prescreveria o subjuntivo: “**Não faz** qualquer um; **faz** um 21!” (peça publicitária da Embratel, na tevê, veiculada em 10.02.2014). No programa de TV *Medalhão Persa*, de venda direta de jóias, como é apresentado ao vivo, ocorrem inúmeros exemplos da situação atual da variação de formas do imperativo:

“**Aproveita, não perde** tempo! **Aproveite**: R\$ 99,50 se você leva só uma peça! R\$ 89,50 duas!! **Aproveite!**” (Mulher, 25- 30 anos, 05.09.2014)

“**Leva** também o anel; tenho certeza que *você* não vai se arrepender. [...] **Não desliga**, porque se *você* desligar aí *você* vai de novo pro final da fila!” (Idem, 05.11.2014)

“Gostô, já liga!” (Mulher, 35-40 anos, 02.09.2014)

---

<sup>17</sup> No entanto, diferentemente do que se pensa, a Linguagem da publicidade é altamente conservadora, conforme demonstrou Sousa (2012).

**"Não deixa** passar essa chance, minha querida! **Leva** duas!! **Não perde** essa oferta! **Venha** você também aproveitar a promoção!"  
(Idem, 06.11.2014)

Como não é possível registrar por escrito as alterações prosódicas que ocorrem entre os usos das formas indicativas e subjuntivas, informo que, como se trata de convencer os espectadores a comprar as jóias ofertadas (sobretudo quando as vendas parecem não estar indo de vento em popa), há alterações de prosódia nos enunciados (esse é outro aspecto que mereceria um estudo mais aprofundado na questão do uso de uma ou outra forma de imperativo), com maior intensidade quando é para ordenar: "liga agora" ou quando é para sugerir, aparece um tom convidativo, mais suave, com alongamento das vogais, sobretudo, ou ainda com vocativos carinhosos (querida, minha senhora, amigos).

## Conclusão

Essas reflexões sobre algumas das características do falar curitibano (e em contraste com outros, para que seja possível avaliar as diferenças e semelhanças) vão acabando. Entretanto, ainda alguns pontos importantes: a tal propalada "mistura de pronomes" não existe no falar curitibano, pela simples razão que não temos dois pronomes sujeito para "misturar"... O nosso paradigma pronominal de segunda pessoa foi constituído, historicamente, com o pronome sujeito **você** (*tu* é alienígena ou alóctone), com o pronome objeto **te**, com os possessivos **teu** e **seu** (com distribuição regulamentada por fatores sociais) e, nas formas preposicionadas, a preposição seguida de **você** (*a/de/com/contra/em/para você, entre você e ele...*). Mais recentemente, com o processo de gramaticalização mais acentuado, tivemos a introdução do possessivo **de você**, concorrendo com o **teu**, além do pronome **lhe** com interlocutores ou situações mais formais, em que o **te** seria contraindicado ou inadequado.

Além disso, há ainda o fato de, na continuidade do processo de gramaticalização do *ocê*, o dialeto curitibano não produzir a forma **ocê** [o.'se] (que seria o xibolete do mineiro, ao lado do *uai*), mas tem, como os demais dialetos do PB, a forma mais reduzida (= mais gramaticalizada) **cê**. Temos uma forma intermediária (apontada em MENON, 1996, 1997, 2008; MENON; LOREGIAN-PENKAL, 2002) que consiste na produção de um [v] reduzido, seguido da sílaba final do pronome: [ʷsê]. Essas realizações estão sendo estudadas por Loregian-Penkall nos dados do Projeto VARSUL, nas cidades de Irati, Londrina e Pato Branco, além de Curitiba.

Uma última referência sobre o uso do pronome **tu**, que denomino **marcado**: é um tu sem a concordância canônica (*tu pode, tu foi*), em geral, utilizado no Rio de Janeiro, e bastante marcado socialmente (já Nascentes, em 1955, dizia que esse tu carioca era “duro, seco e ofensivo”). Atualmente, com o hábito que as reportagens adquiriram, de trazer à TV as transcrições de gravações e entrevistas com bandidos e traficantes de droga, além de aparecer na boca de várias personagens de novelas da Globo, parece que esse tu está se alastrando, pois já flagrei em jovens e estudantes curitibanos o emprego acintoso desse tu. E qual não foi a minha surpresa, quando há dois anos, numa peça produzida pela Polícia Militar do Paraná, para alertar as pessoas sobre os trotes telefônicos de sequestro de familiares, exigindo dinheiro de resgate, apareceu o tal do tu na fala do bandido que, primeiro informa a mulher tratando-a de **a senhora**; mas, depois, a ameaça com o *tu*: e **tu não chama a polícia!** Solicitei um esclarecimento sobre quem havia produzido a chamada e a jornalista responsável pelo setor de comunicação da Polícia Militar deu a seguinte explicação: *Mas bandido fala assim mesmo!*

Terminada a tarefa, vou guardar o meu lápis<sup>18</sup> no penal<sup>19</sup>...

<sup>18</sup> Eu escrevo os originais a lápis ...

<sup>19</sup> **Penal** é nome curitibano para o que, em outros dialetos, é chamado de *estojo* (para guardar lápis, borracha, canetas...) Quando eu era criança e estava no primário, o penal era de madeira, com uma tampa deslizando, como uma gaveta, provável sucedâneo da caixinha usada anteriormente para guardar as antigas penas, antecessoras das canetas tinteiro, depois substituídas pelas esferográficas ...

## Referências

- ABREU, Maria Teresa dos Santos. *Formas de tratamento no dialeto urbano oral de Curitiba*. 1987. 123 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.
- ALMANAQUE DO CEBOLINHA: reedição das melhores histórias do Cebolinha. São Paulo: Editora Globo, n. 34, ago. 1996.
- BANDEIRA, Manuel. *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1958.
- CARVALHO, Jairo Dias de. Mistura de tratamentos no português do Brasil. In: AZEVEDO, Leodegário Amarante de; AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de (Ed.) *Estudos filológicos: homenagem a Serafim da Silva Neto*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- CARVALHO, Joubert de. *Tai*. Marchinha de carnaval gravada por Carmen Miranda em 1930. Disponível em: <[www.dicionariompb.com.br](http://www.dicionariompb.com.br)>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- DUARTE, Maria Eugenia L. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. 1986. 73 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986.
- FAGUNDES, Edson D. *Ocorrências de objeto direto e indireto nas três capitais do sul do Brasil: clíticos, pronomes lexicais e ausência de preenchimento*. 1997. 91 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.
- FARACO, Carlos A. *The imperative sentences in portuguese: a semantic and historical discussion*. 1982. Tese (Doutorado em Linguistics) – University of Salford, Salford, 1982.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1975.
- FERREIRA, Homero, Glauco e Ivan. *A jardineira*. Marchinha de carnaval, gravada por Moacir Franco em 1959. Disponível em: <[www.dicionariompb.com.br](http://www.dicionariompb.com.br)>. Acesso em: 20 jun. 2012.

GAMA, Eurico. *Pergaminhos da Colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Elvas*. Lisboa: [s.n.], 1968. p. 189-243.

BOLLE, Adélia Bezerra de Meneses. *Chico Buarque de Hollanda*. São Paulo: Abril, 1980.

LABOV, William. Stages in the acquisition of standard English. In: SHUY, E. (Ed.). *Social dialects and language learning*. Champaign: National Council of Teachers of English, 1964.

LABOV, William. *Principles of linguistic change*. Oxford: Basil Blackwell. 1994. v. 1.

MENON, Odete P. S. Clíticos e possessivos em Curitiba: implicações para o ensino. In: SIMPÓSIO NACIONAL DO GT DE SOCIOLINGÜÍSTICA DA ANPOLL, 2., 1996, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

MENON, Odete P.S. Concessivas ‘exigem’ subjuntivo? *Cadernos de Pesquisas em Lingüística*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 06-26, 2007.

MENON, Odete P. S. Imperativos na correspondência de Euclides da Cunha: regularização? In: ENCONTRO REGIONAL DO VARSUL, 12., 2001, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS. 2001.

MENON, Odete P. S. *O imperativo no português do Brasil*. 1984. 91 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Católica do Paraná, Curitiba. 1984.

MENON, Odete P. S. O português do sul do Brasil: alguns resultados. In: MOURA, Denilda. (Org.). *Os desafios da língua: pesquisas em língua falada e escrita*. Maceió: UFAL, 2008.

MENON, Odete P. S. *Pão com vina*. 2009a. 1 fotografia.

MENON, Odete P. S. *Seu/de vocês: variação e mudança no sistema dos possessivos*. In: HORA, Dermeval da (Org.). *Diversidade lingüística no Brasil*. João Pessoa: Ideia, 1997. p. 79-92.

MENON, Odete P. S. *Slogan de campanha*. 2009b. 1 fotografia

MENON, Odete P. S.; LOREGIAN-PENKAL, L. Variação no indivíduo e na

comunidade: tu/você no sul do Brasil. In: VANDRESEN, Paulino (Org.). *Variação e mudança no português falado na região sul*. Pelotas: EDUCAT, 2002. p. 147-188.

MENON, Odete P. S.; LOREGIAN-PENKAL, L.; FAGUNDES, E. D. O que é que se faz com os resultados do Varbul? *Letrônica*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 319-337, jan./jun. 2013.

MERCER, José Luiz V. Elevação do /e/ no Paraná. *Fragmenta*, Curitiba, v. 13, n. 1, 115-121, 1996.

NASCENTES, Antenor. O tratamento de “você” no Brasil. Separata de *Homenaje a Rodolfo Lenz*, Santiago do Chile, 1955, p. 307-314. In: *Estudos Filológicos*, 2003. p. 434-445.

OMENA, Nelize P. de. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. 1978. 138 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1978.

RAMOS, Myriam Pereira B. *Formas de tratamento no falar de Florianópolis*. 1989. 97 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

SILVA, Giselle Machline O. *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro*. 1982. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

SOUSA, Maurini de. *A trajetória do tratamento de segunda pessoa em textos publicitários durante o século XX: um comparativo entre Brasil e Alemanha*. 2012. 251 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

VARELA, Aires. *Theatro das antigüidades de Elvas*. Elvas: [s.n.], 1915.

VASCONCELLOS, José Leite de. *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Paris, Lisboa: Aillaud, 1901.

# A indeterminação do sujeito nas três capitais do sul do Brasil

Adriane Cristina Ribas Setti

## Introdução

A indeterminação do sujeito começa a ter o reconhecimento de novas formas através do trabalho de alguns autores (ALI, 1966; CALLOU, OMENA e SILVA, 1991; VÁSQUEZ CUESTA, 1971; MENON, 1994; MILANEZ, 1982; MONTEIRO, 1994) que, considerando a forte influência e importância da oralidade sobre os hábitos linguísticos, buscam uma descrição da língua portuguesa do Brasil.

Partindo do pressuposto que estão em uso muito mais formas de indeterminação do sujeito do que prescreve a Gramática Tradicional (GT), este trabalho, com base paramétrica em Menon (1994), é o estudo de algumas possibilidades de indeterminação do sujeito nas variantes empregadas na oralidade pelos falantes das três capitais do Sul do Brasil, a partir do Banco de Dados do Projeto VARSUL<sup>1</sup>.

Foram consideradas as variáveis extralinguísticas: localidade (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre), faixa etária (de 25 a 50 anos e mais de 50 anos), sexo (feminino e masculino) e escolaridade (primária, ginásial e secundária)<sup>2</sup>. A amostra é constituída de 24 entrevistas de cada capital – sendo 08 informantes de cada nível de escolaridade, 12 de cada sexo e 12 de cada faixa etária, perfazendo um total de 72 entre-

1 Projeto de estudos Linguísticos de Instituições do sul do país: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

2 Nomenclatura utilizada no final da década de 1990; primário (1ª a 4ª) e ginásio (5ª a 8ª) correspondem atualmente a ensino fundamental (1ª a 8ª série) e segundo grau corresponde a ensino médio.



vistas – 24 de cada nível de escolaridade, 36 de cada sexo e 36 de cada faixa etária. As variáveis linguísticas estudadas como possibilidades de indeterminação do sujeito: *a gente, eles, eu, formas nominais, nós, se, tu, você, vocês, voz passiva sem agente (VPSA), voz passiva sintética (VPASSINT), verbo na 3.ª pessoa do singular e verbo na 3.ª pessoa do plural.*

## A indeterminação

Inicialmente é preciso considerar que a *indefinição* e a *definição* fazem parte da determinação, em oposição à indeterminação, por fazerem referências a certo(s) elemento(s) com discriminação direta ou indireta. Como se pode observar, a indeterminação não discrimina, mas generaliza:

a. Diferentemente da indefinição, que abrange exclusivamente formas lexicais de 3.ª pessoa, a indeterminação pode se referir às 1.ª, 2.ª ou 3.ª pessoas, de forma isolada ou simultânea.

b. A característica mais marcante da indeterminação é a generalização, sendo, portanto, questão categórica o fato de o referente ser generalizado. Já na indefinição, a generalização é apenas uma possibilidade (MILANEZ, 1982).

c. A generalização na indefinição tem o aspecto quantitativo, ou seja, pressupõe um conjunto de elementos não definidos mas delimitáveis (MENON, 1994). A indeterminação, ao contrário, faz alusão a um grupo ilimitado, cujo referente, por não ser determinado, não tem quantificação.

d. As locuções a partir de *artigo* mais *substantivo* têm no uso do artigo uma relevante distinção entre indefinição e indeterminação. O uso de artigos indefinidos provoca a determinação, com caráter indefinido (p. ex.: *Um homem precisa de companhia*) e os artigos definidos são propícios à indeterminação, uma vez que compõem uma expressão generalizadora (p. ex.: *O homem precisa de companhia*). No primeiro exemplo a referência é a alguém determinável, embora não definido, e no segundo exemplo a

referência é indeterminada: trata-se do ser humano de uma forma generalizada (MENON, 1994).

Considerando-se que a indeterminação do sujeito corresponde à indeterminação do referente e, sendo um fenômeno de variação linguística, é sujeito à influência de fatores linguísticos e sociais, os condicionamentos linguísticos para a seleção de dados são: intercambialidade das formas; pares mínimos; ditados, verdades gerais ou eternas, questões retóricas; tempos e modos verbais; advérbios e preposições; completivas; afastamento do falante; afastamento no tempo, situações hipotéticas.

## **Contexto: hipóteses e dados**

Neste trabalho, tratando-se a indeterminação do sujeito como a impossibilidade ou o desinteresse em se identificar o seu referente extralinguístico, formularam-se algumas hipóteses que possam dar conta da análise do fenômeno focado, junto ao BD-VARSUL.

A primeira hipótese, de natureza linguística, é que há mais possibilidades de indeterminar o sujeito do que prevê a GT e que, basicamente, todos os pronomes pessoais podem ser usados com a função de indeterminar. A segunda hipótese é a de que fatores linguísticos, como tempos e modos verbais, poderiam estar condicionando a escolha dos falantes.

A relação intrínseca entre língua e sociedade, apontada por Labov (1982), embasa a formulação de hipóteses sociolinguísticas a respeito de quais as possíveis interferências dos fatores sociais (sexo, idade, escolaridade e localidade) no comportamento linguístico, em relação à indeterminação do sujeito.

Todos os dados, depois de selecionados e codificados, chegaram a um total de 8.812 e foram submetidos ao Pacote Varbrul, ver-

são 1988, constituído por um conjunto de 10 programas: CHECKTOK, READTOK e MAKECELL (para preparação dos dados para as análises probabilísticas), IVARB (para duas variantes na variável dependente), TVARB (para três variantes na variável dependente), MVARB (para quatro ou cinco variantes na variável dependente), CROSSTAB, TSORT, TEXTSORT e COUNTUP.

## **Análise de resultados**

Na análise em relação ao sexo dos falantes (Tabela 8.1), observa-se que as mulheres tendem a usar as variantes de indeterminação mais em Curitiba (.55) e os homens, mais em Florianópolis (.53) e Porto Alegre (.54), apesar de esses resultados serem próximos a (.50).

O fato de as mulheres terem maiores probabilidades de indeterminar o sujeito em Curitiba é inesperado, porque numa análise geral elas indeterminam menos o sujeito, o que pode lhes atribuir um caráter mais conservador, pois apresentam um peso relativo menor (.47) do que os homens (.53). Isso poderia ser um sinal de que as mulheres curitibanas apresentam um desempenho linguístico menos conservador do que as de Florianópolis e Porto Alegre.

No que refere à faixa etária (Tabela 8.2), foi possível observar pesos relativos maiores para falantes de 25 a 50 anos em Curitiba (.58) e o inverso, falantes com mais de 50 anos, em Florianópolis (.57) e Porto Alegre (.56).

Tabela 8.1 - Sexo/localidade/variantes

Sexo	Feminino	Masculino
INPUT	.47	.53
CBA	.55	.45
FLP	.47	.53
POA	.46	.54
A gente	.63	.37
Eles	.60	.40
Eu	.41	.59
Formas nominais	.42	.58
Nós	.38	.62
Se	.34	.66
Tu	.74	.26
Você	.33	.67
Vocês	.92	.08
VPSA	.49	.51
VPASSINT	.41	.59
OV3PS	.50	.50
OV3PP	.55	.45

Fonte: Setti (1997).

No cruzamento de faixa etária e escolaridade (Tabela 8.2), percebe-se que a tendência ao uso de múltiplas formas de indeterminar o sujeito é maior em falantes com mais de 50 anos e escolaridade ginásial (.56); vindo a seguir primário (.53) e segundo grau (.53) influenciando falantes de 25 a 50 anos.

Tabela 8.2 - Faixa etária/localidade/escolaridade

	25 a 50 anos	mais de 50 anos
CBA	.58	.42
FLP	.43	.57
POA	.44	.56
Primário	.53	.47
Ginásio	.44	.56
2.º Grau	.53	.47

Fonte: Setti (1997).

Nota-se um certo equilíbrio na análise do cruzamento entre escolaridade e sexo (Tabela 8.3); já entre escolaridade e localidade, observa-se que falantes de nível primário apresentam maior probabilidade de indeterminação do sujeito em Florianópolis (.361), de nível ginásial a probabilidade maior é em Curitiba (.359) e no nível secundário a maior é em Porto Alegre (.375). E, ainda, em termos de escolaridade e idade, o maior peso relativo está nos falantes de 25 a 50 anos com nível primário de estudo.

Tabela 8.3 - Escolaridade/localidade/sexo

	Primário	Ginásio	2.º grau
CBA	.322	.359	.319
FLP	.361	.332	.308
POA	.317	.309	.375
Masculino	.345	.324	.330
Feminino	.322	.342	.336
25 a 50 anos	.360	.293	.347
mais de 50 anos	.306	.376	.318
A gente	.279	.380	.342
Eles	.302	.459	.240
Eu	.182	.421	.397
Formas Nom.	.312	.358	.329
Nós	.251	.268	.481
Se	.303	.248	.449
Tu	.396	.310	.294
Você	.481	.343	.176
Vocês	.459	.379	.163
VPSA	.289	.261	.450
VPASSINT	.365	.223	.412
OV3PS	.379	.330	.291
OV3PP	.317	.298	.384

Fonte: Setti (1997).

Observa-se na Tabela 8.4 que a variante *você* apresentou a maior probabilidade de uso em Curitiba (.930), um resultado muito significativo diante do número total de ocorrências: 1023/1258; em seguida, *nós* com (.818) e *eles* com (.812). Em Florianópolis há uma certa neutralidade com relação às variantes, sendo o maior peso relativo para *eu* (.384), depois *tu* (.350), segui-

do de *vocês* (.268), com frequência relativa insignificante (1/12), e (.228) para *a gente*. Em Porto Alegre, o maior peso relativo é da variante *tu* (.650), a seguir *eu* (.316), *vocês* (.288) e *se* (.236). A variante *VPASSINT* apresentou probabilidade maior de uso em Porto Alegre (.926), mas, assim como *vocês*, na relação de número de ocorrências com o total de dados (8.812), percebe-se a pequena significância no contexto: *VPASSINT* (11/18) e *vocês* (3/12).

No que diz respeito ao cruzamento de localidade e tempos e modos verbais, as maiores probabilidades são: formas compostas (.413) e presente do indicativo (.377) em Curitiba; futuro do pretérito (.496) e pretérito imperfeito (.432) em Florianópolis; gerúndio (.518) e presente do subjuntivo (.475) em Porto Alegre.

Tabela 8.4 - Localidade/variantes/sexo/idade/escolaridade/tempos e modos verbais

LOCALIDADE	CBA	FLP	POA
INPUT	.115	.380	.505
A gente	.604	.228	.168
Eles	.812	.097	.091
Eu	.300	.384	.316
Formas Nominais	.738	.150	.112
Nós	.818	.090	.092
Se	.642	.122	.236
Tu	<i>knockout</i>	.350	.650
Você	.930	.063	.008
Vocês	.444	.268	.288
VPASSINT	<i>knockout</i>	.074	.926
VP3A	.810	.114	.077
OV3PS	.783	.105	.111
OV3PP	.805	.085	.110
Masculino	.299	.355	.346
Feminino	.370	.311	.319
25 a 50 anos	.432	.277	.290
mais de 50 anos	.247	.385	.368
Primário	.323	.350	.328
Ginásio	.363	.332	.305
2.º Grau	.315	.317	.368

Tabela 8.4 - Localidade/variantes/sexo/idade/escolaridade/tempos e modos verbais

LOCALIDADE	(conclusão)		
	CBA	FLP	POA
Formas Compostas	.413	.296	.291
Fut. Pretérito	.302	.496	.202
Fut. Subjuntivo	.338	.264	.398
Gerúndio	.234	.247	.518
Imp. Subjuntivo	.362	.401	.237
Infinitivo	.347	.314	.339
Presente	.377	.289	.333
Pres. Subjuntivo	.271	.255	.475
Pret. Imperfeito	.326	.432	.243
Pret. Perfeito	.315	.337	.348

Fonte: Setti (1997).

No levantamento do uso das variáveis da indeterminação do sujeito em relação a cada capital, percebe-se que há uma semelhança nos hábitos linguísticos de Florianópolis e Porto Alegre. Pois, enquanto Curitiba tem probabilidade maior do uso de *você* (.930), *nós* (.818) e *eles* (.812), Florianópolis e Porto Alegre têm igualmente os maiores pesos relativos em *tu*, (.350) e (.650), e *eu*, (.384) e (.316), respectivamente.

Apesar de uma certa variação, a maior estabilidade em relação às capitais está na variante *eu*, com (.300) em Curitiba, (.384) em Florianópolis e (.316) em Porto Alegre.

Em Curitiba, o peso relativo é maior na faixa etária A (.432); nas demais cidades há a inversão, com (.385) em Florianópolis e (.368) em Porto Alegre na faixa etária B.

Em relação às cidades, então, observa-se que a probabilidade de indeterminação do sujeito é maior no discurso de mulheres entre 25 e 50 anos em Curitiba e no discurso de homens com mais de 50 anos em Porto Alegre e Florianópolis.

Se consideradas as ocorrências de indeterminação do sujeito através das variantes analisadas em cada capital, Curitiba tem um número bem maior (3.814 sobre 8.812, significando 43%) do que Florianó-

polis (2.471 sobre 8.812, significando 28%) ou Porto Alegre (2.527 sobre 8.812, significando 29%).

Com exceção das variantes *eu*, *VPASSINT* e *tu*, o peso relativo das demais é maior em Curitiba do que em Florianópolis e Porto Alegre. E, talvez devido a esses pesos relativos altos, a lógica do programa faça uma interpretação curiosa: no *input* geral, o peso relativo de Curitiba é (.115), de Florianópolis é (.380) e de Porto Alegre é (.505). Parece que devido à frequência de variantes que indeterminam o sujeito ser bem mais alta em Curitiba, a intensidade da variação acaba perdendo sua significância.

A análise das formas verbais em relação às variantes linguísticas não foi possível porque gerou um número de células além da capacidade do programa. Assim, sem o estudo de pesos relativos e probabilidades, há apenas a ocorrência dos tempos e modos verbais, e o maior índice de uso foi do presente do indicativo, seguido de pretérito imperfeito do indicativo, do infinitivo e pretérito perfeito.

Tabela 8.5 - Tempos e modos verbais

	Frequência	Percentual
Formas Compostas	385	4,37%
Futuro do Presente	4	0,05%
Futuro do Pretérito	49	0,56%
Futuro do Subjuntivo	148	1,68%
Gerúndio	102	1,14%
Imperativo	11	0,12%
Imperfeito do Subjuntivo	105	1,19%
Infinitivo	1.089	12,36%
Presente do Indicativo	4.237	48,08%
Presente do Subjuntivo	74	0,84%
Pretérito Imperfeito	1.687	19,14%
Pretérito Perfeito	921	10,45%
<b>TOTAL</b>	<b>8.812</b>	<b>100%</b>

Fonte: Setti (1997).

Esses resultados confirmam a hipótese inicial de que o presente do indicativo, muitas vezes, corrobora a criação de situações genéricas.



Essa forma verbal carrega uma característica atemporal e pode propiciar ao ouvinte o afastamento da realidade e a transferência para um tempo irreal, sem delimitação de duração. Do mesmo modo, o pretérito imperfeito é utilizado em narrações de fatos já ocorridos e em referências a situações e tempos que pertencem a outras épocas e também denotam um aspecto genérico.

Em relação à escolaridade, a variante *VPSA* sofre um pequeno declínio de uso do nível primário ao ginásial e então tem uma elevação no uso em relação ao nível secundário: (.289), (.261) e (.450). A variante *nós* apresenta uma evolução bem mais acentuada: (.251), (.268) e (.481). Realmente essas duas variantes podem ser consideradas conservadoras porque combinando os resultados de escolaridade e faixa etária elas têm mais probabilidade de aparecer no discurso de falantes com mais de 50 anos e escolaridade secundária.

As formas *você* e *FN* foram consideradas inovadoras porque, além de não serem previstas pela GT como recursos para indeterminação do sujeito, sofrem um decréscimo no uso por parte de falantes mais velhos, ou seja, são utilizadas com maior frequência por falantes de 25 a 50 anos: (.71) e (.56), respectivamente. No discurso de indivíduos com menos de 50 anos, as *FN* apresentam um maior equilíbrio, (.56) e (.44), e *você* tem uma sensível elevação de uso, (.71).

Nas variantes *nós* e *a gente*, o peso relativo maior em Curitiba é do pronome *nós* (.818) e, apesar de baixos índices, em Florianópolis e Porto Alegre os pesos relativos maiores são para a variante *a gente*, (.228) e (.168), respectivamente. A aproximação nos costumes linguísticos entre Florianópolis e Porto Alegre, em oposição a Curitiba, novamente se esboçou.

Interessante observar que os pronomes pessoais não são apenas usados pelos interlocutores numa situação dialógica, mas podem também indeterminar o referente:

- em Curitiba: 30 ocorrências de *eu*, 1031 de *você/vocês* (*você*: 1023 e *vocês*: 8) e 568 de *nós/a gente* (*nós*: 183 e *a gente*: 385), totalizando 1.629 usos de pronomes pessoais interlocutores no papel de sujeito indeterminado;
- em Florianópolis: 53 ocorrências de *eu*, 360 de *tu/você/vocês* (*tu*: 187, *você*: 172 e *vocês*: 1) e 644 de *nós/a gente* (*nós*: 88 e *a gente*: 556), num total de 1057;
- em Porto Alegre, 46 ocorrências de *eu*, 432 de *tu/você/vocês* (*tu*: 366, *você*: 63 e *vocês*: 3) e 538 de *nós/a gente* (*nós*: 84 e *a gente*: 454), num total de 1.016.

Isso significa que 42,12% das construções gramaticais utilizadas pelos falantes das capitais do Sul do Brasil para indeterminar o sujeito são através dos pronomes pessoais de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> pessoas, plural e singular. E esse fato sequer é mencionado pelos gramáticos como um dos usos dos pronomes pessoais.

No que diz respeito ao número absoluto de ocorrências, Curitiba (3.814/8.812, 43%) indetermina muito mais do que Florianópolis (2.471/8.812, 28%) e Porto Alegre (2.527/8.812, 29%).

## Conclusão

Neste estudo, sobre o comportamento linguístico no sul do Brasil em relação à indeterminação do sujeito, os dados tiveram análise contextualizada para que não houvesse dúvidas quanto ao caráter genérico total. Sob o filtro de condicionamentos linguísticos, que foram submetidos às rodadas estatísticas como variáveis dependentes, pôde-se observar a variação relacionada à indeterminação do sujeito.

Após os procedimentos da pesquisa variacionista, foi observado o uso de muitas variantes na indeterminação do sujeito no discurso oral de

falantes do Sul do Brasil, além da comprovação de que certos fatores extralinguísticos influenciam num maior ou menor uso de algumas formas.

Ao serem comparados os resultados dessa pesquisa com outros estudos, encontraram-se semelhanças entre *corpora* com características bem diferentes o que evidenciou um distanciamento entre o que é apresentado nas gramáticas tradicionais e as variações que vêm ocorrendo na oralidade. Pois o falante, ao se servir das possibilidades que fazem parte da sua comunidade de fala, acaba usando um número maior de formas de indeterminação do sujeito do que as apresentadas na GT.

A intensidade de uso de cada variante foi resultante da influência dos fatores extralinguísticos envolvidos, e com isso conclui-se que as diferenças no comportamento linguístico são maiores entre Curitiba e as duas capitais mais ao Sul, Florianópolis e Porto Alegre: falantes de Curitiba indeterminam muito mais o sujeito. Além disso, houve a constatação de que em Curitiba não se usa o *tu*; o pronome de segunda pessoa do singular usado pelos falantes curitibanos é *você*.

Entre Florianópolis e Porto Alegre a diferença toma volume quando se trata do uso alternado de *tu* e *você*. Nesse caso os falantes assumem posturas exatamente opostas: o uso de *tu* aumenta em Porto Alegre à medida que o uso de *você* aumenta em Florianópolis.

Na comparação de indeterminação entre *tu* e *você*, observou-se que os falantes com menos de 50 anos fazem um maior uso do pronome *você*, ao passo que os com mais de 50 anos fazem mais uso do pronome *tu*.

A escolaridade demonstrou influência, por exemplo, no uso de *V3PP*, uma das formas preconizadas pela GT como indeterminante do sujeito, em oposição ao uso de *eles*. Os resultados indicam que falantes com escolaridade primária e ginásial estão preenchendo mais o sujeito do que os de escolaridade secundária.

Com relação ao sexo, ao mesmo tempo em que as mulheres aparentam ser mais conservadoras, por utilizarem menos os recursos de indeterminação do sujeito, apresentam uma predisposição ao uso do que é inovador. Entre o uso de *nós* e *a gente*, é das mulheres a preferência por *a gente*.

De um modo geral, as variantes que apresentaram as maiores frequências relativas no *corpus* do VARSUL (capitais) foram *fV3PS*, *a gente*, *você* e *tu* (exclusivamente em Porto Alegre e Florianópolis). As variantes linguísticas com menores frequências foram: *vocês* e *VPASSINT*.

A variante *vocês* teve um menor número de ocorrências possivelmente devido à situação da entrevista (entrevistador e entrevistado), que não propiciou seu uso.

A variante *VPASSINT*, apesar de ser tão apregoada na escola, parece estar caindo em desuso na língua oral. Esse fato só vem confirmar o distanciamento entre o ensino formal da língua e o fenômeno da oralidade.

Foi observado também que os pronomes pessoais estão tendo suas funções ampliadas no discurso oral. Os pronomes de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> pessoas, plural e singular, cujas funções eram as de interlocutores, pelo que demonstram os dados do VARSUL, estão sendo amplamente usados como indeterminadores do sujeito também.

Não só em relação ao *corpus* trabalhado, VARSUL - capitais da região Sul, mas também em comparação a outros *corpora*, NURC-SP, NURC-RJ e amostra da fala carioca, por exemplo, percebe-se que os falantes fazem uso de muitas variantes para indeterminar o sujeito e que o tipo de discurso (grau de formalidade, número de interlocutores) também influencia na escolha das variantes, além dos fatores sociais.

Mas, apesar de diferenças geográficas, etárias, culturais e outras englobadas em cada estudo, os falantes têm em comum o contato com um universo de recursos linguísticos amplo.

Houve a comprovação de que há o uso efetivo de outras variantes na indeterminação do sujeito, e não apenas das citadas pela GT. Essa frequente referência à GT é para mostrar que a sua produtividade na língua oral em relação ao que é preconizado como recursos de indeterminação do sujeito é, de fato, pequena.

Diante disso, espera-se que as pesquisas variacionistas sejam subsídios para que os educadores montem suas estratégias de ensino considerando as variações da língua, principalmente da modalidade oral, em decorrência do tempo, da expansão cultural, da mudança de hábitos e do próprio contato do falante com diferentes normas linguísticas.

## Referências

ALI, M. Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

CALLOU, D. M. I.; OMENA, N.; SILVA, V. P. Teoria da variação e suas relações com a semântica, a pragmática e a análise do discurso. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 20, p. 17-21, 1991.

MENON, O. P. S. *Analyse sociolinguistique de l'indétermination du sujet dans le portugais parlé au Brésil, a partir des données du NURC/SP*. 1997. Tese (Doutorado em Linguistique Théorique et Formelle) – Université de Paris, Paris, 1994.

MILANEZ, W. *Recursos de indeterminação do sujeito*. 1982. 143 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1982.

MONTEIRO, J. L. *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

SETTI, A. C. R. *A indeterminação do sujeito nas três capitais do sul do Brasil*. 1997. 116 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

VÁSQUEZ CUESTA, P.; LUZ, M. A. M. *Gramática da língua portuguesa*. 3. ed.  
São Paulo: Martins Fontes, 1971.



# Pronome possessivo: da especialização de algumas formas ao uso

Alexandre Sebastião Ferrari Soares

## Introdução

Na modalidade oral do português brasileiro contemporâneo a relação de *posse*, em se tratando do uso dos pronomes possessivos, se dá de diversas maneiras. Entram em jogo, de forma determinante, para definir essa relação, dois referentes: o possuidor e o possuído (MONTEIRO, 1994, p. 205).

Em se tratando dos possessivos de 2ª e 3ª pessoa essa diversificação se estabelece de maneira bastante peculiar por alguns motivos:

- 1) uma possível ambiguidade com o possessivo *seu* (3ª pessoa);
- 2) a introdução do pronome *you* de segunda pessoa (sem a formalidade do pronome de tratamento de origem, *Vossa Mercê*, mas utilizado no tratamento informal e direto ao interlocutor), praticamente substituindo o pronome *tu*, com exceção de alguns dialetos;
- 3) a arcaização do pronome *vós*, desaparecendo igualmente as formas *vosso(s)* e *vossa(s)*;
- 4) o uso da forma possessiva *dele* substituindo o pronome *seu* (3ª) por conta da grande ambiguidade deste pronome, que afeta tanto a recuperação da pessoa do referente (por ser usado tanto como possessivo de 3ª quanto de 2ª pessoa) quanto o gênero e o número deste, contrapondo-se à univocidade da forma *dele* que exhibe o gênero e o número do possuidor, fornecendo instrução mais específica para a sua recuperação (NEVES, 1993, p. 159);
- 5) a especialização de algumas formas, por exemplo a forma *seu* (generalizando o possuidor - retoma, em geral, sintagmas nominais genéricos) e a forma *dele* (especificando o possuidor - tendência a retomar sintagmas nominais referenciais).



Proponho, a partir das *informações* apontadas nos vários textos utilizados na fundamentação deste capítulo, verificar, primeiramente, a transformação ocorrida no paradigma dos pronomes e as prováveis consequências no subsistema dos pronomes possessivos.

## Pronomes possessivos

Monteiro (1994) faz uma análise abrangente sobre o sistema de pronomes pessoais da língua portuguesa. O autor utiliza um *corpus* de sessenta inquéritos do Projeto Norma Urbana Culta (NURC), cerca de cinco mil dados de fala de cinco capitais brasileiras e apresenta, a partir dessa análise, as alterações ocorridas no sistema.

Sobre o uso dos possessivos, Silva (1982) e Monteiro (1994) dizem que o seu esquema de uso é bastante complexo, visto que entram em jogo dois referentes, o *possuidor* e o *possuído*. Daí, a possibilidade de várias combinações entre o número semântico do *possuidor* e do *possuído* e a forma distributiva ou coletiva com que se estabelece a relação de posse.

**O possessivo diz respeito a mais de uma pessoa:** nosso(s) pode referir-se, por exemplo, ao falante e ouvinte(s), ao falante e uma outra pessoa ou ao falante, ouvinte(s) e outra(s) pessoa(s). Além disso, conforme perceberam os teóricos transformacionalistas, **uma mesma estrutura superficial pode refletir diferentes estruturas profundas:** *o meu livro* tanto pode ser o livro que estou usando como o livro que me pertence ou ainda o livro que escrevi etc (MONTEIRO, 1994, p. 205, grifo nosso).

Silva (1982) afirma que a introdução da forma *você* no sistema pronominal do português, por volta do século XVII, produziu uma convulsão nesse sistema. A autora nos apresenta como se dá a concordância da forma *você*:

**A forma *você* concorda morfologicamente com a 3ª pessoa gramatical,** enquanto *tu* tem morfema especial de 2ª pessoa.

**Os morfemas para a 2ª pessoa se misturam pois.** Junto com os sujeitos também houve a intromissão dos possessivos (SILVA, 1982, p. 100 grifo nosso).

É possível afirmar que, ao lado da forma canônica de 2ª pessoa, com desinências específicas – de acordo com a citação acima, também ocorra um morfema número-pessoal zero usado para concordar com *tu/você* (MONTEIRO, 1994, p. 153), não havendo, portanto, mistura de morfemas, mas uma neutralização.

Ainda sobre o uso dos possessivos, Monteiro (1994, p. 195 grifo nosso) acrescenta que:

**Há formas possessivas em que a ambiguidade é mais corrente ainda:** o pronome *seu(s)* se emprega para o ouvinte, para uma terceira pessoa definida ou, genericamente, para qualquer pessoa, em combinação com os possíveis sentidos de posse distributiva ou coletiva.

E conclui que:

Essa complexidade é responsável em parte pela introdução de expressões genitivas (*dele, de vocês etc.*) que estão modificando **profundamente o quadro dos possessivos** (MONTEIRO, 1994, p. 205, grifo nosso).

Segundo o autor, quando há uma mudança em uma parte da estrutura, ela pode provocar alteração em outras áreas (MONTEIRO, 1994).

Foi o que ocorreu com o paradigma dos pronomes sujeito da 2ª pessoa, com o par *você/vocês* para fazer referência à 2ª pessoa, substituindo *tu/vós* (MENON, 1996, p. 90). Como consequência, os subsistemas dos pronomes objeto e dos possessivos também foram afetados.

As expressões genitivas, especificamente a forma *dele* e mais tarde a expressão *de você*, não representavam a propriedade semântica de posse, quando do início do seu emprego. Conforme Menon (1996), a interpretação mais provável para *delles* é a de uma retomada anafórica de um referente mencionado anteriormente:

Em seguida, **como esse emprego anafórico de *dele* permitia receber uma interpretação possessiva**, em função de corresponder ao modelo de uma retomada pronominal do antecedente como, por exemplo, de *de Pedro* [...] **os falantes provavelmente passaram a atribuir a ideia de posse à construção que em princípio era anafórica** - interpretada como posse - teria sido “sentida” como redundante. [...] A construção “dupla” seria, então estigmatizada e *seu* e *dele* começariam a ocorrer desvinculados (MENON, 1996, p. 94, grifo nosso).

É possível que o uso da forma *dele* (e flexões) tenha sido uma estratégia para se evitar o uso de *seu* (e flexões), quando ocorria mais de um referente possível, como se pode observar no exemplo (1) abaixo:

(1) Márcio, encontrei o Edson com a *sua* namorada.

Poderia significar tanto que a namorada (possuído) é de Márcio (possuidor) quanto de Edson (possuidor). A estratégia seria o genitivo *dele* substituir o pronome *seu*, e assim desambiguar o enunciado, como exemplificado em (1a):

(1a) Márcio, encontrei o Edson com a namorada *dele*.

Dias (1953) comenta que parece bastante plausível a hipótese de que a forma *dele* tenha sido introduzida através da construção pleonástica *seu...d'elle*, por conta de haver alguma dificuldade para identificar a pessoa do referente do pronome *seu*. Esta ocorrência é apontada por vários gramáticos/filólogos como opção para evitar a ambiguidade provocada pelo pronome *seu*. Dias cita autores portugueses e brasileiros que faziam uso da forma *dele* no português arcaico.

Dias (1953, p. 294 grifo nosso) afirma:

**Para obviar a confusão que traz o pron. possessivo de 3ª pessoa**, com respeito aos gêneros e números, **juntam-se**, sobretudo na linguagem familiar, **as expressões: d'elle, d'ella, d'elles, d'ellas**, ou se substituem os pronomes possessivos por estas expressões.

Na língua oral, alguns autores, entre eles Silva (1982), acreditam que é bem possível que outro recurso seja utilizado, como por exemplo a *mistura de tratamentos*, para desfazer a ambiguidade. Outros autores, porém, acreditam que a “escolha” seja determinada pelas necessidades da comunicação e não por princípios sintáticos. Ou seja, equivale a dizer que há traços na estrutura da língua cujo aparecimento não se pode explicar exclusivamente em termos *internos* – *mistura de tratamentos*, mas que têm de ser explicados lançando mão de fatores extralinguísticos - neste caso, a necessidade de preencher lacunas semânticas com formas convenientes, de evitar ambiguidades.

(3) Você quer que Marcos o encontre hoje no seu carro?

(3a) Você quer que o Marcos te encontre hoje no seu carro?

Monteiro (1994, p. 206) nos mostra que seus *corpora* sugeriram, entre outras características, que a forma *dele* é bem aceita na norma culta como alternativa para a referência à 3ª pessoa, a par de *seu*. E quanto às outras expressões genitivas, as frequências são relativamente baixas nos *corpora* analisados: “*de você(s)* ocorre muito pouco em vez de *teu(s)* ou *seu(s)*”.

O autor explica que essa baixa ocorrência da forma genitiva *de você(s)* no *corpus* analisado se deva ao tipo de estratégia utilizada pelo NURC para a verificação das ocorrências das formas pronominais possessivas de segunda pessoa.

Para que a expressão genitiva *de você(s)* ocorra, é fundamental que existam muitos diálogos e mais de um interlocutor ou de um locutor se dirigindo a vários ouvintes (MENON, 1996, p. 98). *De vocês* só pode fazer referência a mais de um interlocutor e nas pesquisas do NURC, as analisadas por Monteiro, essa estratégia não era produtiva.

Ainda sobre a reestruturação do sistema dos possessivos, Monteiro diz que a primeira ruptura do sistema consistiu na disseminação da forma *dele* por *seu*, em virtude de pelo menos três tipos de ambiguidade:

a) em primeiro lugar, a relacionada com a pessoa do referente, já que com *seu* o referente tanto pode ser da 2ª como da 3ª pessoa;

b) em seguida, a ligada ao número gramatical, uma vez que *seu* tanto serve para a 2ª e 3ª pessoa do singular quanto para as do plural; e, finalmente,

c) a 3ª, provocada pela existência de dois referentes, ambos de 3ª pessoa e ambos possíveis possuidores.

Ainda segundo Monteiro, a tentativa de desfazer a duplicidade de sentido através do emprego de *dele* não parece constituir um fenômeno de inovação brasileira, pois há muito, conforme documenta Meier (1946, 1948 *apud* SILVA; SCHERRE, 1996, p. 176), é frequente no português arcaico.

Menon (1996, p. 96-97) mostra que com a generalização do padrão *preposição + pronome* ocorreu uma regularização do paradigma do possessivo, com as novas formas:

**Com a gramaticalização de *Vossa Mercê* como pronome de segunda pessoa *você(s)*: no plural em substituição ao *vós*; no singular em alternância com *tu* ou como única forma de representar a 2ª pessoa, e de *a gente* como pronome indeterminador, primeiro; depois como pronome de primeira pessoa, do plural e do singular, efetuou-se a generalização do padrão [preposição de + pronome]: *de você(s)/da gente*. Teríamos obtido, então, uma regularização do paradigma possessivo, com as novas formas: (sg.) *da gente*; *de você*; *dele*; (pl.) *da gente*; *de vocês*; *deles* (MENON, 1996, p. 96-97, grifo nosso).**

A autora (MENON, 1996, p. 100) demonstra, com o exemplo abaixo, o quanto essas expressões estão sendo usadas, na língua escrita/oral, paralelamente às formas canônicas dos possessivos correspondentes:

(4) Este jornal é teu?/ seu?/ do(s) senhor(es)? de vocês?/ de você?/ da gente? (exemplo e grifo da autora).

A autora menciona, também, que *novas* formas de possessivos parecem sofrer certas restrições - *de mim, de nós* - embora já se comece a flagrar pessoas que as utilizem na língua oral (MENON, 1996).

Ela menciona ainda que em determinado período da língua teriam coexistido duas expressões de *mesmo conteúdo*, o que contrariaria a tendência dos sistemas linguísticos: duas expressões com exatamente a mesma referência parecem não ser admitidas por nenhuma língua (MENON, 1996). O falante procede, então, eliminando uma das duas variantes ou redistribuindo a função dentro do sistema.

Sobre a redistribuição dentro do sistema, Negrão e Müller (1996, p. 19) defendem que as formas *seu/dele* não podem ser caracterizadas como uma substituição de formas decorrente do desaparecimento de uma delas, mas um caso de coexistência de formas no sistema pronominal do Português do Brasil, com uma especialização no uso de cada uma.

O que não significa que não tenha ocorrido mudança no paradigma, visto que, é importante ressaltar, para haver especialização no uso das formas é preciso que, em algum momento, elas tenham estado em situação de concorrência (MENON, 1996, p. 96).

Müller (1997, p. 65) conclui também pela especialização entre as formas possessivas *seu/dele* e os antecedentes e ainda verifica que o *seu* é utilizado para a retomada de antecedentes não referenciais (genéricos e quantitativos) e *dele* para a retomada de antecedentes referenciais.

(5) Embora eles sejam de times contrário... eles... **cada um** torce para o **seu**.

(6) **O telegrama comum** vai perder toda a **sua** importância diante do telefone, não é?

(7) **O cidadão**... não adianta... quer ir a um clube e não pode que ir fazer uma viagem e não pode... principalmente que... em se falando de viagem existem outros problemas piores... é o medo... de um bandido... de um desgraçado... acabar com a vida da família **dele** num desastre... numa estrada. (Exemplos e grifos da autora)

Quanto aos possessivos de 2ª pessoa, retomo alguns aspectos importantes em relação ao seu emprego na língua oral e escrita:

Em alguns dialetos, **parece ser a forma *seu* a empregada com mais frequência; noutros, como parece ser o caso do dialeto curitibano, há o mesmo tipo de relação que mencionado acima para os POBJ (pronome objeto): na situação de comunicação, o interlocutor é que vai determinar qual o pronome a ser empregado. Se as relações de intimidade/não-intimidade, de um lado, e de poder, de outro, determinam as formas de tratamento formal/informal (o *senhor/você*), vão também ser fatores de decisão no emprego dos possessivos (*teu/seu*) que manifestem, de alguma forma que, mesmo o falante utilizando *você*, existe algum tipo de cerceamento da intimidade. Por exemplo:**

Se eu me dirigir a alguém que conheço, (a quem trate por *você* mas com quem não tenha intimidade), cuja mãe esteja doente, vou perguntar:

— Como vai *sua* mãe?

Logo em seguida, poderei dizer, com toda a naturalidade:

— O *teu* carro está consumindo muito? (MENON, 1995, p. 102 grifo nosso).

Por outro lado, na cidade do Rio de Janeiro, afirma Silva, a forma *você*, que se originou de *vossa mercê*, bastante formal, ficava ao lado, conforme ia perdendo parte do seu formalismo, da forma *tu*:

**ao mesmo tempo que perdia algumas sílabas (vossa-mercê⇒vosmicê⇒vancê⇒você) perdia parte de seu formalismo, ficando ao lado da forma *tu*, a qual, em algumas regiões do Brasil, particularmente do Rio de Janeiro, acabou por desbancar (SILVA; SCHERRE, 1996, p. 172, grifo nosso).**

De acordo com as autoras, com relação ao grau de formalidade/informalidade dos possessivos de 2ª pessoa é importante observar que o falante, a partir da necessidade de comunicação, é quem faz, mediante o seu interlocutor, a escolha de uma ou de outra forma, ou seja, a

proximidade ou distanciamento que mantenha em relação ao outro é determinante nesse processo: de um lado *seu* e *vocês* (com grau de formalidade mais acentuado) e do outro *teu* e *você*, menos formais.

As gramáticas normativas<sup>1</sup> (GN) dizem sobre o pronome *você* que, apesar de ser pronome de 2ª pessoa, a concordância verbal é idêntica à da 3ª pessoa, e que essa particularidade tenha causado mais instabilidade no paradigma dos possessivos.

Alguns autores que trabalham com *córpus* de língua oral, ao contrário do que afirma a GN, afirmam que ao lado da forma canônica de segunda pessoa, com desinências específicas, coexiste uma forma verbal não-marcada simplificando enormemente o esquema da conjugação, que, por exemplo, concordaria com o pronome *você* e também com o pronome *tu*, em determinadas situações.

A GN postula que os pronomes de tratamento devem concordar com os verbos na 3ª pessoa, e não fazem referência a que a concordância seja do verbo com o sujeito e não do sujeito com o verbo. O falante não modifica o pronome isoladamente, mas sim dentro de enunciados (MENON, 1996, p. 90): a linguagem é funcional na medida em que se organiza de maneira a atender às necessidades comunicativas.

Retomo aqui a citação de Silva e Scherre como contraponto à colocação de Menon.

Silva e Scherre (1996, p. 172, grifo nosso), a respeito do pronome *você*, dizem:

**A forma *você* concorda morfológicamente com a 3ª pessoa gramatical**, enquanto *tu* tem morfema especial de 2ª pessoa. **Os morfemas para a 2ª pessoa se misturam pois. Junto com os sujeitos também houve a intromissão dos possessivos.** Isto é, a forma *você*, de 3ª pessoa morfológica (e 2ª semântica), tem como possessivo a forma *seu*. Mas este último é teoricamente, pela norma, o possessivo correspondente à 3ª pessoa semântica (ele/

---

<sup>1</sup> Cunha (1985, p. 309-318); Bechara (1999, p. 181-186); Sacconi (1986, p. 97-98).



ela). Vê-se que a forma *seu* ficou ambígua.

Cabe aqui, após as duas visões distintas a respeito da concordância morfológica do pronome *você*, observar a concordância, morfológica, da forma *a gente*, por exemplo, substituindo *nós*. Essa forma, de acordo com a argumentação de Silva, poderia concordar morfológica-mente também com a terceira pessoa.

A explicação do morfema número-pessoal zero é a mais aceitável nestes casos, pois assim seria bastante razoável perceber a igualdade morfológica de alguns tempos verbais, como os imperfeitos, em que as três pessoas do singular têm morfema número-pessoal zero:

Eu cantava/Você cantava/Ele cantava/Nós cantávamos/Vocês cantavam/Eles cantavam

A forma *a gente*, primeira pessoa do plural/singular, também compartilharia dessa mesma característica, ou seja, morfema número-pessoal zero. Abaixo poderemos observar a igualdade morfológica do Pretérito Imperfeito do Indicativo na língua oral com *a gente* substituindo *nós*:

(8) **Eu era** bem pequeno quando o homem pisou na lua.

(9) **Tu era** bem pequeno quando o homem pisou na lua.

(10) **Ele era** bem pequeno quando o homem pisou na lua.

(11) **A gente era** bem pequeno quando o homem pisou na lua.

Monteiro (1994, p. 200, grifo nosso) afirma que com a extinção dos pronomes *vós* e *vos*, desapareceram igualmente as formas *vosso(s)* e *vossa(s)*. A entrada de *vocês*, para ocupar a lacuna deixada pelo desuso dos pronomes reto e oblíquo, acarretou um sério desequilíbrio no paradigma dos pronomes:

**A função semântico-pragmática**, remetendo à segunda pessoa do referente, **destoa da morfossintaxe do verbo**, que se mantém na terceira pessoa; **ao mesmo tempo que as desinências verbais antes associadas a *vós*, se tornaram obsoletas**. A extinção de

*vosso(s)* e *vossa(s)* rompeu analogamente a simetria do sistema dos possessivos, que passou a lançar mão de processos analíticos como a expressão genitiva *de vocês*.

Ao contrário da interpretação de Menon (1996), Monteiro (1994, p. 207), em relação às desinências verbais, considera que o morfema número-pessoal tenha a marca de terceira pessoa. Mas, ao mencionar que as desinências verbais associadas a *vós* se arcaizaram, corrobora a ideia de que os pronomes não foram modificados isoladamente de seus enunciados. Na Tabela 9.1, Monteiro (1994) apresenta a distribuição dos possessivos no *cópus* por ele analisado.

Tabela 9.1 - Distribuição dos pronomes possessivos

Possessivos	Nº de ocorrências	%
Meu(s), minha(s)	544	44
<b>Teu(s), tua(s)</b>	<b>12</b>	<b>1</b>
<b>Seu(s), sua(s) 2.ª pessoa</b>	<b>88</b>	<b>7</b>
<b>Seu(s), sua(s) 3.ª pessoa</b>	<b>282</b>	<b>22</b>
Nosso(a), nossa(s)	132	10
<b>Dele(s), dela(s)</b>	<b>196</b>	<b>16</b>
Total	1264	100

Fonte: Monteiro (1994).

Percebe-se neste quadro<sup>2</sup> que a forma *seu*, para representar a 3ª e a 2ª pessoas, é a mais frequente<sup>3</sup>; no entanto, a forma *dele* também é produtiva. Por outro lado, a forma *teu* é inferior à forma *seu* 2ª pessoa. Esses dados podem sugerir, por exemplo, uma especialização do pronome *seu* como pronome de 2ª pessoa em detrimento do aparecimento da forma *teu* e, ainda que inferior às ocorrências de *seu* 3ª pessoa, a forma *dele* produzindo efeitos.

2 Nesta tabela há informações também sobre a primeira pessoa singular/plural, mas me detenho nas formas de 2ª e 3ª pessoa.

3 Apenas em relação aos possessivos de segunda e terceira pessoas.

Além disso, os dados também podem sugerir que a forma *seu* (e flexões) para 2ª pessoa não causaria qualquer problema na identificação possuidor/possuído visto que só intercambiaria com a forma *teu*<sup>4</sup> (e flexões) para a 2ª pessoa.

Por outro lado, o mesmo não se aplica à forma *seu* 3ª pessoa, visto que este pronome traz consigo, segundo Monteiro (1994, p. 207-208), pelo menos três tipos de ambiguidades (citados acima). O uso do pronome *dele* (e flexões), substituindo o *seu* (3ª), não seria apenas um intercâmbio, mas a possibilidade de dispersão quando da interpretação dos dois referentes: possuidor/possuído.

Sobre a utilização das formas possessivas de 2ª pessoa em pesquisa quantitativa, além de Silva (1982) com dados do Rio de Janeiro, temos os resultados de Busetto (1996), utilizando o *corpus* do VARSUL<sup>5</sup>.

Na cidade de Curitiba, a forma pronominal *teu* (e flexões), no *corpus* de sua pesquisa, é superior à forma *seu* (e flexões) 2ª pessoa.

Busetto (1996, p. 9) conclui que em Curitiba para a 2ª pessoa são utilizados os pronomes *tu*, *você(s)*, *o senhor(es)*, *a senhora(s)* no tratamento direto com o interlocutor.

O autor, na análise dos seus dados, mostra que não foi registrada nenhuma ocorrência das formas possessivas *do(s) senhor(es)*, *da(s) senhora(s)* e atribui a baixa ocorrência desses pronomes ao fato de, no ambiente das entrevistas, procurar-se uma situação informal mais próxima possível da língua usada no dia a dia (BUSERO, 1996). E isso dificultaria, portanto, a utilização dos pronomes mais formais.

De acordo com os resultados dessa pesquisa, é possível concluir que há equilíbrio na distribuição das ocorrências em relação aos fatores extralinguísticos (sexo e faixa etária do informante) e a utilização dos

4 Nas regiões em que o possessivo *teu* (e flexões) seja utilizado.

5 Projeto VARSUL: Variante Urbana do Sul do Brasil. Banco de dados com entrevistas transcritas de quatro cidades de cada um dos três estados do Sul do Brasil.

pronomes de 2ª pessoa. Porém há uma tendência de as mulheres da faixa etária 1 (até 50 anos) e maior escolarização (segundo grau) usarem mais os pronomes *teu(s), tua(s)*.

Ainda sobre os possessivos de 2ª pessoa, Perini<sup>6</sup> (1985, p. 1-16) afirma ter a língua coloquial se livrado da ambiguidade do pronome *seu* permitindo que ela se especializasse com a forma *de você*, exclusivamente. Ou seja, na língua coloquial um sintagma como:

(12) *Seu pai.* (exemplo do autor)

significa apenas o pai da pessoa designada como *você* (isto é, correspondente ao *teu pai*); nunca significa *o pai da(s) pessoa(s)* designada como *ele, eles* ou *vocês*.

O autor faz uso de três quadros para explicar o que ocorreu com o paradigma dos possessivos. O primeiro (para fins didáticos, a ordem original foi modificada) corresponde às formas possessivas no português padrão; o segundo, os pronomes pessoais do português coloquial ou padrão; o terceiro, o sistema de possessivos no português coloquial.

Perini (1985, p. 1-2) usa o quadro 9.1 para demonstrar que, no português padrão, o *seu* é ambíguo, podendo corresponder aos pronomes *você, vocês, ele* ou *eles*.

Esse Quadro, ainda segundo o autor, teria sido válida por algum tempo para o português coloquial.

	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa
Singular	Meu	Seu	Seu
Plural	Nosso	Seu	Seu

Quadro 9.1 - Formas possessivas no português padrão

Fonte: Perini (1985).

6 O sistema pronominal do português coloquial descrito pelo autor se encontra em uso, segundo informações do próprio autor, na parte central do país: Rio, Minas, Espírito Santo, Bahia, Goiás, São Paulo e algumas outras áreas. Porém o autor reconhece que tanto no Sul quanto no Norte há extensas áreas onde o sistema é diferente.

No quadro 9.2, o autor nos mostra os pronomes pessoais do caso reto do português:

	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa
Singular	Eu	Você	ele/ela
Plural	Nós	Vocês	eles/elas

Quadro 9.2 - Os pronomes pessoais do português coloquial/padrão

Fonte: Perini (1985).

No quadro 9.3, Perini mostra que a língua coloquial livrou-se da ambiguidade do pronome *seu* permitindo que o mesmo se especializasse como a forma possessiva *de vocês*.

Pessoa/Número	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa
Singular	Meu	Seu	Dele
Plural	Nosso	de vocês	Deles

Quadro 9.3 - Sistema dos possessivos do português coloquial

Fonte: Perini (1985).

O fato observado por Perini (1985, p. 2), a utilização da forma *seu* especializada como a forma possessiva *de vocês* na língua coloquial, nos indica que o funcionamento da língua se dá baseando-se nas necessidades de interlocução.

A língua *dá um jeito* de evitar formas ambíguas (PERINI, 1985, p. 7). Ele relaciona a adequação da língua ao surgimento das formas *de vocês*, *dele* e *deles* presentes também no padrão, embora pouco usadas. No coloquial, são as únicas formas aceitáveis, conclui o autor.

Perini (1985, p. 12, grifo nosso) justifica esta tese afirmando que a ambiguidade deve ser evitada sempre que impedir a recuperação da pessoa gramatical referida, e acrescenta:

**Porque *meu* e *nosso* não foram também substituídos por construções do tipo *de* + **N?** responderei que o Princípio Dois<sup>7</sup> estabelece que só se façam alterações mínimas, **de modo que apenas os casos ambíguos foram substituídos por construções *de* + **N**.****

7 O Princípio Um: "A ambiguidade deve ser evitada sempre que impedir a recuperação da pessoa gramatical referida"; Princípio Dois: "só se admitem alterações mínimas no sistema."

Kato (1985, p. 108) conclui, a respeito do trabalho de Perini (1985), que parece apenas que o que ele considera agramatical (*\*de você, \*de mim*) seria, na verdade, apenas de baixa produtividade ou não-ocorrente.

A autora toma posições teóricas diferentes das de Perini, ou seja, as suas restrições são de cunho *usual*, ocorrência, enquanto que as dele são baseadas em princípios gramaticais.

Kato (1985, p. 108, grifo nosso) observa:

**Parece haver algumas diferenças dialetais entre Minas e outras regiões centrais do Brasil, como São Paulo, onde o que Perini considera ser a forma continental e não brasileira é ainda usada por muitos falantes.** Assim, em São Paulo, é perfeitamente possível ouvirem formas como teu pai, É a tua! Etc.

A autora explica o porquê da não escolha da forma *de você*, acrescentando um novo Princípio (Princípio três – aos dois formulados por Perini): evite usar formas diferentes para uma mesma função.

Ela explica, com base nesse Princípio, então:

**De você marca inequivocamente a relação interpessoal íntima ao passo que seu não é marcada quanto a isso.** Ele pode ocorrer tanto com *senhor* como com *você*. **A forma não marcada é, portanto, uma forma cômoda**, sobretudo quando não estamos absolutamente certos de como tratar uma pessoa. **Nem sempre, em situações reais de comunicação, as formas você ou senhor são necessárias**, pois o português permite suprimir o sujeito pronominal. Nesses casos, o possessivo *seu* parece providencial. Em variantes nas quais tanto *seu* como *teu* ocorrem com a segunda pessoa, *seu* pode indicar maior distanciamento e *teu* maior proximidade. De qualquer forma, *de você*, seria desnecessário.

**Resumindo, o uso de seu para a segunda pessoa não ocasiona ambiguidade de referência; apenas é vaga quanto à relação de intimidade, não havendo, portanto, violação do Princípio Um** (KATO, 1985, p. 108 grifo nosso).

A forma *de vocês*, provavelmente, quanto aos fatores aproximação/ distanciamento em relação ao interlocutor funciona, seguin-

do os princípios formulados por Kato, da mesma forma como *seu* (2ª); e o uso de *de vocês* não sofre nenhuma restrição quanto o seu correlato no singular *de você*: não sei se a restrição de uso seria, apenas, por conta de *seu* (2ª), em variantes nas quais tanto *seu* e *teu* ocorrem (como é o caso de Curitiba), não ocasionar ambiguidade de referência. Tenho ouvido, com pouca frequência – é verdade – ocorrência de *de você* em situação do tipo:

(13) – Posso usar essa aqui? (referindo-se à bicicleta)

– Essa o quê?

– Essa aqui não é *de você*?

– A bicicleta azul? É sim. Claro que pode. – É *sua*, não é?

Por outro lado, baseando-se no Princípio Quatro – escolha a forma na qual o elemento com que se empatiza mais preceda o elemento com que se empatiza menos, Kato (1985, p. 116-119, grifo nosso) procura explicar o porquê da forma *seu* ter se mantido em seu sentido de 2ª pessoa:

**Ora, entre a 2ª pessoa e a 3ª é óbvio que empatizamos mais com a segunda. Logo, vou escolher o possessivo para a segunda porque isso assegura que a referência a 2ª pessoa anteceda a referência ao objeto possuído.**

A autora, no entanto, observa que esse princípio não operaria para a 2ª pessoa do plural, e acrescenta:

**Lembremos que *você* marca, de forma não ambígua, a relação de intimidade interpessoal enquanto que *seu* é neutro. Ora o mesmo não ocorre com *vocês* no plural que hoje é quase neutro em relação à intimidade. Logo, se *vocês* pode referir-se a pessoas não íntimas, é natural que ocupe uma posição menos empática do que *você* (KATO, 1985, p. 118 grifo nosso).**

Com base na concepção de Kato as considerações agramaticais de Perini devem ser vistas apenas como não-produtivas, como fenôme-

no de uso e não de regra gramatical. Devem-se levar em conta outros princípios, o da Empatia, por exemplo.

Neves (1993, p. 164, grifo nosso) afirma que a forma possessiva *teu* pode representar duas diferentes formas de tratamento: *tu* e *você*.

É óbvio que o pronome possessivo de 3ª pessoa *seu* também remeta à 2ª pessoa, **desde que representada por pronome de tratamento**. Desse modo, ***de você* intercambia não apenas com *teu*, mas também com *seu***.

A autora corrobora a afirmação de que *seu* 3ª pessoa possa cambiar como o possessivo de 2ª pessoa, mas se pauta no argumento de que isso só acontece se a 2ª pessoa for representada por pronome de tratamento.

A autora ainda (NEVES, 1993, p. 154) apresenta a tabela<sup>8</sup> 9.2 com o número de ocorrências dos possessivos de 2ª pessoa: nele podemos observar, mais uma vez, a baixa ocorrência de pronomes de 2ª pessoa e, no entanto, verificar que a forma *seu* é a mais utilizada, nesse *corpus*, como possessivo referente à 2ª pessoa.

Tabela 9.2 - Ocorrência das diversas formas possessivas no corpus mínimo<sup>9</sup>: 2ª pessoa. Singular/plural

Formas de expressão	Teu(s)/(você(s))	seu(s)/(você(s))	de você(s)
EF	2	11	3
D2	0	18	0
DID	0	2	0
Total	2	31	3

Fonte: Adaptado de Neves (1993, p. 154).

8 Reproduzi parte do quadro apresentado pela autora: utilizei somente os resultados com os pronomes de segunda pessoa (NEVES, 1993, p. 154).

9 Selecciona Inquéritos (DID, EF, D2) dos corpus do Projeto NURC para as capitais pesquisadas: Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Porto Alegre e São Paulo.



E em relação aos possessivos de 3ª pessoa, Neves (1993: 160) afirma que é frequente a ocorrência de *dele* em casos em que o possessivo *seu* poderia ser interpretado como de 2ª pessoa (= *de você, de vocês, do senhor etc.*), havendo, ou não, a expressão desses pronomes de tratamento. A autora exemplifica:

(14) Então a Tatá estava contando outro dia né? que: depois das seis horas da noite você andar na cidade e o jeito dela (NEVES, 1993, p. 160).

E acrescenta:

Entretanto, **não se pode afirmar que o uso de *de+ele* responda sempre a uma necessidade de se obter maior especificação, ou mesmo, de se fugir à ambiguidade.** Em muitos casos em que se registra o emprego desse tipo de sintagma, seria indiferente, para a recuperação da informação, o uso do pronome possessivo (NEVES, 1993, p. 160, grifo nosso).

E exemplifica:

(15) O brasileiro tem preocupação de ter a casa **própria dele**.

(16) Eu gostava de um comediante francês **que aliás agora tem passado poucos filmes dele** que era o Jacques Tati (NEVES, 1993, p. 160, grifo nosso).

A autora não apresenta números em relação aos dados acima, mas registra quatro ocorrências que ilustram a sua afirmação (NEVES, 1993). Apresenta, ainda, as conclusões sobre o comportamento dos possessivos<sup>10</sup>, verificado no *corpus* do Projeto NURC (NEVES, 1993, p. 207). Em relação aos pronomes de 3ª pessoa a forma *seu* é altamente preferida (68.3%) enquanto que a forma *dele* tem um percentual de 31.7% (NEVES, 1993).

---

<sup>10</sup> Irei apenas retratar aqui os resultados com os pronomes possessivos de 2ª e 3ª pessoa.

A autora observa em virtude desse resultado:

Essa conclusão, **que contrariou as expectativas** (especialmente em se tratando de língua falada), **foi confirmada pela análise de um corpus de confronto** (6 EF de São Paulo), que apresentou 75.6% de uso do seu contra 24.4% de uso de dele (NEVES, 1993, p. 207, grifo nosso).

Conclusão que contraria também os resultados da pesquisa de Silva (1982, *apud* CERQUEIRA, 1996, p. 130-131) que estuda a distribuição de *dele* e *seu* 3ª pessoa: resultado que constata ser a forma *dele* a preferida no registro oral:

Tabela 9.3 - Frequência geral de aplicação da forma *dele*. Diferença entre o corpus escrito e o oral

	<i>dele</i>	Total das ocorrências <i>seu/dele</i>	Percentual correspondente às ocorrências da forma <i>dele</i>
ESCRITO	314	2228	14,1%
ORAL	485	647	75,0%

Fonte: Silva (1982).

Esses resultados são reforçados pelos dados de Silva (1984) relativos à ocorrência de *dele* em diferentes tipos de *corpúsculos* escritos: quadrinhos, fotonovelas e jornais. Os textos de revistas em quadrinhos e fotonovelas (que reproduzem a fala) apresentaram maior ocorrência do pronome *dele* do que os textos de jornal (que reproduzem escrita padrão):

Tabela 9.4 - Ocorrência da forma *dele* nos vários *corpúsculos* escritos

	<i>dele</i>	Total das ocorrências <i>seu/dele</i>	Frequência	Probabilidade
Quadrinhos	166	873	19,0%	0,71
Fotonovelas	125	932	13,4%	0,69
Jornais	23	423	5,4%	0,16

Fonte: Silva (1982).

Ainda em relação aos resultados de Neves (1993), foi observado que o possessivo *teu* (= *de você*) ocorreu em apenas um inquérito, representando apenas 5.6% das ocorrências de formas possessivas relativas ao tratamento *você* (contra 86.1% de *seu* e 8.3% de *de você*).

Sobre esses resultados a autora também observa:

**Essa conclusão que também contrariou as expectativas** (já que a gramática normativa se tem preocupado com a “mistura de formas” de 2ª pessoa e de 3ª no tratamento do interlocutor), **foi confirmada pelo exame de mais 10 inquéritos** (5 D2 e 5 EF de São Paulo), entre os quais apenas um apresentou a forma *teu* (= *de você*) (NEVES, 1993, p. 207 grifo nosso).

## Conclusão

Quase sempre as *expectativas* são contrariadas quando se comparam os resultados obtidos de estudos da língua oral com as determinações da GN. Percebe-se, então, que a descrição realizada por esta não se aplica suficientemente aos fatos na língua oral. A prática do uso é quase sempre distinta dos princípios postulados pela GN.

Temos, portanto, como referências, além da distribuição canônica desses pronomes, grande quantidade de publicações a nos indicar caminhos para análise desses fatos. Espero, então, que o resultado da pesquisa que realize possa complementar e sugerir questionamentos em relação ao uso que se faz desses pronomes na língua coloquial do português brasileiro contemporâneo.

## Referências

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1999.

BUSETTO, Cássio Gustavo. A variação no uso de pronomes possessivos de segunda pessoa na fala da cidade de Curitiba. *Fragmenta*, Curitiba, v. 13, p. 9-18, 1996.

CERQUEIRA, Vicente C. . A forma genitiva "dele" e a categoria de concordância (AGR) no português do Brasil. In: KATO, M. A.; ROBERTS, I. (Org.). *Português brasileiro uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1996.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DIAS, Augusto Epiphânio da Silva. *Sintaxe histórica portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Clássica Editora, 1953.

KATO, Mary A. A complexidade dos possessivos e das construções genitivas no português coloquial: réplica a Perini. *Delta*, São Paulo, n. 1-2, p. 107-120, 1985.

MENON, Odete Pereira da Silva. O sistema pronominal do Português do Brasil. *Revista Letras*, Curitiba, n. 44, p. 91-106, 1995.

MENON, Odete Pereira da Silva. Variação e mudança: o papel dos condicionamentos lingüísticos. *Fragmenta*, Curitiba, n. 13, p. 89-114, 1996.

MONTEIRO, José Lemos. *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

MÜLLER, Ana Lúcia de Paula. *A gramática das formas possessivas no português do Brasil*. 1997. 194 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati; MÜLLER, Ana Lúcia. As mudanças no sistema pronominal do português brasileiro: substituição ou especialização de formas? *Delta*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 125-152, 1996.

NEVES, Maria Helena de Moura. Possessivos. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: FAPESP, 1993. v. 3.

PERINI, Mário A. O surgimento do sistema possessivo do português coloquial: uma interpretação funcional. *Delta*, São Paulo, n. 1-2, p. 1-16, 1985.

SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa gramática: teoria e prática*. São Paulo: Atual, 1986.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro*. 1982. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. Variação no sistema possessivo de terceira pessoa. *Tempo brasileiro*, Rio de Janeiro. n.78-79, p. 54-71, 1984.

SILVA, Gisele Machline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Padrões sociolingüísticos: análises de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

# A variação entre os pronomes *nós/a gente* sob a ótica do estilo e discurso: um estudo na cidade de Curitiba

Andréa Maristela Bauer Tamanine

## Introdução

Originada de nossa tese de doutorado, orientada pela Dra. Odete P. S. Menon e defendida na Universidade Federal do Paraná, a contribuição ora apresentada tem por base a discussão sobre a variação entre *nós* e *a gente* – este considerado pronome inovador – na posição de sujeito e a gramaticalização de *a gente* sob a ótica de variáveis relacionadas ao estilo e ao discurso. Composta por um conjunto de dados orais de informantes de Curitiba, capital paranaense (TAMANINE, 2010), a amostra utilizada na investigação foi constituída por 32 entrevistas divididas proporcionalmente entre os fatores sociais: duas faixas etárias (A - 25 a 49 anos e B - 50 anos ou mais), sexo (m) masculino e (f) feminino e quatro escolaridades: (p) primário, (g) ginásio, (c) secundário e (u) ensino superior (universitário). Tais fatores sociais estão organizados em conformidade com o Projeto Variação Linguística Urbana da Região Sul do Brasil (VARSUL) -, fonte dos dados.

A base teórica e metodológica da discussão foi formada, especialmente, pelos pressupostos da Teoria Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968) e da Gramaticalização (HOPPER, 1991; HOPPER; TRAUGOTT, 1993; TRAUGOTT e HEINE, 1991). Sobre a abordagem do texto e do discurso, destacamos as contribuições de Travaglia (1991, 2002 e 2003) e Jubran (2006). Os procedimentos técnicos quantitativos utilizados subsidiaram-se no pacote de programas estatísticos Varbrul (PINTZUK, 1988).

O olhar sobre *nós* e *a gente* na fala curitibana implicou no envolvimento de componentes linguísticos e pragmáticos. O conceito de *linguagem* utilizado a compreende como “atividade de interação social e a consequente eleição do produto dessa interação - o texto - como objeto de estudo” e, nesse olhar, identificou-se o componente pragmático por meio das marcas do processamento formulativo-interacional materializadas linguisticamente no texto, conforme definição de Jubran (2006, p. 29). A partir desse posicionamento, definimos como unidade analítica o *tópico discursivo*. O tópico vai além do nível oracional e de turnos de conversação e é orientado pelo processo colaborativo entre “os participantes do ato interacional na construção da conversação, assentada em um complexo de fatores contextuais” (JUBRAN, 2006, p. 90).

Para efeitos desta análise, o tópico discursivo foi observado a partir de *segmentos tópicos*, recortes feitos pelo analista em termos do reconhecimento de traços que compõem o princípio de *centração* e “eventual e complementarmente, serem delimitados por marcas linguístico-discursivas de abertura e fecho tópicos” (JUBRAN, 2006, p. 90), possibilitando, de maneira objetiva, a demarcação interna de segmentos tópicos em um texto falado.

Ao tratarmos da variação entre *nós* e *a gente* como pronomes-sujeito, assim como ao discutirmos aspectos da gramaticalização de *a gente* presentes nos dados de fala dos curitibanos, adotamos como verdade que, em contextos determinados de interlocução, *nós* e *a gente* podem assumir a mesma função sintática e, ao mesmo tempo, podem apresentar o mesmo sentido referencial. Dessa forma, concorrem quando, em um enunciado, o uso de uma forma se sobrepõe ao uso da outra para a mesma função e com a mesma referência semântica – assim, ambos concorrem como pronomes de 1.<sup>a</sup> pessoa com sentido *indeterminado* e concorrem também como pronomes de 1.<sup>a</sup> pessoa com sentido *de-*

*terminado*. Porém, entendemos que também coocorrem, já que as duas formas podem ser usadas para a mesma função, porém com sentido referencial distinto no enunciado: indeterminado ou determinado.

Os resultados de pesquisas sobre a variável *nós/a gente* no português brasileiro como de Omena (1996), Menon (1995, 1996 e 2006), Zilles (2002a, 2002b) e Lopes (2003) indicam mudança em curso no sentido de substituição de *nós* por *a gente* e o avanço cada vez maior de *a gente* no campo semântico da *determinação*, antes relacionado ao uso de *nós*. O exemplo (1) apresenta um caso de alternância entre os pronomes em uma sequência textual narrativa:

[...] Ele sempre dava a volta, trazia a gente até o portão. Nós entramos, e como é, não sei porque que deu na mamãe, ela deu a volta e olhou aqui, nessa janela [...] (Entrevista 2, informante de sexo masculino, faixa etária B, escolaridade secundária).

A primeira ocorrência é de *a gente* com referência *determinada*, pois é possível identificar no contexto do tópico discursivo que *a gente* se refere à falante e à mãe (*eu* + 3.<sup>a</sup> pessoa), já que se pode inferir que o pai (*ele* = pai) havia deixado a informante e a mãe no portão e, possivelmente, teria ido estacionar o carro. Quando *nós* é usado, ainda possui referência *determinada*, mas o texto não deixa claro se *nós* (*eu* + 3.<sup>a</sup> pessoa) retoma apenas a falante e a mãe ou o pai também é incluído. No entanto, é possível perceber que, no discurso, os dois pronomes referem-se a um *sujeito pluralizado e determinado*, com isso possibilitando a afirmação, neste caso e nestas condições, de “mesmo valor de verdade”, característica essencial de variantes em um fenômeno de variação linguística.

Na abordagem dos dados de Curitiba, consideramos as ocorrências dos pronomes *nós* e *a gente* em paralelismo (*paralelismo pronominal*) quando encontrada ocorrência de pronomes em uma sucessão mista ou igual de duas formas pronominais (*sequência binária*), três formas (*sequência ternária*) ou mais de três pronomes (*sequência eneária*) em um



mesmo segmento tópico. Da mesma forma, consideramos ocorrências de paralelismo das flexões verbais de verbos que ocorreram junto aos pronomes em paralelismo (*paralelismo formal*). Na ausência de paralelismo dos pronomes, o dado foi tratado como *ocorrência isolada*.

## Distribuição dos dados de *nós* e *a gente* em Curitiba

No cômputo dos 2.084 dados de *nós* e de *a gente* encontrados na função de sujeito em Curitiba, 54% dos pronomes, entre formas expressas e não-expressas, foram de *a gente* (1.130/2.084/54%) e 46% foram de *nós* (954/2.084/46%).

A distribuição dos 2.084 dados apresentou nas *ocorrências isoladas* a maior parte da amostra, com 777 casos, 37% do total. Nas *ocorrências isoladas*, a presença de *a gente* foi superior a de *nós* (58% de *a gente* e 42% de *nós*) – neste caso, ocorreram apenas 121 casos a mais para *a gente*.

Em segundo lugar na distribuição geral apareceu o *paralelismo binário*, com 558 dados, representando o percentual de 28%. O *paralelismo enéario* teve 392 dados, com percentual de 19%, e o *paralelismo ternário* teve o menor número de ocorrências, com 357 dados e percentual de 17%. Ao serem agrupadas, as ocorrências em paralelismo representam 67% do *corpus* (1.307 ocorrências), ou seja, na distribuição, quase chegam ao dobro do número de ocorrências isoladas, apresentando um cenário interessante para a análise dos fatores de repetição do uso de *nós* e de *a gente* (inclusive diante de outras formas de identificação do sujeito) no discurso. As 1.307 ocorrências nos paralelismos se dividiram em 681/52% ocorrências de *a gente* e 626/48% de *nós*.

Somando-se as ocorrências isoladas e em paralelismo no *corpus* de Curitiba, a maior frequência foi de *a gente* - 54% - em relação ao pronome *nós* - 46%. Este resultado representou uma distribuição geral equilibrada entre os pronomes, com leve vantagem numérica para *a gente* (1.130 casos de *a gente* contra 954 de *nós* – diferença de 176 ocorrências).

Os resultados frequenciais da amostra de Curitiba diferiram daqueles encontrados nas outras capitais da região sul do país, Porto Alegre e Florianópolis, guardadas as devidas diferenças entre as investigações, que não permitem exatas comparações. Os resultados encontrados por Zilles (2002b) em Porto Alegre – 69% de *a gente* e 31% de *nós* –, foram obtidos em análise de 39 entrevistas do VARSUL, com os mesmos fatores sociais aqui estudados; e os 72% de *a gente* e 28% de *nós* levantados por Seara (2000) se deram em doze entrevistas do VARSUL de Florianópolis, com três faixas etárias e duas escolaridades (primário e secundário – ou colegial). Essa diferença nos dados de Curitiba se deu, especialmente, porque o uso de *a gente* apresenta percentual significativamente menor em relação ao uso de *nós* entre os resultados das outras cidades. Este fato indicou um certo “conservadorismo” em relação ao uso da forma inovadora nos dados dos curitibanos.

Destacamos ainda alguns resultados de distribuição quanto às variáveis sociais investigadas. Ao serem cruzadas por meio do programa CROSSTAB as frequências obtidas em *sexo* e *faixa etária*, se verificou que as mulheres mais jovens apresentaram o maior uso de *a gente* (81%). Cruzando as variáveis *sexo* e *escolaridade*, destacou-se o uso de *a gente* (73%) no *secundário* pelas mulheres, com queda acentuada entre esta escolaridade e a *superior* no mesmo *sexo*, com 44%.

Entre os homens, a distribuição de *a gente* foi regular entre todas as escolaridades, conforme se pode ver no Gráfico 10.1.

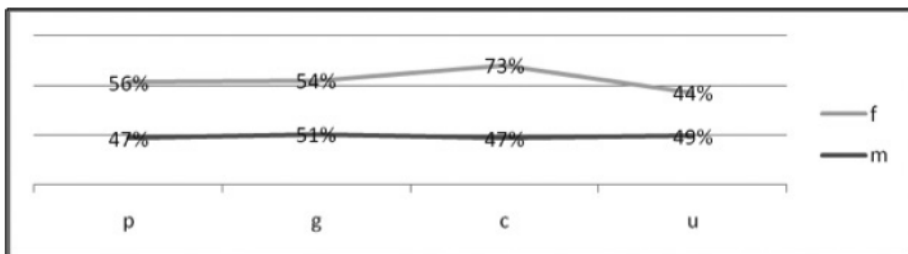


Gráfico 10.1 - Percentuais da distribuição de *nós* e de *a gente* na posição de sujeito entre sexo e escolaridade

Fonte: Tamanine (2010).

O resultado de 44% para *a gente* na escolaridade *superior* pode se dever à entrevista de informante do sexo feminino que apresenta alto número de ocorrências de *nós* quando em contraste com os demais informantes da mesma escolaridade. Se este fato não ocorresse, o percentual de uso de *a gente* no *superior* não decresceria tanto, pois ao diminuírem as ocorrências de *nós* dessa informante de 110 para 50, uma média entre as ocorrências de *nós* na escolaridade *superior*, os percentuais de distribuição seriam diferentes (51% *a gente* e 49% *nós*), o que interferiria no cruzamento com o fator *sexo*, aumentando o percentual de 44%. Mesmo assim, a maior frequência para *a gente* no *secundário* permaneceria.

## Descrição e análise de resultados no âmbito do *estilo/discurso*

Na análise dos pronomes desenvolvida na tese, foram consideradas variáveis independentes de caráter estilístico-discursivo, morfofonológico e sintático, além das variáveis sociais. No âmbito do *estilo/discurso*, foram analisadas as variáveis *discurso reportado* (*discurso não-relatado*, *dis-*

*curso relatado do próprio informante e discurso relatado de terceiros), determinação do referente (pronome determinado, pronome indeterminado e ambiguidade) e sequências textuais (narração, descrição, dissertação e injunção), sendo essas variáveis o foco da exposição de resultados a seguir. Variáveis de outros grupos são comentadas quando relevantes para a análise, porém detalhes de sua composição devem ser vistos em Tamanine (2010).*

É importante lembrar que, na classificação das *sequências textuais*, se trabalhou com a *dominância* e se buscou aplicar sempre os mesmos princípios de identificação citados aqui resumidamente: quando usa da *narração*, o falante situa o fazer ou o acontecer no tempo e no espaço; na *descrição* dá características do espaço, caracteriza o objeto de descrição; na *dissertação* opina, reflete, faz saber abstraindo do tempo e do espaço e na *injunção* estabelece perspectiva de algo a ser feito/ou como deverá ser feito, conforme definição e aplicação da tipologia de textos feita por Travaglia (1991).

No entanto, ressaltamos ter encontrado na análise a complexidade dessa tipologia e de suas subdivisões (descrição narradora e descrição comentadora, por exemplo) e buscado sistematizar os dados da melhor forma possível pelos critérios estabelecidos. Também entendemos relevante ressaltar que o material analisado, a entrevista, constituiu-se estruturalmente em *texto narrativo*, uma provável causa de ser esse tipo de texto o mais frequente encontrado nos tópicos discursivos analisados (1.106 casos).

Na Tabela 10.1, apresentamos os resultados obtidos por meio do programa Varbrul para o agrupamento de variáveis relativas ao *estilo/discurso* em *rodada geral dos dados (ocorrências em paralelismo + isoladas)*. Como a Tabela 10.1 é um recorte da rodada estatística que envolveu outros agrupamentos, durante a análise informamos a ordem de seleção das variáveis tratadas conforme apresentada pelo programa matemáti-

co quando todos os 10 agrupamentos estavam envolvidos. Acreditamos que essa informação oportunize mais entendimento sobre a importância das variáveis relacionadas ao estilo/discurso nos dados de Curitiba.

GRUPOS DE FATORES	Aplic.	Acor.	%	P.R.
Sequências textuais	Aplic.	Ocor.	%	P.R.
Dissertação	471	689	68	.58
Narração	563	1.106	51	.50
Injunção	53	105	50	.40
Descrição	43	184	23	.25
Determinação				
Indeterminação	368	596	62	.60
Determinado	762	1.488	51	.46
Discurso reportado	Aplic.	Ocor.	%	P.R.
Discurso não-relatado	1.127	2.033	55	.51
Discurso report. inf.	1	14	7	.16
Discurso report. inf.	2	37	5	.07

Tabela 10.1 - Resultados probabilísticos de *nós* e de *a gente* na posição de sujeito – aplicação *a gente* – agrupamento estilo – discurso – input .64

Fonte: Tamanine (2010).

Na Tabela 10.1, o grupo de fatores *sequências textuais* foi o 4º. selecionado na rodada estatística geral e o 1º. entre as variáveis relacionadas ao estilo-discurso. No grupo, o destaque para o favorecimento de *a gente* foi para o *texto dissertativo*, com peso relativo de .58. Confirmou-se, neste caso, a hipótese lançada para os dados de Curitiba de que seria o ambiente da *argumentação*, nos momentos em que o falante expõe suas ideias, sua avaliação sobre coisas, pessoas e fatos, o contexto em que *a gente* seria favorecido – apesar da pouca diferença (apenas 8 pontos acima) da probabilidade de ocorrência na narração (.50). Acreditamos que isso se deva ao forte traço semântico de *indeterminação* presente em *a gente*, caráter ligado a sua entrada no sistema como pronome, uso que permitiria ao falante um certo “afastamento” de sua imagem pessoal ao emitir opinião, ampliando a força da ideia e influenciando a busca de maior convencimento do interlocutor.

Na busca de maiores informações sobre os resultados para *a gente* no texto dissertativo, foram observados alguns dados frequenciais. No caso da presença de *a gente* no texto dissertativo, este pronome é mais frequente do que *nós*, seja determinado (72%) ou indeterminado (64%). No CROSSTAB, no cruzamento de dados entre sequências textuais e verbos plenos, se verificou resultado significativo para a forma inovadora, já que nos textos dissertativos as ocorrências com *a gente* são mais frequentes do que com *nós* em 9 dos 11 verbos controlados.

No cruzamento entre tipo de texto e tempos verbais, o presente e o pretérito imperfeito se destacaram na dissertação, assim como gerúndio e infinitivo, tempos verbais apontados nos pesos relativos como favorecedores de *a gente*, exceto o presente (.40), outro aspecto a se considerar na interpretação dos resultados favorecedores do uso de *a gente* na dissertação.

Voltando aos pesos relativos da Tabela 10.1, o desfavorecimento de *a gente* ocorreu em maior intensidade no texto descritivo (.25). Neste caso, o favorecimento significativo do uso de *nós* no texto descritivo pode estar relacionado, entre outros fatores, ao uso de verbos estativos, frequentes nesse tipo de texto e já identificados em outros dados da rodada geral como contexto de favorecimento do uso de *nós*. Para melhor avaliar esse resultado e verificar se haveria alguma relação frequencial entre essa sequência textual, o uso de *nós* e o fator determinação, realizou-se cruzamento (via CROSSTAB) entre sequências textuais e determinação.

Na determinação, as frequências apontaram contribuições à análise dos resultados de sequências textuais, pois *a gente* aparece na narração em 72% dos casos com sentido indeterminado (o percentual mais alto para *a gente* indeterminador entre as sequências textuais analisadas), e na determinação (na narração) é superado pelo uso de *nós* (53%).

Ainda nas frequências, verificou-se que na descrição – tanto na determinação quanto na indeterminação do sujeito – a distribuição foi maior

para *nós* (73% na *determinação* e 83% na *indeterminação*). Nesse caso, os resultados frequenciais permitiram uma comparação interessante entre uso de *a gente* na *narração* e *nós* na *descrição*: na *narração* há uso frequente de *a gente determinado* e, na *descrição*, uso de *nós indeterminado*.

Os resultados sobre o uso de *nós* na *descrição* vão ao encontro do que se postulou para os dados de Curitiba: o uso de *nós* estaria mais relacionado aos verbos *estativos* (conforme tipos de verbos testados e resultados obtidos em TAMANINE, 2002 e 2010), e que seria no contexto da *descrição* que o uso *nós* estaria favorecido – hipótese em parte baseada em Travaglia (2002), quando aponta a presença significativa de verbos estativos no texto descritivo.

O ponto neutro (.50) como resultado em peso relativo para o uso de *a gente* na *narração* (Tabela 10.1) aponta, nesse tipo de texto, um ambiente de plena variação entre *nós* e *a gente* na fala dos curitibanos, sendo a *narração* o único *tipo de texto* que não apresentou maior especialização de uso entre os pronomes. No entanto, ao se tratar do aspecto da determinação do referente, o texto narrativo apresenta peculiaridades interessantes com relação ao uso de *a gente*, conforme será discutido adiante.

Nos resultados probabilísticos da Tabela 10.1 referentes ao grupo de fatores *determinação*, 8º. grupo selecionado pelo Varbrul na rodada geral, verificou-se que *a gente* apareceu com .60 de probabilidade de ser *indeterminado*, o que corrobora *em parte* a hipótese levantada sobre os dados de que a forma preferida pelos falantes para uma referência mais geral, indeterminadora, seria *a gente*, já que a entrada de *a gente* na determinação também foi considerada.

O nosso interesse na análise da *indeterminação* foi reforçado por conclusão alcançada por Setti (1997). Ao analisar formas de indeterminação do sujeito nas três capitais do sul, Setti (1997) verificou que Curitiba “inovaria” menos entre as 13 formas estudadas (entre elas

*nós* e *a gente*). No entanto, ela afirmou que as mulheres curitubanas apresentaram desempenho linguístico menos conservador do que as mulheres de Porto Alegre e Florianópolis, referindo-se ao uso indeterminador de formas nominais e de *a gente*. Este uso é confirmado nos dados de Curitiba ora apresentados, já que as mulheres lideraram o uso de *a gente* indeterminado, conforme dados obtidos pelo cruzamento dos dados de *nós* e *a gente* na *indeterminação*, com *sexo*, *faixa etária* e *escolaridade*. Neste cruzamento, os resultados em frequências identificaram os maiores índices de *a gente* indeterminado concentrados nas mulheres (72%), na faixa etária mais jovem (72%) e na escolaridade ginásial (75%).

Nos resultados em probabilidade sobre o uso de *a gente* na *determinação*, os resultados de Curitiba ficaram próximos do ponto neutro (.46), indicando praticamente invariabilidade para o uso do pronome *a gente* como uma referência semântica determinada ou indeterminada. Porém, é importante destacar que, na amostra de Curitiba, a entrada de *a gente* na *determinação* (.46) acontece ao mesmo tempo em que a probabilidade do uso de *nós* na *indeterminação* também se aproxima do ponto neutro (.40).

Resultados com a tendência do uso de *a gente* na *determinação* permitiram que, em Tamanine (2002), fosse hipotetizado que ao ganhar espaço como referência à 1.<sup>a</sup> pessoa do plural, *a gente* poderia assumir mais características de *determinação* e, com isso, perder terreno na indicação de um agente indeterminado para outra forma, neste caso, *nós*. Em contrapartida, se o pronome *nós* apresentasse favorecimento de ocorrência em contextos indeterminadores, isso poderia sinalizar um deslocamento a fim de assegurar a sua sobrevivência no sistema.

Essa situação poderia ser relacionada ao conceito de “transição”, conforme Weinreich, Labov e Herzog (1968), que estabelece



que a generalização de uma mudança linguística não é uniforme e instantânea, mas implica a covariação de mudanças associadas num largo período de tempo. Essas informações poderiam indicar no *corpus* de Curitiba uma disposição que indicaria um movimento para assegurar a permanência das duas formas no sistema: *a gente* avançando na *determinação* e *nós* na *indeterminação*? Seriam as *sequências textuais* condicionadores importantes para essa movimentação?

Retornamos aos resultados da Tabela 10.1. Na variável *discurso relatado*, 9.º grupo selecionado na rodada geral, o *discurso não-relatado* apresentou peso relativo de .51, ou seja, no ponto neutro, o que significa tendência de uso em livre variação com relação aos pronomes *nós* e *a gente* na fala geral do próprio informante.

No caso do *discurso relatado do próprio informante* (.16) e de *terceiros* (.07) os resultados favoreceram de maneira acentuada o uso de *nós*, mostrando a importância dessa variável em nosso estudo, pois em contextos mais marcados, quando o falante curitibano monitora a fala, é o uso de *nós* que prevalece. Assim, o *discurso relatado* é contexto de especialização do uso de *nós* no *corpus*.

Não foram encontrados nos dados de Curitiba resultados que permitissem ampliar a discussão de Borges (2004, p. 161) quando este conclui que "o uso de *a gente* com referente específico, ao ser favorecido em contextos de discurso reportado, pode estar revelando a força da mudança, uma vez que sua utilização está presente também em contextos mais marcados", uma vez que o uso de *nós* foi plenamente favorecido nesse tipo de ocorrência.

## Conclusão

A abordagem de grupos de fatores ligados ao estilo e ao discurso se mostrou bastante interessante à análise dos dados de *nós* e de *a gente* em Curitiba. A presença de *a gente* na *determinação* e de *nós* na *indeterminação* promoveu discussão importante sobre uma situação que pode apontar para uma nova fase da mudança envolvendo o contexto da variação entre os dois pronomes. Nessa fase, *a gente* avança na *determinação* e, enquanto isso, *nós* parece dar sinais de que pode se especializar no uso com *sentido indeterminado* e assim permanecer no sistema.

A análise das *sequências textuais*, variável inovadora se em contraste com trabalhos antecedentes sobre *nós/a gente*, permitiu investigar os pronomes em um contexto discursivo que relacionou as duas formas a (1) determinados verbos e perífrases, a (2) certos tempos verbais e às (3) características semânticas da (in)determinação sob a condição de identificação do *tipo de interação entre os interlocutores*: se para narração, argumentação, injunção ou descrição. Essa interação se mostrou como uma “ligação” adequada para o que se deva caracterizar como “sequência” quando da análise de paralelismos, como um tipo de organização textual-discursiva que promove “continuidade”, pois está aliada à segmentação tópica e a um estudo cuidadoso da referenciação. Este foi um dos focos de nosso trabalho de tese que deve merecer atenção em novos estudos com os dados de Curitiba, a fim de que se alcancem resultados mais elucidativos.

## Referências

- BORGES, P. R. S. *A gramaticalização de a gente no português brasileiro: análise histórico-social-lingüística da fala das comunidades gaúchas de Jaguarão e Pelotas*. 2004. 226 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- HOPPER, P. J. On some principles of gramaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.) *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: J. Benjamins, 1991. p. 17-35.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V.(Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas, SP: UNICAMP, 2006. v. 1.
- MENON, O. P. S. A gente, eu e nós: sintomas de uma mudança em curso no português do Brasil? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE LÍNGUA FALADA E ESCRITA, 2., 1995, Maceió. *Anais...* Maceió: UFAL, 1995.
- MENON, O. P. S. A gente: um processo de gramaticalização. *Estudos Linguísticos*, Taubaté, n. 25, p. 622-628, 1996.
- MENON, O. P. S. A indeterminação do sujeito no português do Brasil: NURC-SP e VARSUL. In: VANDRESEN, Paulino (Org.). *Variação, mudança e contato lingüístico no português da região sul*. Pelotas: EDUCAT, 2006. p. 125-167.
- OMENA, N. P. de. A referência à primeira pessoa do discurso no plural. In: SILVA, G. M. de O.; SCHERRE, M. M. P. (Org.) *Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 185-215.
- PINTZUK, S. *VARBRUL Program*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1988.
- SEARA, I. C. A variação do sujeito nós e a gente na fala florianopolitana. *Organon*, v. 14, n. 28-29, p. 179-194, 2000.

SETTI, A. C. R. *A indeterminação do sujeito nas três capitais do sul do Brasil*. 1997. 116 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

TAMANINE, A. M. B. *A alternância nós/a gente no interior de Santa Catarina*. 2002. 120 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

TAMANINE, A. M. B. *Curitiba da gente: um estudo sobre a variação pronominal nós/a gente e a gramaticalização de a gente na cidade de Curitiba-PR*. 2010. 222 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

TRAUGOTT, E.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: J. Benjamins, 1991.

TRAVAGLIA, L. C. *Um estudo textual discursivo do verbo no português do Brasil*. 1991. 330 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

TRAVAGLIA, L. C. Composição tipológica de textos como atividade de formulação textual. *Revista do GELNE*, Natal, v. 4, n. 1, 2002.

TRAVAGLIA, L. C. Continuidades de tipos de verbos e situações e de formas e categorias verbais e tipos de texto. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 44, p. 183-197, jan./jun. 2003.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Ed.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.

ZILLES, A. M. S. Grammaticalization of a gente in Brazilian Portuguese. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, Philadelphia, v. 8, n. 3, p. 297-310, 2002a.

ZILLES, A. M. S. The linguistic and social embedding of 'a gente' in Brazilian Portuguese. In: NYU LINGUISTICS COLLOQUIUM, 20<sup>th</sup>. , 2002, [S.l.]. *Anais...* [S.l.], [s.n.], 2002b.



# Revisitando o sistema pronominal possessivo em uso na Ilha de Valadares

Adilson do Rosário Toledo

## Introdução

Este trabalho trata da descrição da fala dos moradores da Ilha de Valadares, situada na cidade de Paranaguá, litoral do Paraná. O objetivo é estudar o sistema linguístico da língua portuguesa, mais especificamente, o sistema pronominal possessivo em uso em Valadares. Em pesquisa anterior (TOLEDO, 1998), foi constatado que os falantes da comunidade linguística da Ilha de Valadares fazem uso de três formas de pronomes possessivos (PPOS): a forma tradicional, a nova e a denominada inovadora no âmbito desta pesquisa.

Existe um padrão sistemático de uso do PPOS em Valadares e sua realização está condicionada por fatores sociais aliados a contextos linguísticos específicos. De modo geral, o PPOS de Valadares assume variadas formas segundo a estrutura, a ordem que ocupa na expressão possessiva e a relação de concordância que veicula. A forma inovadora de PPOS (TOLEDO, 1998) apresenta, ainda, a característica peculiar da anulação da marca de gênero. No presente estudo, optamos por revisar o sistema pronominal possessivo de Valadares, em especial, este PPOS inovador.

## Objetivos, metodologia e coleta de dados

Uma vez determinado o local da coleta de dados e estabelecidas a variável e as variantes a serem pesquisadas, estipulamos para este estudo os seguintes objetivos:

- a) Reanalisar os dados presentes em Toledo (1998) e rediscuti-los à luz dos registros antigos e novos que possam caracterizar e descrever as várias formas de PPOS.
- b) Interpretar os dados seguindo o modelo da sociolinguística qualitativa e quantitativa (LABOV, 1972), na medida em que isso seja possível.
- c) Avaliar as crenças e atitudes dos falantes em relação a estereótipos, indicadores e marcadores, para o uso do sistema linguístico em Valadares, segundo o que preconiza López Moralez (1993).

Os novos registros a que nos referimos linhas acima referem-se a uma amostra de 8 (oito) falantes consultados em Valadares. Metodologicamente, seguiremos as orientações presentes em Labov (1972), Silva-Corvalán (1989) e Tarallo (1990). O perfil dos informantes na coleta de dados ficou assim estabelecido:

- a) Moradores de Valadares e que não tenham se afastado do local por mais de dois anos.
- b) Faixa etária: de 15 a 85 anos.
- c) Escolaridade: escolarizados (no máximo, ensino médio) e não-escolarizados (ou semi-escolarizados, até a 4ª. série).
- d) Sexo: masculino e feminino.

A distribuição dos informantes de acordo com as variáveis extralinguísticas segue a Tabela 11.1:

Tabela 11.1 - Informantes

Idade	Escolarizados		Não-escolarizados	
	F	M	F	M
15 a 30	1	1	-	-
31 a 45	1	1	1	1
46 a 85	-	-	1	1
Sexo	F	M	F	M

Fonte: Toledo (1998).

O tempo disponível para a coleta de dados foi um fator limitante da pesquisa e não permitiu a constituição de uma amostra homogênea. Mesmo assim, algumas informações interessantes foram obtidas e se encontram nas seções seguintes. Como instrumento de coleta de dados, foram utilizados os seguintes tipos de inquéritos (baseados em AGUILERA, 1996):

- a) Questionário introdutório para adaptação dos informantes: entrevista estruturada.
- b) Questionário sobre crenças e atitudes: conversação dirigida.
- c) Narrativa de caráter espontâneo e pessoal: conversação livre.
- d) Interpretação livre de figuras que possibilitem o aparecimento de PPOS.

Os instrumentos de pesquisa utilizados neste trabalho podem ser disponibilizados para consulta.

Antes de passarmos à análise dos dados obtidos, a título de retrospectiva, faremos uma incursão pela evolução do sistema pronominal do português do Brasil, desde suas origens até os dias atuais, até chegarmos, mais detalhadamente, ao sistema pronominal possessivo.

## **A evolução do sistema pronominal do português**

De acordo com Faraco (1996), as mudanças ocorridas no sistema de tratamento da língua portuguesa a partir do século XIV afetaram profundamente a configuração pronominal e verbal do portu-



guês e refletiram no sistema linguístico da língua de dias recentes. Assim, o sistema latino tardio em uso na península ibérica por volta dos séculos XIV-XV para referência do interlocutor preconizava a forma *tu* para referência singular, menos formal, e *vós* para a referência singular, tratamento mais formal que o *tu* (a princípio, exclusivamente para o rei) e também para a referência a mais de um interlocutor, referência plural, tratamento formal ou não. *Tu* era a forma marcada. Tanto num caso como noutro, estas formas de tratamento estavam atreladas ao paradigma verbal de segunda pessoa (*tu*, singular; *vós*, singular e plural).

Com o passar do tempo, diversos eventos históricos, de ordem geopolítica e sociocultural da sociedade portuguesa – como o declínio da velha aristocracia, formação de uma nova aristocracia de origem burguesa, poder econômico centrado na propriedade e não mais representado nos títulos de nobreza, criação de uma nobreza burocrática baseada na vassalagem, expansão territorial em curso delegando nova dimensão ao poder do rei, centralização da elite dominante na cidade sede do país – propiciaram impactos sobre a vida social. Nesse contexto, foram criados novos padrões de comportamento, vestuário e hábitos que exigiram novas formas de tratamento do interlocutor. A forma *vós* passou a distinguir relação hierárquica no conjunto da sociedade, banalizou-se, e, segundo Faraço (1996), arcaizou-se já no século XVIII. Novas formas de tratamento específicas para o rei passaram a ser exigidas. A partir do século XV, foram introduzidas as formas com a estrutura *Vossa + N* (*Vossa Mercê*, *Vossa Senhoria*, *Vossa Alteza*, *Vossa Excelência*, *Vossa Majestade*) com a intenção de designar um dos atributos do rei.

A forma mais antiga com a estrutura *Vossa + N* (*Vossa Mercê*), segundo Menon (1995), evoluiu, seguiu uma trajetória de modificação

de valor ao lado da modificação fonética. Indicando sempre uma forma de se dirigir ao interlocutor, passou a ser utilizada como tratamento formal, inicialmente, numa relação de inferior para superior; depois numa relação de igual para igual e de superior para inferior, e, por fim, de tratamento não-íntimo para tratamento íntimo, chegando a constituir um pronome de segunda pessoa do discurso (*você/vocês*), mas ainda concordando com o verbo na terceira pessoa.

A introdução das formas com *Vossa + N* criou, então, um novo paradigma para referência formal (ou não) de segunda pessoa, com a seguinte estrutura:

Pronome	Verbo
Tu	2ª. pessoa, singular
Vós	2ª. pessoa, singular e plural
Vossa + N	3ª. pessoa, singular

Esse quadro evoluiu para:

Pronome	Verbo
Tu	2ª. pessoa, singular
Você	3ª. pessoa, singular
Vocês	3ª. pessoa, plural

Em resumo, a arcaização de *vós* provocou um desequilíbrio no sistema pronominal sujeito que trouxe como consequência o aparecimento da forma *vocês* com valor plural no lugar de *vós*. Depois possibilitou o aparecimento da forma *você*, concorrendo com *tu*. Este desarranjo do sistema pronominal sujeito desencadeou instabilidades no sistema pronominal possessivo, como veremos a seguir.

## O sistema pronominal possessivo

Nas gramáticas tradicionais (GT), as relações das palavras na oração é campo de estudos da Sintaxe. Numa estrutura sintática, as palavras podem relacionar-se pela posição que ocupam, pela determinação (ordem hierárquica) ou pela identidade. Ao primeiro tipo de relação denominamos sintaxe de colocação; ao segundo, sintaxe de regência; ao terceiro, sintaxe de concordância. A concordância pode ser nominal ou verbal. Cabe à sintaxe de concordância ocupar-se da relação das palavras levando em conta que existem palavras regentes e palavras regidas. Na concordância, as palavras regidas obedecem à flexão das palavras regentes. Os gramáticos tradicionais, entre eles Pereira (1946), Mansur Guérios (1963), Cunha e Cintra (1985), Cegalla (2005), preconizam que, na concordância nominal, os adjetivos, os pronomes, os artigos e os numerais concordam em gênero e número com os substantivos a que se referem. Os substantivos regem as outras classes gramaticais citadas. O número indica pluralidade ou singularidade; a marca de número é o *s*. No que respeita ao gênero, segundo a GT, pertencem ao gênero feminino os termos a que se pode antepor o artigo *a*; pertencem ao gênero masculino todos aqueles termos a que se pode antepor o artigo *o*. O masculino é o termo *não marcado* e o feminino é o termo *marcado*. Assim, qualquer termo em função adjetiva, nas relações de concordância, concordará com o substantivo a que se refere em gênero e número, recebendo ou não marcas de gênero e número. É o que ocorre na relação pronome *versus* substantivo, e mais especificamente, no caso deste estudo, entre o pronome possessivo (PPOS) e o substantivo.

Os gramáticos tradicionais são unânimes em apontar o paradigma tradicional do sistema do PPOS como segue no quadro 11.1:

Pessoa	PSUJ	PPOS sing.	PPOS pl.
1ª. sing.	Eu	Meu, minha	Meus, minhas
2ª. sing.	Tu	Teu, tua	Teus, tuas
3ª. sing.	Ele, ela	Seu, sua	Seus, suas
1ª. pl.	Nós	Nosso, nossa	Nossos, nossas
2ª. pl.	Vós	Vosso, vossa	Vossos, vossas
3ª. pl.	Eles, elas	Seu, sua	Seus, suas

Quadro 11.1 - Paradigma tradicional do PPOS

Fonte: Toledo (1998).

Como comentamos anteriormente, neste paradigma há concordância do PPOS em gênero e número com a coisa possuída e em pessoa com o possuidor, de acordo com seu uso referencial, aparecendo, normalmente, anteposto ao substantivo:

- (1) Maria comprou *minha casa*. Maria emprestou *meu carro*.
- (2) *Tua casa* é grande. *Teu carro* é veloz.
- (3) *Nossas amigas* partiram. *Nossos amigos* partiram.

O quadro 11.1 do PPOS tradicional, porém, há muito tempo não reflete a realidade do sistema pronominal em uso no Brasil. No quadro II observamos a ambiguidade que a forma *seu* imprime ao sistema na terceira pessoa. Como solução para o impasse, o usuário da língua lançou mão da forma *dele* como desambiguidadora. O uso da forma *dele* remonta ao português arcaico e era utilizada, inicialmente, como retomada anafórica, sem estabelecer a noção semântica de posse. A partir de certo momento, passou-se a utilizar uma estrutura pleonástica com PPOS duplicado (*seu ... dele*), sendo obrigatório o uso de *seu*. Por volta do século XVIII, a forma *dele* passou a receber a primazia na referência a possuidor humano (ou humanizado), enquanto a forma *seu* passou a ser atribuída a objetos. A partir desse momento, a forma *dele* passou a ser utilizada sozinha como desambigui-

zadora na terceira pessoa. Este uso introduziu a possibilidade de um novo tipo de PPOS, com a estrutura *de + pronome lexical* (*de + ele*), originando o paradigma tradicional modificado. Duas informações importantes devem ser destacadas no paradigma de PPOS com *de + pronome lexical*: a ordem dos termos no sintagma possessivo se inverte, ou seja, a forma possessiva passa de uma posição pré-nominal (*minha casa*) para uma posição pós-nominal (*casa dela/e*); na relação de concordância, a concordância passa a ser com o possuidor em gênero, número e pessoa.

Por outro lado, o pronome *seu*, enfraquecido em seu contexto de uso original e em competição com *dele*, manteve sua concordância com a locução *Vossa Mercê* e passou a ser empregado com o pronome *você/vocês*, também deslocado para a segunda pessoa, gerando mais ambiguidade ao sistema – o uso de *seu* tanto para a segunda como terceira pessoa gramatical.

Pronome	PPOS	Verbo
Tu, você	Teu, seu	2ª. pessoa, singular
Ele	Seu, dele	3ª. pessoa, singular
Vocês	Seu	3ª. pessoa, plural
Eles	Seu, dele	3ª. pessoa, plural

Quadro 11.2 - Paradigma de PPOS modificado

Fonte: Toledo (1998).

Para desfazer essa nova ambiguidade imposta ao sistema de segunda e terceira pessoas, baseando-se no uso da forma *de + pronome lexical*, o usuário da língua lança mão da *forma nova* (KATO, 1985; MENON, 1995b) *de + você(s)* que entram em concorrência com *seu* na segunda pessoa. E este tipo de relação com *de + pronome lexical* influenciou o contexto de uso dos outros pronomes lexicais, originando, além de *de + você(s)*, *de + mim* e *de + nós*. Enquanto a forma *de + ele* concorda com o possuidor em gênero, número e pessoa, as formas *de + você(s)*, *de + nós*, *de + mim*, por não possuírem marca de gênero, concordam com o possuidor em número e pessoa, aparecendo, também, pospostos ao substantivo.

A respeito desse assunto, Perini (1985) afirma que, no português coloquial, há dois tipos de construções possessivas: as formas sintéticas de PPOS + N (minha casa); as formas analíticas com a estrutura N + de + N (casa de Maria). Para Perini (1985), quando o possuidor é designado por um substantivo ou por qualquer sintagma nominal não-prenominal, só é possível a construção N de N (pai de Carlos, a porta da casa) (exemplos de Perini). Mas quando o possuidor é designado por um pronome pessoal, a tabela é mista: usa-se uma construção com pronome pleno para a primeira pessoa do singular, segunda do singular e primeira do plural; e usa-se uma construção N de N nos demais casos. Ou seja, Perini (1985) impõe restrições às construções com de + mim, de + nós, de + você, que ele coloca como agramaticais e aceita as construções com de + ele(a)s, de + vocês. Segundo Kato (1985), em resposta a Perini (1985), aquilo que este autor denomina agramatical nas estruturas com de + pronome lexical, apenas sofrem restrições de uso e são apenas formas não-ocorrentes ou de baixa produtividade. Em resumo, o quadro 11.3, a seguir, melhor representa o sistema de PPOS em uso no português do Brasil:

Pessoa	PSUJ	PPOS sing.	PPOS pl.
1ª. sing.	Eu	Meu, minha, de mim	Meus, minhas, de mim <sup>1</sup>
2ª. sing.	Tu, você	Teu, tua, seu, sua, de você	Teus, tuas, seus, suas, de você
3ª. sing.	Ele, ela	Seu, sua, dele, dela	Seus, suas, deles, delas
1ª. pl.	Nós	Nosso, nossa, de nós	Nossos, nossas, de nós
2ª. pl.	Vocês	Seu, sua, de vocês	Seus, suas, de vocês
3ª. pl.	Eles, elas	Seu, sua, dele, dela	Seus, suas, deles, delas

Quadro 11.3 - Paradigma do PPOS em uso no Brasil<sup>1</sup>

Fonte: Toledo (1998).

É neste contexto que podemos estudar o PPOS *inovador* de Valadares.

<sup>1</sup> Com mais justiça, podemos dizer que, nos dias atuais, a forma genitiva de PPOS, expressa em Kato (1985), denominada forma nova, influenciou outras estruturas veiculadoras de relação possessiva, como afirma Neves (1993). Dessa maneira, formas com a estrutura de + pronome de tratamento, podem ser consideradas como possessivas (da gente, do senhor(a)).

## O sistema pronominal possessivo em uso na Ilha de Valadares

Toledo (1998) comprovou que a comunidade de falantes da Ilha de Valadares compartilha três formas de PPOS: a tradicional, a nova e a inovadora. No aspecto formal, o PPOS inovador compartilha os traços da forma tradicional. No que respeita à ordem, o PPOS inovador aproxima-se da forma nova. E em relação à concordância, o PPOS inovador tem a tendência à anulação da marca de gênero. Resumidamente, isso fica exposto no Quadro 11.4:

	PPOS canônico	PPOS novo	PPOS inovador
Estrutura	Forma canônica	De + pronome lexical	Forma canônica
Ordem	Anteposto	Posposto	Posposto
Concordância	Concorda em gênero e número com a coisa possuída e em pessoa com o possuidor.	De+ele: concorda com o possuidor em gênero, número e pessoa De+nós, de+você(s), de+mim, de+a gente: concordam com o possuidor em número e pessoa; neutralizam a marca de gênero.	Anulação da marca de gênero.

Quadro 11.4 - Comparativo entre o PPOS canônico, novo e inovador

Fonte: Toledo (1998).

Assim, estruturas como delineadas de (4) a (6) apareceram em Valadares:

- (4) 1. Eu morava em casa de minha prima. 2. Tua mãe tá boa? 3. O emprego seu ta aí atrás da porta. 4. Era parente nosso também.
- (5) 1. Dá um jeito de nós entrá aí... 2. Nós vivia ali, no meio deles 3. Eu quero vê o livro de vocês.
- (6) 1. Ele vai na casa meu. 2. Minha camisa onde está? Está na casa teu? 3. Aquela ali era da casa nosso velho mesmo.

Enquanto a configuração estrutural aproxima a forma inovadora ao PPOS canônico, a ordem que ocupa na sentença (posposta) o aproxima do PPOS em sua forma nova. A característica marcante do PPOS inovador é a anulação da marca de gênero. Outra característica que aproxima o PPOS inovador à forma nova é sua extensão de uso a contextos não-possessivos. Segundo Menon (1996), alguns contextos que favorecem a ocorrência da forma nova, e podemos dizer que em alguns desses casos também da forma inovadora, são: a. o paralelismo; b. o processamento na produção do enunciado e sua frequência; c. questões de ordem e regência.

Enfocando este último aspecto, por exemplo, utilizando as palavras de Menon (1996), podemos dizer que *a flexibilidade na distribuição de alguns elementos frasais pode provocar ambiguidades que levem à interpretação de locuções preposicionadas como expressando relação de posse*. É o que ocorre em exemplos de Valadares como:

(7) Ele que não venha cobrá dinheiro *nosso* agora.

A ambiguidade, aqui, reside no fato de que o PPOS *nosso* pode ser interpretado de duas maneiras: relacionado ao termo dinheiro (função de adjunto adnominal) exprimindo relação possessiva; ou relacionado ao verbo cobrar (verbo transitivo direto e indireto, quem cobra, cobra alguma coisa de alguém) e, neste caso, *nosso* poderia ser interpretado como objeto indireto (= de nós) não exprimindo relação possessiva.

Quanto ao paralelismo, podemos considerar que o contexto de ocorrência da forma inovadora esteja atrelado ao contexto de ocorrência da forma nova. Kato (1985) e Menon (1995) afirmam que algumas construções com a estrutura de + pronome lexical (de + mim, de + você, de + nós) – e nós poderíamos adicionar aqui outras, como de + eu, de + ti, de + tu – sejam apenas formas não-ocorrentes ou de baixa produtividade, com graus variáveis de estigmatização. Como a forma nova é, de certa maneira, estigmatizada,



o falante se utiliza da forma padrão numa ordem que, para ele, processualmente e discursivamente, é natural, tendo em vista a disseminação de contextos da forma nova. O paralelismo posicional aliado à estigmatização são fatores que levam à hipótese de que a forma inovadora é, inicialmente, uma forma concorrente com a forma nova. Em função disso, talvez como efeito do paralelismo, frases como a apresentada em (8) sejam, por um lado processualmente e discursivamente estimuladas e, por outro, paradoxalmente, evitadas. Prova disso é que, muitas vezes, o falante mesmo acrescenta a estrutura de mais prestígio como reforço, como ocorre em (9) e (10):

(8) Eu tenho que dormir em casa *meu*.

(9) Eu tenho que dormir em casa meu, na *minha* casa.

(10) Aquela farmácia é *teu*, né, *de você*.

Sobre o processamento e a frequência da forma inovadora de PPOS, convém, primeiramente, tentar entender como o falante processa a ordem utilizada no uso do pronome, se de maneira referencial ou atributiva. Segundo Borges Neto (1986) há diferença de significado segundo a posição ocupada pelo pronome na expressão. Pronome anteposto indica pressuposição de existência (referência) que desaparece quando o pronome fica posposto (atribuição). De acordo com esse raciocínio de Borges Neto, o exemplo (11) seria referencial; já o exemplo (8), transcrito (12) exerceria papel atributivo:

(11) Eu tenho que dormir em *minha* casa.

(12) Eu tenho que dormir em casa *meu*.

Em outras palavras, de acordo com Borges Neto (1986), em (12) a casa não existe, mas se um dia ela vier a existir eu dormirei nela. Não me parece que seja esse o caso do PPOS inovador, que é, de fato, referencial.

A análise do processamento na produção de enunciados com PPOS inovador é de difícil determinação. O que se pode comprovar a

respeito do processamento, por exemplo, é que, de fato, a forma inovadora concorre com a forma nova e existe muita semelhança de uso quanto a esse aspecto com formas em função sintática de predicativo do sujeito, complemento verbal, complemento nominal e adjunto adverbial. No caso do predicativo do sujeito, por exemplo, parece que, como a forma de + você(s), menos estigmatizada que as demais (de + mim, de + nós) tem uso bastante disseminado nesta função. A forma inovadora também segue o mesmo caminho, como demonstram os exemplos (10), acima, e (13) e (14) a seguir.

(13) A geladeira é *meu*.

(14) A casa é *nosso*.

Pode-se dizer que a mesma coincidência ocorre em relação ao complemento verbal (e às outras funções citadas), como em (15):

(15) *Aí* ele mandô sortá *nosso*.

O processamento dessa estrutura é interessante. Uma vez que tanto a variante tradicional (*Aí* ele mandou nos soltar/*aí* ele mandou soltar-nos) como a variante com pronome pessoal (*aí* ele mandou soltar nós) são, de certa forma, estigmatizadas, o falante lança mão de uma terceira. Nesses casos, a questão da frequência também se demonstrou influente na pesquisa e utilização da forma inovadora.

Outra questão interessante é a anulação da marca de gênero do PPOS inovador. A princípio, parece que a anulação da marca de gênero tem a tendência de ocorrer sempre que um adjetivo se coloca posposto a um substantivo marcante (recorrendo à ideia de formas marcadas x formas não-marcadas dos adjetivos presente em Martin (1975)). O substantivo marcante atrai a forma marcada de adjetivo. Assim, a forma marcada aparecerá sempre que um adjetivo se relacionar com a forma marcante. As palavras masculinas são não-marcadas, as palavras femininas

são marcadas. Em síntese, a marca de gênero da língua portuguesa é -a. Sendo não-marcado, o gênero masculino é a forma mais suscetível de ser utilizada quando não há necessidade de expressar o gênero ou sexo das coisas, ou quando fazemos generalizações. O motivo disso, em relação ao uso do PPOS inovador, deve ser melhor estudado. Mas, por outro lado, os dados indicam que a questão da neutralização da marca de gênero nas expressões que compõem o sintagma nominal parece preceder a anulação da marca de gênero no PPOS inovador, como fica demonstrado de (16) a (19):

(16) A flor roxo.

(17) Ah, antigamente era desprezado essa ilha.

(18) A mulher também é o culpado.

(19) A menina ficô meio tristezinho.

Talvez seja esse o motivo que leva o informante, no curso do processamento da informação, à retificação como ocorreu em (20):

(20) (Aí a professora) achô o meu ... minha carta no livro dela.

Em outras vezes percebe-se o uso reiterado da forma inovadora, como a indicar certa vitalidade:

(21) Nega, a casa não é meu, a casa é teu.

(22) O Frontera é perto meu lá, é perto nosso.

## **O sistema pronominal possessivo de Valadares revisitado: conclusões**

A maior contribuição de Toledo (1998) está na detecção e descrição do PPOS inovador como foi delineado anteriormente e resumido abaixo.

- (1) O PPOS inovador possui forma idêntica ao PPOS padrão, porém, com interpretação distinta.
- (2) O PPOS inovador aparece posposto ao substantivo no sintagma nominal, peculiaridade que o aproxima muito da forma nova.
- (3) O PPOS inovador, sempre que ocorre, apresenta anulação da marca de gênero.
- (4) O PPOS inovador estendeu seu uso a contextos não-possessivos, integrando um predicativo do sujeito, um complemento verbal, um complemento nominal ou um adjunto adverbial.
- (5) Existe um uso reiterado do PPOS inovador, como ocorre em (21) e (22), o que comprova a vitalidade da forma em Valadares.

A questão da frequência de uso do PPOS inovador é, sem dúvida, a maior dificuldade encontrada na sua análise. Talvez esta frequência esteja ligada à determinação dos contextos favoráveis ou desfavoráveis para a sua ocorrência e para a aplicação da regra que modifica o gênero ou que provoca a sua extensão de uso em contextos não-possessivos. Para tentar responder a alguns desses questionamentos é que se procedeu a novas entrevistas com moradores de Valadares. Neste retorno, utilizamos os recursos presentes em Labov (1972), Tarallo (1990), Silva-Corvalán (1989), Aguilera (1996) e no Cardoso (2001).

### **Sobre os dados**

As entrevistas foram gravadas em minigravador (Sony, Panasonic). Os informantes são todos de Valadares estratificados por nível de instrução (escolarizados x não escolarizados (semi-escolarizados)), sexo (masculino x feminino), e faixa etária (15-30 x 31-45 x 46-85). Alguns dos informantes que colaboraram na pesquisa de Toledo (1998) foram novamente entrevistados.

Convém ressaltar que as análises feitas em seguida refletem as entrevistas obtidas em Valadares, sob as condições descritas anteriormente e que não constituem uma amostra homogênea que possa quantificar, de forma conclusiva, a situação de uso do PPOS em Valadares nos moldes quantitativos labovianos. Algumas informações importantes, porém, podem ser abstraídas, qualitativamente, do presente trabalho.

### **Sobre a realização do PPOS: análise dos dados**

Da análise dos dados fica claro que as variantes da variável dependente que aparecem nas entrevistas estão distribuídas entre a forma tradicional, a forma nova e a forma inovadora de uso do PPOS. Observa-se o uso generalizado da forma canônica de PPOS. Aparentemente, a forma nova e a forma inovadora parecem sofrer restrições de uso e parecem ter baixa produtividade, principalmente, no caso da forma inovadora. A forma inovadora, no âmbito das entrevistas analisadas, está presente na fala das pessoas menos escolarizadas e de mais idade. Não se percebe que o fator sexo esteja direcionando o uso da forma inovadora. Há que se ressaltar, porém, o caráter conservador das mulheres, o que inibe o aparecimento da forma inovadora entre as mulheres menos escolarizadas e de mais idade em relação aos homens em igual condição. Por outro lado, talvez pelo fenômeno da universalidade e obrigatoriedade da escolarização nos dias mais recentes, a forma inovadora não apareceu entre crianças em idade escolar<sup>2</sup>, por isso a exclusão dessa faixa etária na amostra. Mas nada se pode concluir sobre a ocorrência do PPOS inovador em indivíduos analfabetos funcionais com mais idade, ou seja, fruto de uma alfabetização defeituosa. Sempre que o PPOS inovador ocorreu, ele apareceu com neutralização da marca de

---

<sup>2</sup> Entrevistamos duas crianças de 1ª. série, menino e menina. Os dados foram inconclusivos.

gênero. Observou-se também a extensão dos contextos de uso da forma inovadora para além dos contextos possessivos.

Por outro lado, percebe-se que o tipo de inquérito (formal – espontâneo) e a situação de entrevista (tensão – distensão) afetam o aparecimento da forma inovadora: esta forma de PPOS ocorreu em situações mais espontâneas, descontraídas e menos tensas, normalmente, a partir da metade da entrevista. Por este motivo, a técnica empregada na coleta de dados contribui para o aparecimento da forma inovadora: situações formais e tensas de entrevista inibem seu aparecimento.

Mesmo num *cópus* tão restrito de dados, podemos supor o efeito da escolaridade controlando a ocorrência da forma inovadora: os grupos mais escolarizados tendem a usar menos a forma inovadora do PPOS. Estas afirmações devem ser estudadas melhor e em contextos de maior ou menor nível de letramento, segundo o que apregoam, por exemplo, Soares (1986), Kleiman (1995) e Marcuschi (2007).

### **Extensão de uso da forma inovadora de PPOS**

Como mencionamos anteriormente, existe um paralelismo formal de uso entre a forma tradicional e a forma inovadora de PPOS, pois sempre que a forma inovadora ocorre, ela se assemelha à forma tradicional. Curiosamente, observa-se também a extensão de uso da forma inovadora de contextos possessivos para contextos não-possessivos, caracterizando um paralelismo posicional de uso entre a forma nova e a forma inovadora. Neste caso, quanto ao contexto de uso destas duas formas, alguns fatores linguístico-estruturais se mostram relevantes (integração de um predicativo do sujeito, integração de um complemento verbal, integração de um complemento nominal, integração de um adjunto adverbial).

## Sobre crenças e atitudes

O estudo de crenças e atitudes em Valadares se faz necessário para termos uma ideia de como o falante reconhece sua língua e se reconhece nela. Segundo López Morales (1993), crenças e atitudes são valores que se constituem independentemente. As crenças possuem traço cognoscitivo e comportamental, ao passo que as atitudes englobam o lado afetivo. No aspecto linguístico, as crenças são proporcionadas pela consciência linguística que o indivíduo possui sobre sua língua; a atitude frente a um fato linguístico, por outro lado, implica ação e só pode ser avaliada positivamente ou negativamente: de acordo com nossas reações ou aceitamos um fato ou fenômeno ou não. De modo geral, a aceitação de uma crença leva a uma tomada de atitude que colabora para a estabilização dos fatos em que acreditamos. Em termos de linguagem humana como fato social, o desenvolvimento de um conjunto de crenças e atitudes ajuda na implementação da variação linguística, no aprendizado de línguas e na manifestação da discriminação linguística. As crenças que se constroem sobre um povo, sobre um grupo social, sobre uma comunidade ou sobre uma pessoa, contribuem para justificar certas atitudes discriminatórias. Tais crenças, em nível linguístico, refletem-se na formação de estereótipos, marcadores e indicadores de mais ou menos prestígio que se sedimentam inconscientemente, gerando, muitas vezes, estigmatização.

Para avaliar crenças e atitudes em relação à língua falada em Valadares e aos fatos linguísticos discutidos nesta pesquisa, formulamos três perguntas:

- a) O parnanguara fala melhor ou pior que outras pessoas que vieram de outro lugar?
- b) Homem e mulher falam igual? Quem fala melhor?
- c) Jovens e velhos falam igual? Quem fala melhor?

No que respeita à primeira questão, entre os 8 informantes, 5 disseram que não há diferença (os mais jovens e 3 do segundo grupo); 1 não respondeu (pertencente ao segundo grupo); e 2 informaram que o parnanguara fala melhor (os do último grupo). Em relação à pergunta 2, a maioria acredita que homens e mulheres não falam igual (dos 6 informantes, 2 se esquivaram de responder). Dentre aqueles que disseram que homens e mulheres não falam igual, 5 acham que a mulher fala melhor. Na pergunta 3 houve unanimidade: todos acreditam que jovens e velhos não falam igual. Desses, os mais jovens acreditam que os velhos falam melhor porque dominam a língua culta e não falam gírias. Os mais velhos acreditam que os mais jovens falam melhor pelo maior contato com a escola que se imagina propagadora do padrão culto e pelo próprio estado da juventude.

Isto serve para comprovar que o falante de Valadares não se sente inferiorizado em relação a outros falares. Em relação ao uso da forma inovadora de PPOS em Valadares, na amostra analisada não se percebe discriminação entre os ilhéus. Percebe-se, porém, que a forma inovadora é considerada como indicadora de menor prestígio por parte de quem não é morador da ilha. Em outras palavras, para o parnanguara que mora no continente, o uso do PPOS inovador parece soar marcado estilisticamente para moradores da Ilha de Valadares, em contraste com seu não uso. Mas isso não chega a constituir um estereótipo.



## Referências

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas linguístico do Paraná*. Londrina: Eduel, 1996.
- BORGES NETO, José. Os possessivos como indicadores de referência e atribuição. *Delta*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 145-149, 1986.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva et al. *Atlas linguístico do Brasil: questionário 2001*. Londrina: EdUEL, 2001.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 46. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luis F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FARACO, Carlos Alberto. O tratamento 'você' em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*, Curitiba, n. 13, p. 51-82, 1996.
- KATO, Mary A. A complementaridade dos possessivos e as construções genitivas no português coloquial: réplica a Perini. *Delta*, São Paulo, v. 1, n. 1-2, p. 107-120, 1985.
- KLEIMAN, Ângela (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática da escrita*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.
- LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Great Britain: Basil Blackwell, 1972.
- LÓPEZ MORALES, Humberto. *Sociolingüística*. 2. ed. Madrid: Gredos, 1993.
- MANSUR GUÉRIOS, Rosário Farâni. *Português ginásial: gramática e exercícios*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1963.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- MARTIN, John W. Gênero? *Revista Brasileira de Linguística*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 3-8, 1975.

MENON, Odete Pereira da Silva. *O sistema pronominal do português do Brasil*. Letras, Curitiba, v. 44, jan/jun. 1995

MENON, Odete Pereira da Silva. [De + pronome lexical sujeito]: variação no sistema pronominal possessivo do Brasil. In: ENCONTRO DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA DO CONE SUL, 1., 1996, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 1996.

NEVES, Maria Helena de Moura. Possessivos. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: FAPESP, 1993. v. 3.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva: curso superior*. 69. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

PERINI, Mário A. O surgimento do sistema possessivo do português coloquial: uma interpretação funcional. *Delta*, São Paulo, v. 1, n. 1-2, p. 1-16, 1985.

SILVA-CORVALÁN, Carmen. *Sociolingüística: teoria y analisis*. Madri: Alhambra, 1989.

SOARES, Magda Becker. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1986.

TARALLO, Fernando. *Pesquisa sociolingüística*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.

TOLEDO, Adilson do Rosário. *Sistema pronominal possessivo em uso na Ilha de Valadares*. 1998. 226 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7014-131-6



9 788570 141316